

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS/UFMG

JORDANNA FONSECA SILVA

**QUANDO O *ANHANGUERA* CRUZA GOIÁS:
O MONUMENTO AOS BANDEIRANTES NA NOVA CAPITAL**

BELO HORIZONTE
2020

JORDANNA FONSECA SILVA

**QUANDO O ANHANGUERA CRUZA GOIÁS:
O MONUMENTO AOS BANDEIRANTES NA NOVA CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestrado em Sociologia.

Orientadora: Dra. Ana Marcela Ardila Pinto

BELO HORIZONTE
2020

301
S586q
2020

Silva, Jordanna Fonseca.

Quando o Anhanguera cruza Goiás [manuscrito] : o
Monumento aos Bandeirantes na nova capital / Jordanna
Fonseca Silva. - 2020.

198 f. : il.

Orientador: Ana Marcela Ardila Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

I. Sociologia – Teses. 2. Monumento ao Bandeirante (Goiânia,
GO) – Teses. 3. Goiânia (GO) – História - Teses.

I. Ardila, Ana Marcela. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

JORDANNA FONSECA SILVA

Aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: "**Quando o Anhanguera cruza Goiás: o Monumento aos Bandeirantes na nova capital**". A banca foi composta pelos professores doutores **Ana Marcela Ardila Pinto** (Orientadora - DSO/UFMG), **Raquel Oliveira Santos Teixeira** (DSO/UFMG), **Jezulino Lucio Mendes Braga** (UFMG) e **Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira** (UFG).

Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (x)

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.

Ana Marcela Ardila Pinto

Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto (Orientadora - DSO/UFMG)

Raquel Oliveira Santos Teixeira

Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira (DSO/UFMG)

Jezulino Lucio Mendes Braga

Prof. Dr. Jezulino Lucio Mendes Braga (UFMG)

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira

Profa. Dra. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira (UFG)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é, sem dúvida, o resultado de um trabalho coletivo. Ainda que o texto final seja escrito por uma pessoa só, e a ela caibam todas as responsabilidades e erros, os acertos e pontos positivos são derivados daquilo que na Sociologia chamamos de rede social, ou, corriqueiramente, apelidamos de círculo social, ou, para ser mais íntimo, rede de apoio. Por isso, não poderia passar sem agradecer e dessa vez nomear algumas pessoas. Na monografia, optei por agradecimentos distantes e impessoais, agradei até as multidões que trafegaram comigo o Eixo Anhanguera. Aqui pretendo agradecer quem caminhou de perto comigo esses dois anos que, apesar de curtos, foram intensos e bem vividos.

À orientadora deste trabalho, profa. Ana Marcela Ardila Pinto, por me introduzir ao universo da sociologia urbana e por receber meu convite para me orientar. Por me dar a chave da inspiração que abre a porta das melhores ideias com sua perspicácia teórica e leitura atenta. Obrigada por permitir a fácil aproximação e tornar tudo mais leve.

À banca examinadora, profa. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira, que me acompanha desde a graduação, responsável pela minha completa introdução ao universo dos patrimônios e da memória, tendo indicado o primeiro livro que li na área “Paisagens paulistanas” de Antônio Augusto Arantes. À profa. Raquel de Oliveira, por suas aulas de metodologia qualitativa no mestrado e por sua atenta e rigorosa correção do meu trabalho final, que me lançou novas luzes ao tratamento dos dados, por indicar autores que eu ainda não havia estudado. Ao prof. Jezulino Mendes, por aceitar o convite de participar da banca de qualificação e da defesa final; por suas sugestões que ajudaram a aprimorar esta dissertação.

Aos amigos e amigas que fiz entre os colegas de curso, durante o mestrado em Sociologia, na FAFICH. Em primeiro lugar, à Isabela Araújo, minha pessoa em Belo Horizonte, minha melhor companhia para todas as horas e lugares. Com quem eu podia sempre contar em qualquer circunstância e para qualquer coisa. Ela é a responsável, inclusive, por fazer chegar a cópia dessa dissertação nas mãos da banca avaliadora. Você me tinha nas mãos. Ao Lucas, o mineiro por excelência, por me ensinar a ler os documentos dentro do Atlas T.I., a criar os códigos e manejá-los. Sem ele, essa dissertação não existiria. Obrigada por preencher meus dias belohorizontinos com a boa música.

Aos colegas do CEURB, Centro de Estudos Urbanos, Frederico, Thiago, Sofia, Mateus, Rafael, Adriano, pelas reuniões quase toda terça que permitiam debater ideias e crescer junto. Em especial, à Bruna Barradas, pelas noites de cinema e brigadeiro, e à Laíse Hasz, pelos dias de jogos e piscina no Centro Esportivo Universitário.

À equipe do CIDARQ pelo tratamento arquivístico dado aos documentos e por disponibilizá-los virtualmente para consulta pública. À Heloísa Esser, diretora da instituição, que me apresentou quando fui estagiária o vídeo sobre o acervo do Monumento aos Bandeirantes que despertou em mim o interesse em conhecer mais.

À FAPEMIG por financiar esta pesquisa nos primeiros oito meses e à CAPES por concluir o apoio financeiro ao desenvolvimento deste projeto. Sem a bolsa, seria inviável me manter noutra cidade para concluir os estudos e esta pesquisa não se realizaria.

À minha turma-família do CEPAE/UFG. À Laís e a Ana Karyne, pela amizade de sempre. À Gabriela, Jéssica e Débora (que não eram da turma, mas eram da escola) que

também compartilharam o drama do mestrado comigo, em geografia, direito e literatura latino-americana. À Carol e à Luísa por insistirem em me manter por perto. À Ana Flávia, por ser a melhor companhia para todas as ocasiões e por ter feito os belos mapas desta dissertação.

Aos meus pais, Walteir e Roseany, pelo apoio incondicional que me deram e dão desde que me puseram em vida. Apoio financeiro, na medida do possível, mas sobretudo emocional e afetivo, sem medidas. Ao meu pai pelas suas poucas palavras, pelo seu otimismo renovador de esperanças. Por me trazer reportagens de Goiânia, do Anhanguera, ou querer sempre comentar sobre a minha pesquisa, ainda que não entendesse muito bem por que é que sua filha decidiu estudar uma estátua. À minha mãe por sua experiência de vida, seu abraço afetuoso, seu carinho e profundas conversas sobre o sentido da vida. Por ainda se preocupar comigo mais do que consigo mesma. Por sempre me provocar o lado mais forte.

Aos meus irmãos, Jamille e Eduardo, meu fundamento e razão de ser. Por me obrigarem a sair um pouco de casa, assistir Coringa, Parasita, Bacurau, e não pensar nos desafios da análise documental. Por me aguentarem falar sobre os anos 1930, sobre coisas que lia nos jornais desse período, da grafia até o cardápio dos banquetes, curiosidades aleatórias demais para uma conversa informal entre amigos, mas bemquista entre irmãos. Ao meu cunhado, Gabriel, por insistir sempre com uma garrafa de vinho que a escrita não é divina e que bastava sentar com as mãos no computador para escrever.

Aos meus sobrinhos, Mateus e Diego. Por me ensinarem a paciência do processo, o lento caminhar dos dias, as alegrias do percurso e a delicadeza simples do amor.

À Ana Cláudia, que recebeu o título de melhor amiga este ano. Obrigada por me obrigar a sair de casa e ocupar a mente com outras coisas, nem que fosse para frequentar grupos de Psicanálise ou ler poesia na biblioteca municipal. Minha casa é sua casa sempre.

Aos amigos da graduação, Vitor, Fernanda, Mychelle, Tiago e Hugo, pelas trocas e companheirismo.

Ao pessoal do Arena Hotel, em especial, à Renata, ao Renato, ao seu Geraldo e à dona Marísia. Sempre que precisei vocês estavam lá. À Gabi, Clara, Douglas, Iara, Hélio, David e Bruno. Vocês foram a melhor parte da minha temporada em BH.

RESUMO

A proposta deste trabalho é responder, com uma perspectiva sociológico-histórica: 1) quem são os agentes e instituições que financiaram, divulgaram, promoveram e levaram a cabo a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, 2) quais seus valores e interesses compartilhados entre si e 3) de que forma a construção da nova capital se vincula à construção do monumento e à celebração do bandeirante enquanto mito e herói. Para isso, utilizamos a metodologia de análise documental, tendo feito a leitura, organização e análise dos 557 documentos que compõem a Coleção BAND - Monumento aos Bandeirantes, presente no Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás. O tratamento dos dados foi feito com o *software* Atlas T.I. Entre os resultados encontrados, podemos dizer que os agentes e instituições que construíram o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia são compostos de intelectuais, acadêmicos e políticos. Seus valores compartilhados eram de patriotismo, nacionalismo e modernização do interior do país. A construção da nova capital e a construção do monumento coincidem não somente pelo período histórico, mas por aspectos semelhantes de interiorização das fronteiras nacionais, da Marcha para o Oeste, e dos vínculos necessários para manter e consolidar entre São Paulo e Goiás certos laços. Do mesmo modo, a celebração do bandeirante enquanto mito e herói retoma o regionalismo paulista e os processos de desbravamento do interior do país ainda à espera do progresso e da modernidade.

Palavras-chave: Monumento aos Bandeirantes; Fundação de Goiânia; Marcha para o Oeste; Expansão das fronteiras internas nacionais;

ABSTRACT

The purpose of this work is to respond, with a sociological-historical perspective: 1) who are the agents and institutions that financed, disclosed, promoted and carried out the construction of the Monument to bandeirantes in Goiânia, 2) what their values and interests shared among themselves and 3) how the construction of the new capital is linked to the construction of the monument and the celebration of the bandeirante as a myth and hero. For this, we used the methodology of documentanalysis, having made the reading, organization and analysis of the 557 documents that make up the BAND Collection - Monument to Bandeirantes, present at the Information, Documentation and Archive Center of the Federal University of Goiás. The data processing was done with the Software Atlas T.I. Among the results found, we can say that the agents and institutions that built the Monument to bandeirantes in Goiânia are composed of intellectuals, academics and politicians. Their shared values were of patriotism, nationalism and modernization of the interior of the country. The construction of the new capital and the construction of the monument coincide not only by the historical period, but by similar aspects of interiorization of national borders, the March to the West, and the links necessary to maintain and consolidate certain ties between São Paulo and Goiás. Likewise, the celebration of the bandeirante as a myth and hero resumes the regionalism of São Paulo and the processes of pioneering the interior of the country still waiting for progress and modernity.

Key-words: Monument to bandeirantes; Foundation of Goiânia; March to the West; Expansion of national internal borders;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Monumento ao Bandeirante, Goiânia, GO, [19--]. Fonte: Biblioteca IBGE	14
Figura 2 - Esquema teórico para o estudo dos monumentos. Fonte: Elaborado pela autora (2019)	22
Figura 3 - Monumento a Don José de San Martín, Lima - Peru. Fonte: Acervo pessoal (2019)	32
Figura 4 - Monumento ao Sapateiro, Novo Hamburgo - RS, 2008. Fonte: WEBER (2018)...	34
Figura 5 - Monumento ao Trabalhador, Goiânia - GO. Fonte: Borges (2017)	35
Figura 6 - Monumento a Duque de Caxias, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)..	36
Figura 7 - Estátua de Robert E. Lee, Charlottesville, EUA. Fonte: Google Imagens (2020)...	36
Figura 8 - Monumento a Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro - RJ. Fonte: Google Imagens (2020)	38
Figura 9 - Busto a Luiz Gama, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)	39
Figura 10 - Estátua equestre a Dom Pedro I, Rio de Janeiro - RJ. Fonte: Google Imagens (2020)	42
Figura 11 - Monumento aos Bandeirantes, Vitória da Conquista - BA. Fonte: Google Imagens (2020)	
Figura 12 - Monumento aos Índios, Vitória da Conquista - BA. Fonte: Google Imagens (2020)	43
Figura 13 - Monumento às Bandeiras pichado, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)	44
Figura 14 - Estátua de Fernão Dias, Pouso Alegre - MG. Fonte: Google Imagens (2020).....	51
Figura 15 - Estátua a William Penn na Filadélfia, EUA. Fonte: Google Imagens (2020)	53
Figura 16 - Estátua de William Penn, Filadélfia - EUA, ao chão. Fonte: Pietroforte (2018) ..	54
Figura 17 - Caricatura da Estátua a Dom Pedro I, Revista Ilustrada. Fonte: Alves (2011)	57
Figura 18 - Mapa que mostra a quantidade de publicação de documento por município. Fonte: Ana Carneiro (2020).....	65
Figura 19 - Cartaz incentivando a população brasileira a se mudar para Goiânia, a nova capital. Fonte: Google Imagens (2020)	76
Figura 20 - Estrada de Ferro em Goiás. Fonte: SIEG (2008)	85
Figura 21 - Mapa com a quantidade de menções das cidades nos documentos. Fonte: Ana Carneiro (2020)	86

Figura 22 - Mapa com a localização dos municípios mencionados nos documentos. Fonte: Ana Carneiro (2020).....	87
Figura 23 - Fotografia da Placa de bronze a Hermano Ribeiro da Silva. Fonte: Coleção BAND..., 1938.....	98
Figura 24 - Ulysses Paranhos enquanto pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 19 abr 1938.....	118
Figura 25 - No estúdio da Rádio enquanto José Torres de Oliveira pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 20 abr. 1938.....	118
Figura 26 - Conferência do dr. Pedro Calmon. Fonte: Coleção BAND..., 1938.....	124
Figura 27 - Grupo feito na Faculdade de Direito, antes da palestra do dr. Pedro Calmon, vendo-se em primeiro plano o conferencista, os profs. Lucio Martins Rodrigues e Spencer Vampré. Fonte: Coleção BAND..., 1938.....	125
Figura 28 - No estúdio da Rádio Bandeirante quando, cercado de estudantes, o bispo pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 5 mai 1938.....	129
Figura 29 - Affonso de Taunay em sua palestra radiofônica. Ao seu lado direito, Antônio Sylvio Cunha Bueno. Fonte: Coleção BAND..., 468.....	131
Figura 30 - Conferência de Agripino Grieco no Teatro Municipal de São Paulo. Fonte: Coleção BAND..., 10 jun 1938.....	135
Figura 31 - Monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo, São Paulo - SP. Fonte: Uhle (2015).....	148
Figura 32 - Um dos bandeirantes que integrariam a arte final do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Fonte: Coleção BAND..., 28 mai 1938.....	150
Figura 33 - Projeto gráfico do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, criado pelo escultor Armando Zago / Fonte: Coleção BAND..., 26 jun. 1942.....	151
Figura 34 - Maquete/projeto de autoria de Armando Zago. Fonte: Coleção BAND..., 1942.....	152
Figura 35 - Pedro Ludovico ao lado da maquete do Monumento aos Bandeirantes. Fonte: Coleção BAND..., 1942.....	155
Figura 36 - Monumento a Arthur Ashe, Virginia - EUA. Fonte: Google Imagens (2020)....	158
Figura 37 - Memorial aos mortos na Guerra do Vietnã, Washington - EUA. Fonte: Google Imagens (2020).....	159
Figura 38 – “O local onde será inaugurado, em Goiânia, o monumento dos Bandeirantes”. Fonte: Coleção BAND..., 09 nov 1942.....	164
Figura 39 - Plano definitivo do núcleo inicial de Goiânia - Fonte: CORDEIRO e QUEIROZ (1990).....	166

Figura 40 - Chegada da Comissão à Goiânia. Fonte: Coleção BAND..., 1942.....	170
Figura 41 - Comissão Pró-Monumento, 1942. Fonte: Coleção BAND..., 1942	171
Figura 42 - Monumento aos Bandeirantes, 1942. Fonte: Coleção BAND..., 1942.....	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise documental.....	195
Tabela 2 – Códigos criados no Atlas T.I.	195
Tabela 3 – Instituições que participaram da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia	197
Tabela 4 – Calendário dos Eventos e Atividades de divulgação da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.....	199

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
LISTA DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – Monumento, o que é?	21
1.1. Um símbolo que se reconhece	31
1.2. Um passado que se faz presente	40
1.3. Um texto a ser interpretado	48
1.4. Aportes metodológicos e construção dos dados: a análise da Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes	59
CAPÍTULO 2 – Espacialidades em construção: o caminho da Embaixada Universitária Paulista à nova capital	66
2.1. Diálogo das fronteiras: modernidade e tradição no planalto central	66
2.1.1. Ideias para a construção da nova capital.....	68
2.1.2. A capital moderna dos anos 1930	72
2.1.3. O caminho da expedição: A viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiânia	78
2.2. O objeto monumentalizado: o bandeirante e suas configurações temporais	89
2.2.1. O bandeirante dos séculos XVII e XVIII: apropriações e novos significados.....	91
2.2.2. O bandeirante do século XX: a construção do herói moderno.....	94
CAPÍTULO 3 – Os agentes e suas estratégias: como se inscrever na memória, escrevendo a história	102
3.1. A ideia de construção do Monumento aos Bandeirantes	102
3.2. A Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia	111
3.2.1. Início da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.....	114
3.2.2. Conferências realizadas na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.....	117
3.2.3. Outros eventos e atividades da Campanha Pró-Monumento	137
3.2.4. Encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.....	138
CAPÍTULO 4 – Nasce o personagem: a Inauguração do Monumento aos Bandeirantes	140
4.1. Quem pagou a conta? Financiamentos, apoios e créditos	140
4.2. O criador e a criatura: a estátua ao Bandeirante	143
4.3. Onde erguer a estátua?	156
4.4. Festejos da criação: o dia do nascimento	168
CONCLUSÕES	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICE	188

- Então você fala como gente? Nunca vi homem de ferro conversar. (...)

A estátua respondeu:

- Escute bem, primeiro não sou de ferro: sou de bronze. (...) você e todo mundo devia saber que eu falo. Não estou aqui à toa, não sou enfeite da cidade. Estou aqui é para falar, para contar história. E você gosta de história?

Histórias que o homem de bronze contou. Regina Lacerda. 1985.

INTRODUÇÃO

Esta é uma dissertação sobre monumentos. Especificamente sobre o Monumento aos Bandeirantes, erigido em Goiânia, nova capital do Estado de Goiás, localizado no centro-oeste brasileiro. Nos nomes das avenidas, ruas, praças, monumentos, se inscrevem fragmentos da história local, geralmente representada por elites políticas, como é o caso da estátua localizada na Praça Atilio Correia Lima, popularmente conhecida como “Praça do Bandeirante”, no cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, que nós delimitamos como objeto desta pesquisa.

No contexto de inauguração da cidade, Goiânia recebeu uma doação do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Figura 1) com a imagem de um bandeirante, possivelmente o *Anhanguera*, o “diabo velho”, moldada em bronze. A estátua foi inaugurada no ano do Batismo Cultural, 1942, alguns meses após as festividades e celebrações do evento. Responder o que de fato, esse “presente” significa se mostra uma questão importante, pois, o período mencionado (anos 1930 e 1940) coincide com as alavancadas paulistas de exaltação de sua identidade regional, seu poder simbólico diante da história nacional, voltando-se aos bandeirantes como imagem heroica, digna de orgulho e rememoração. O “presente”, na verdade, resulta de um acordo entre os estados, com subvenções dos governos goiano e paulista.



Figura 1: Monumento ao Bandeirante, Goiânia, GO, [19--]. Fonte: Biblioteca IBGE

Todo esse conjunto histórico e estético foi concebido por Armando Zago, escultor italiano de carreira artística paulista, com destaque na arte funerária, conhecido como o

“artista da dor”, com algumas obras expostas no Cemitério da Consolação, em São Paulo. Porém, este “operário da memória” (UHLE, 2015), obviamente, não criou livremente uma imagem e representação do bandeirante. Tampouco decidiu seu lugar de fixação, buscou financiamentos ou festejou a homenagem. É preciso, portanto, rastrear essa rede de agentes que faz acontecer o marco histórico, que inaugura a referência espacial no centro da cidade, o marco, o ponto focal na paisagem urbana (CULLEN, 2006).

Analisar o processo de construção da estátua requer observar que não se trata simplesmente do problema monumental do objeto em si. O Monumento aos Bandeirantes aparece como um elemento inserido num contexto de expansão territorial, nas relações de certos grupos, na própria organização espacial do monumento e na maneira como ele é colocado na cidade.

Menos de uma década após o início da construção de Goiânia, entre 1938 e 1942, a “Embaixada Universitária Paulista”, composta por estudantes da Universidade de São Paulo, dão início, nos territórios goiano e paulista, à Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes. Esta campanha contou com o apoio de radioemissoras e da imprensa jornalística, na capital de São Paulo e em outras cidades do interior, à época, como Campinas e Santos. Também foi divulgada, em menor número, pela imprensa goiana, sendo propagada pelas cidades de Goiânia, Rio Verde, Pirenópolis, Catalão e outras cidades do interior de Goiás. Algumas cidades mineiras e a capital federal carioca também participaram na divulgação da campanha. Conferências, palestras, bailes, discursos públicos proferidos através dos veículos de comunicação e outros eventos invadiram os territórios paulista e goiano, com o objetivo de difundir a relevância do monumento e encontrar auxílio financeiro e apoio ideológico. A Campanha recebeu apoio de grandes instituições culturais, intelectuais e acadêmicas, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, de Campinas, de São Paulo; a Academia Paulista de Letras, a Universidade de São Paulo, o Museu Paulista, entre outros. Também recebeu apoio e financiamento dos governos paulista e goiano, por meio de seus interventores federais, e encontrou em alguns municípios de ambos os estados esta mesma recepção, com a criação de Comissões Pró-Monumento em cada cidade participante.

Os símbolos, que aqui nos interessa na forma de um monumento público, serão tomados como “os instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornando possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’” (BOURDIEU, 1989, p. 10, grifo do autor). Nessa comunicação de discursos, a luta simbólica

pleiteada pela construção de um monumento apresenta as representações do mundo social em disputa, almejando o consenso. Essa luta pode acontecer

[...] quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

Um monumento na cidade foi objeto de análise da maior parte das pesquisas acessadas, na literatura nacional e internacional. Nesse sentido, não haveria nenhuma inovação no que pretendemos fazer. Também os monumentos que envolvem a temática dos bandeirantes já foram amplamente explorados, criticados, discutidos, tanto no que diz respeito às noções de história oficial e passado cristalizado nas intenções dos construtores quanto nas reelaborações simbólicas dos agentes urbanos contemporâneos. Parece que ficamos sem saída: reiterar os percursos e resultados já encontrados.

Porém, embora se trate de mais um monumento na cidade, mostraremos por que este estudo apresenta características que o tornam único, tal como as estátuas de bronze esculpidas pelos artistas da memória. Para começar, apesar da importância do tema, poucos se debruçaram sobre ele, para elaboração de algumas reportagens jornalísticas ou artigos científicos que reconstroem o período de inauguração a partir do acervo disponibilizado pelo CIDARQ/UFG.

Para cobrir essa lacuna, este trabalho é, antes de tudo, uma análise da integralidade dos documentos encontrados na Coleção BAND - Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, arquivado e digitalizado pelo Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás. Qualquer objetivo que extrapole a sistemática e detalhada análise documental deste acervo é secundário. Aqui buscamos, com o auxílio do *software* Atlas T.I, tabelas do Excel, blocos de notas e muitas folhas rascunho, realizar uma profunda leitura de cada documento e lançá-los a público a fim de possibilitar maiores e melhores pesquisas.

A Coleção BAND fornece os documentos digitalizados e disponibilizados virtualmente pelo CIDARQ/UFG, com informações principais, bem como com uma primeira catalogação e divisão dos arquivos de acordo com seu tema, principalmente. Desse modo, as notas fiscais estão na série das finanças, assim como os discursos de conferências estão na série de eventos promovidos. Esse trabalho realizado pela equipe da unidade desta Universidade dinamizou o processo de leitura e análise textual realizado por mim.

Dado os devidos créditos, e destacando a coletividade deste resultado aqui entregue, esta pesquisa pretende responder quais foram os agentes e instituições responsáveis pela ereção do Monumento aos Bandeirantes, mais conhecido como “o Bandeirante” ou “a estátua do *Anhanguera*”, em Goiânia, no começo dos anos 1940. No entanto, não me interessa simplesmente nomear os agentes ou identificá-los dentro de um grupo social ou político específico, mas mostrar como consensualmente representaram o bandeirante a fim de construir a imagem de um herói moderno capaz de criar uma identidade para o grupo e forjar uma memória.

Para chegar a essas representações do período de construção da estátua, seu *nascimento*, recorreremos à análise documental. Certamente tivemos em conta as problemáticas que envolvem o estudo com documentos, pois, deixaram de ser prova suficiente de uma verdade histórica, devendo ser interpretados, num processo de inferência de suas composições. Dessa forma, o dever do/a historiador/a, ou sociólogo/a que se dispõe a estudar um objeto que envolve a construção do passado de uma sociedade, consiste em ampliar a noção de documento, relacionando-o com os valores da época de sua confecção, dado que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram [...], [um] esforço para as sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si próprias (LEGOFF, 1992, p. 538).

A ideia de construção do Monumento ao Bandeirante, em Goiânia, evidentemente, não surge do próprio Bartolomeu ou de seus familiares, mas de certos agentes que, de alguma maneira, se reconheciam em seu legado e se identificavam com ele. Além disso, objetivavam manter-se na memória local da cidade, enquanto pioneiros de uma história que ainda se escrevia. Quem são esses agentes e como identificá-los? O que pensavam e quais seus interesses? O acervo documental supracitado poderá fornecer dados para essas perguntas. Esses documentos foram doados pela família Cunha Bueno e colocados como arquivo de origem da cidade desde 1987, quando passou a consistir em patrimônio da Universidade Federal de Goiás, com ato solene de doação figurado na Faculdade de Direito da UFG. É importante não esquecer que:

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. *Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro*: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, *eternizadas em monumentos e arquivadas* (TEDESCO, 2004, p. 79, grifo nosso).

O acervo é composto por mais de 500 documentos, sendo telegramas, decretos-lei e recortes de jornais com fotografias e notícias, em sua maioria. Desde 2009, se encontra no Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da UFG para tratamento arquivístico e preservação. Com exceção de reportagens jornalísticas para divulgação do acervo, ele ainda não foi utilizado em pesquisas mais aprofundadas. Data nos documentos que a ideia de construir o monumento surgiu de Antônio Sylvio Cunha Bueno, acadêmico da Faculdade de Direito da USP, numa visita realizada em 1938 pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, a convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Compôs ainda essa comissão o político e advogado brasileiro Ulysses Guimarães (1916-1992).

Ainda sobre esse período de construção e inauguração da estátua, pretendemos desmitificar o interesse no desinteresse (BOURDIEU, 1996) por trás da doação, do inocente presente, entregue (ou trocado) entre os dois governos estaduais, configurando uma rede de relações. Trocado porque o bandeirante era a imagem do paulista. O “paulista”, que se gloria por ter sido o responsável pelo povoamento do “goiano”, representa a si mesmo num objeto e presenteia o “amigo”. O “goiano” presta honras ao “amigo”, reconhecendo seus grandes feitos. Na inscrição da estátua: *“Aos goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes”*. Qual relação se consolidava entre os dois estados com a doação dessa personagem e sua inauguração? Como foram veiculadas, nas imprensas goiana e paulista, nos anos de elaboração do monumento, as notícias dessa homenagem? Como esse herói foi representado, construído?

Em seu contexto de elaboração e erguimento (1938-1942), o monumento tinha como objetivo promover no território goiano, sobretudo em sua nova e moderna capital, o mito do bandeirantismo acoplado às novas configurações governamentais da ditadura Vargas (1937-1945) e suas políticas nacionalistas de interiorização levadas a cabo pela Marcha para o Oeste. Nesse contexto, o bandeirante, figura fictícia de uma personagem histórica real, é manipulada como ícone da identidade paulista e se projeta nacionalmente, como símbolo também da identidade nacional. Seus atributos são positivamente inscritos de modo a glorificar os desbravadores, agentes coloniais, corajosos homens responsáveis pela expansão territorial brasileira (DINIZ FILHO, 1993; RIBEIRO, 2006).

A estátua, feita em bronze, mede cerca de 3,5m de altura; veste o bandeirante com botas altas, chapéu largo, calça, gibão e cinto. As vestimentas assemelham-se muito com as fardas usadas pelos militares. O olhar altivo, mirando ao horizonte, provoca nele uma investidura de liderança, de chefia, mais do que um simples aventureiro. As armas são destaque: bacamarte, segurado na mão direita com firmeza, e espada, pendurada entre os ombros e a cintura. Por fim, a bateia para o garimpo, na mão esquerda. No momento de sua

fixação, outros detalhes foram considerados: localização e posicionamento. Os olhos da escultura e todo o seu corpo estão fixados de frente para o oeste da cidade como uma referência à já mencionada Marcha para o Oeste, patrocinada pela Fundação Brasil Central, nos anos 1930, sob o governo desenvolvimentista e nacionalista de Getúlio Vargas.

O *Anhanguera*, Bartolomeu Bueno da Silva, bandeirante paulista, é colocado como fundador do Estado de Goiás, responsável pela criação de muitos povoados que se tornariam cidades, inclusive sua antiga capital, além de ser reconhecido pelos méritos da exploração aurífera e riquezas do território. Essa imagem, essa narrativa, é reforçada pela própria estátua: recorda-se do homem, do corpo retratado na escultura em bronze. As homenagens a ele e às bandeiras, na cidade de Goiânia, são visíveis não apenas na estátua aqui estudada, mas também na toponímia e outras referências nominiais, como jornais, bairros, ruas, terminais do transporte coletivo, canais de televisão e premiações legislativas.

Em virtude da centralidade de localização do monumento, fixado entre as duas principais avenidas centrais da cidade, com alto índice de circulação de pessoas e mercadorias, grande fluxo comercial e, portanto, alta visibilidade, dificilmente um/a habitante da cidade, que more em regiões centrais, periféricas ou metropolitanas, desconheça sua existência. Aqueles/as que utilizam as avenidas Anhanguera e Goiás para trafegar pela cidade, sem dúvida já o perceberam no centro (histórico?) da cidade.

É possível atribuir à estátua um valor histórico (RIEGL, 2014), pois, ela faz parte da paisagem urbana desde a primeira década de existência da capital. O mesmo motivo valoriza as avenidas mencionadas que condensam grande parte dos edifícios construídos em *art déco* e são oriundas do traçado original da cidade, ambos tombados em patrimônio federal pelo IPHAN (os edifícios e o traçado original)¹. A toponímia nos dá indícios ainda da narrativa de origem do Estado: o *Anhanguera* que cruza Goiás.

Nos capítulos a seguir o/a leitor/a encontrará a seguinte divisão. No primeiro capítulo está o balanço bibliográfico que segue um esquema teórico para o estudo dos monumentos construído a partir da revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional. Ali tomamos os monumentos como objeto, símbolo, memória, texto, documento, obra de arte e patrimônio, separando cada seção para tratar de uma dessas formas de abordagem. Ainda neste capítulo, na última seção estão os aspectos metodológicos para o tratamento dos dados desta dissertação.

¹ Disponível no site do IPHAN: <<http://www.ipatrimonio.org/?p=19649#!/map=38329&loc=-16.679670276696996,-49.25512075424194,15>>.

Os capítulos seguintes foram divididos conforme a divisão temática dos próprios documentos. O capítulo dois trata da viagem da embaixada universitária paulista a Goiânia, apresentando a construção das espacialidades e o problema das fronteiras, bem como a construção da nova capital do estado interiorano, as impressões dos universitários sobre a nova capital, as homenagens prestadas aos bandeirantes do período colonial e ao bandeirante moderno, Hermano Ribeiro da Silva.

O terceiro capítulo apresenta os agentes, instituições e suas estratégias para se inscrever na memória da cidade a partir da construção do Monumento aos Bandeirantes. Narra fundamentalmente a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, as conferências e palestras realizadas, bailes, bem como apresenta gráficos com os principais números de agentes e justificativas dadas para a construção do monumento, além de relacionar o tipo de atividade ao agente.

Por fim, no capítulo quatro apresentamos o nascimento do personagem, com a inauguração do Monumento aos Bandeirantes, desde sua confecção, passando pelo seu pagamento, até os problemas da representação do bandeirante e da localização da estátua no espaço urbano. Para concluir, foram apresentadas as conclusões com as principais ponderações e contribuições dessa dissertação, além de questões futuras para outras pesquisas.

CAPÍTULO 1 – Monumento, o que é?

Embora dispersos em diferentes campos do conhecimento científico (BOURDIEU, 2003), os estudos que têm os monumentos como fonte de dados ou objetos de análise concentram-se em certos métodos e técnicas de pesquisa e reproduzem, em larga medida, um mesmo arcabouço conceitual. Vale adiantar, por exemplo, a sobrepujança de estudos de caso que recorrem à análise documental acerca do processo de construção dos monumentos em espaços públicos e intenção de seus construtores (BITENCOURT e NASCIMENTO, 2008; CARRASCO, 2015; DODEBEI e RODRIGUES, 2013; GODDEERIS, 2015; GUTIERREZ, 2009; JOHNSON, 2002; MAYELL e SIDAWAY; MORAIS, 2009; RISTESKI, 2016; RODRIGUES FUÃO, 2003; YING, 2013).

Esses documentos referem-se, na maior parte dos casos, aos próprios monumentos, tomados como documentos – testemunhos de um passado – e a matérias de jornais (reportagens, manchetes e fotografias, em especial). Ademais, os conceitos de memória, patrimônio e símbolos e suas ramificações (plano simbólico, formas simbólicas, simbolismo etc.) são constantemente acionados. Devido aos métodos mais recorrentes e sua vinculação mais próxima com elementos do passado, os estudos na História se destacam. Porém, outras áreas não deixam de chamar a atenção: Arquitetura e urbanismo, Geografia, Artes visuais, Antropologia, Linguística e, o que nos interessa mais particularmente, a Sociologia.

Para melhor organizar a exposição, optamos pela seguinte divisão do presente balanço bibliográfico. Na abertura, o/a leitor/a encontrará uma breve trajetória das definições de monumento – a historicidade do conceito –, suas características, seus tipos, suas funções, finalidades e a distinção entre monumento, monumento histórico e patrimônio histórico. Nas seções (figura 2), trataremos as principais formas de abordagem dos monumentos encontradas na literatura científica especializada de diferentes áreas do conhecimento, o que atesta seu caráter multidisciplinar. Nesta parte, buscaremos responder à questão “O que é monumento?” a partir dos diferentes referenciais teórico-metodológicos encontrados nos trabalhos acessados, concentrando-nos nos monumentos materiais móveis (i. é, que podem ser removidos, deslocados, transferidos de lugar; que não são fixos), tais como estátuas, esculturas, memoriais, obeliscos etc. Alguns autores/as podem ser encontrados/as em mais de uma seção e poderão ser retomados como referenciais teóricos desta pesquisa.

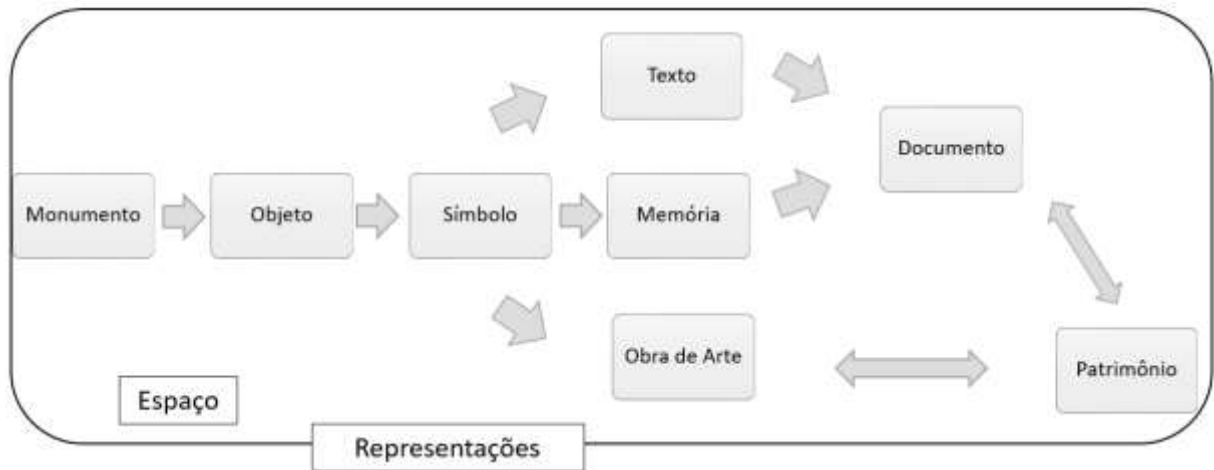


Figura 2 - Esquema teórico para o estudo dos monumentos. Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O esquema acima (figura 2) condensa os principais conceitos utilizados na classificação do fenômeno, figurando como uma síntese representativa deste balanço. Para explicar os monumentos enquanto fenômenos sociais, as autoras e autores tomam o monumento como símbolo, memória, texto, obra de arte, documento e/ou patrimônio, auxiliados sempre pelas categorias de espaço e representações. Incluímos os conceitos de cultura e identidade, intimamente vinculados à noção de monumento, como duas dimensões principais da memória, posteriormente também acionadas na conceituação dos bens patrimoniais. De forma semelhante, as relações de poder, intencionalidades políticas, que envolvem a construção dos monumentos, foram colocadas como dimensões dos documentos, também revisitadas no jogo patrimonial.

Como indicam as setas e os limites do esquema, optamos por separar esses conceitos mostrando como se ligam e se relacionam. As representações englobam todos os tópicos, estando presente desde a constatação do monumento enquanto simples objeto externo, produto material da atividade humana, até as complexas formulações acerca do patrimônio cultural nos Estados-nação modernos. De forma semelhante, o espaço envolve todos os demais subconjuntos, uma vez que a localização do monumento implica interferências na paisagem do ponto de vista simbólico-textual; leituras específicas no campo visual-artístico, temporal (documento, memória), além de se relacionar diretamente com as intencionalidades por trás das preservações patrimoniais.

Como se trata de uma elaboração nossa baseada nos estudos acessados, assumimos o risco de erguer essas fronteiras teóricas e reunir temas e propostas de pesquisa semelhantes num mesmo território, embora nosso esforço dirija-se no sentido de mostrar como elas se misturam e, em muitos casos, coexistem em muitos dos trabalhos encontrados, como já foi avisado. Não se trata de um referencial teórico para esta pesquisa, embora alguns autores

possam ser retomados durante a análise dos dados, mas de um balanço bibliográfico a partir dos textos e pesquisas consultadas.

Quando buscamos a definição de um termo, palavra ou, no caso científico, de um conceito, podemos recorrer ao dicionário, de preferência etimológico. A origem da palavra diz muito sobre a *coisa* nomeada: seu contexto de surgimento, seu lugar de origem, os povos que a criaram e utilizaram. É por isso que, nesse primeiro momento, faremos uma revisão conceitual de monumento, apresentando os principais e mais citados autores/as do campo e suas respectivas contribuições à definição, antes de afunilarmos em cada uma das dimensões de análise encontradas para definir o fenômeno, seus conceitos e formas de abordagem auxiliares.

Na língua portuguesa, assim como nas línguas espanhola, francesa, italiana, grande parte das palavras são herdeiras do latim e do grego. Outras genealogias possíveis existem, como é o caso das línguas africanas e indígenas no português do Brasil, com referências em inúmeras toponímias, espécies da fauna e flora, aspectos culturais (instrumentos musicais, danças, alimentos etc.). Essas influências particulares serão importantes quando tratarmos do patrimônio cultural e nos aprofundarmos no caso específico dessa pesquisa: o monumento aos bandeirantes, com destaque ao *Anhanguera* (palavra de origem indígena).

Para confirmar esse predomínio de origens latinas e gregas, fruto das heranças das antiguidades greco-romana, a palavra monumento, etimologicamente, remete a *monumentum* (latim) e *mnema-mnemeion* (grego). Conforme J. LeGoff (1992), historiador francês membro da Escola dos Annales², sua origem latina remete diretamente à memória, à capacidade de evocação do passado:

A palavra latina *monumentum* remete a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar” [...]. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação. (LEGOFF, 1992, p. 535, grifos do autor)

No Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de 1913, monumento é definido como uma “obra ou construção, feita para *transmitir à posteridade a memória de fato ou personagem notável*. Edifício, admirável por sua construção, antiguidade ou valia dos fatos

² Jacques Le Goff fez parte, junto com Pierre Nora, da terceira geração dessa escola que se difundiu no período entre guerras, na França, tendo em vista a superação da perspectiva positivista da História, o que incluía a ampliação da noção de documento, antes visto apenas como fonte escrita. Seus primeiros expoentes foram Lucian Febvre e March Bloch.

que relembra” (FIGUEIREDO, 1913, p. 1341, grifo nosso). Essas definições dicionarizadas, portanto, não se encontram isoladas, pois, são utilizadas ou refutadas pelos grupos letrados das sociedades em determinado momento histórico. Entre esses grupos letrados, nos concentraremos nos/as pesquisadores/as que compõem um campo científico cujas contribuições interferem na conceituação e entendimento dos monumentos. Vemos, logo, na gênese da noção de monumento a conotação de uma “promessa de eternidade” (ASSMANN apud RODRIGUES, 2016, p. 26), de um “protesto contra a mortalidade” (CATROGA apud RODRIGUES, 2016, p. 54), ao “transmitir à posteridade a memória de” algo ou alguém, seja um evento, acontecimento histórico específico, ou uma personagem, real ou fictícia.

A etimologia de monumento remete ainda à mausoléu, do latim *mausoleum*, derivado do grego *mausolos*, que significa um sepulcro suntuoso, que nos remete à noção moderna de museu. Esse caráter “suntuoso”, de grandeza, lugar de riquezas, de acordo com Cristina Freire (1997, p. 94), remonta à relação de duas noções essenciais dos monumentos: “morte e maravilhamento”. Essas noções reúnem estética e história num mesmo elemento da realidade, o que será abordado separadamente respectivamente nas seções “Uma criação humana com valor artístico” e “Uma construção social documentada”.

Voltando a Freire (1997), sua fundamentação vem de Le Goff (1992, p. 535, grifo nosso) ao dizer que o *monumentum* abrange, desde a Antiguidade, dois sentidos: “1) obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um momento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte”. Isso adianta os tipos de monumentos encontrados entre os autores estudados, que veremos mais detidamente na parte final desse capítulo.

O jurista, filósofo e historiador de arte vienense Aloïs Riegl, em seu livro “O culto moderno dos monumentos”, publicado em 1903, define o monumento como “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2014, p. 31).

Em diálogo com Riegl, Françoise Choay (2017 [1992]), historiadora francesa de arte, arquitetura e urbanismo, em seu livro “A alegoria do patrimônio”, faz uso desse recurso de retomar as definições de monumento nos dicionários franceses para reconstituir uma trajetória do conceito ao longo das transformações das sociedades ocidentais, em especial europeia. Para ela, mais do que um transmissor de informação, o monumento atua pela mediação da emoção, da afetividade, como uma memória viva, o que caracterizaria sua especificidade de

ação sobre a memória. Sua definição de monumento inclui, portanto, “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 18).

Essa ação sobre o tempo, a memória e a relação com a comunidade, configuraria, para Choay (2017), o sentido essencial e primeiro dos monumentos, sua função antropológica:

O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2017, p. 18)

Os monumentos contribuem, portanto, para construir e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional ou tribal. Além disso, o monumento, ao ser trocado entre diferentes sociedades, pode ser definido como um fato social total, no sentido de Marcel Mauss, pois, além de combinar diferentes aspectos da vida social (jurídico, moral, político, familiares, econômico, religioso, estético), é “totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e sobretudo simbólica” (MARTINS, 2005, p. 46).

A noção de monumento como “aquilo que traz à lembrança alguma coisa” (*monumentum*) é reiterada pelo sentido da “rememoração”. Para LeGoff (apud BATISTELLA, 2014, p. 155), “a sua finalidade é perpetuar e recordar e fazer uma possível volta ao tempo”. Assim, o monumento aparece como um signo do passado, e seus sentidos principais apontam para fins comemorativos ou funerário, de acordo com sua definição anterior.

A curadora do Museu de Arte Contemporânea da USP, Cristina Freire, com formação em Psicologia Social, estudou as relações entre os espectadores e as obras de arte em exposição na cidade de São Paulo, apontando para a interação entre sujeito/objeto. Em seu livro “Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo”, publicado em 1997, a autora reforça a definição de monumento no sentido da rememoração, pois, “remete ao ausente, a um fluxo de tempo passado que a peça, através de seus símbolos, pretende rememorar, eternizar” (FREIRE, 1997, p. 58). Nesse sentido, pode ser visto como uma “referência importante”, um destaque ou síntese, tal como Picasso para a história da arte moderna. Isso será discutido também nos tipos de monumentos, pois, veremos como uma obra literária ou um artista plástico pode ser considerado um monumento. Seu foco de análise, delimita a autora, será o monumento enquanto “*res publica*, algo, uma coisa, que está em exposição na cidade” (FREIRE, 1997, p. 90). Em seu trabalho, que será melhor explorado em

outros momentos (aqui nos interessa apenas as definições), o monumento é tido como um referente no tempo, um elo entre o passado (representado) e o futuro, e, por isso, como um elemento da identidade, ou seja, um elo entre o “eu” e a comunidade.

Os historiadores brasileiros Nascimento e Bitencourt (2008) recorrem e reafirmam tanto as definições de LeGoff, como de Freire e Choay, ao estudar a construção da identidade de cidades do sul catarinense a partir de dois monumentos escolhidos para análise. Posteriormente trataremos de sua pesquisa especificamente. No que concerne às definições de monumento, os autores adicionam um “investimento simbólico” em um passado selecionado, relacionado com a manutenção da identidade da comunidade, mostrando que, em geral, os monumentos são erguidos pelo poder público, ou seja, carregam uma intencionalidade intrínseca, urgindo como um instrumento de poder.

R. L. Corrêa (2007b), geógrafo brasileiro, apresenta algumas funções do que ele chamou de “formas simbólicas espaciais”:

- i – Perpetuar antigas tradições consideradas positivas, tanto para o presente como para o futuro.
- ii – Fazer parecer antigo aquilo que é novo e considerado necessário para o presente e o futuro. A força da tradição, mesmo inventada, asseguraria alcançar os objetivos desejados.
- iii – Transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos. Esses grupos podem ser religiosos, étnicos, raciais e sociais.
- iv – Afirmar a identidade de um grupo religioso, racial ou social. Neste caso, como no anterior, relações de poder estão presentes na concepção e construção de monumentos.
- v – Glorificar o passado, acentuando os seus valores, pensando no presente e mesmo no futuro.
- vi – Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de novos sentidos, vinculados, via de regra, ao progresso e à harmonia social, construídos pelos grupos socialmente poderosos do presente.
- vii – Criar “lugares de memória”, cuja função é a de coesão social em torno de eventos de um passado comum. (CORREA, 2007b, p. 10)

Aqui é possível observar que o elo de identidade estabelecido entre o “eu” e a comunidade, longe de ser romantizado ou naturalizado, é dotado de um sentido político, uma vez que a ereção de um monumento implica a transmissão de “valores de um grupo como se fosse de todos”, numa suposta despretensiosa afirmação de universalidade entre as representações compartilhadas.

O sociólogo brasileiro P. Borges (2017) afirma que os monumentos públicos são erguidos sustentando a tônica dos vencedores sob a égide de esquecimentos induzidos. Acrescenta, portanto, o potencial de coesão social, decorrente do poder simbólico lançado pelos monumentos, com “intencionalidades especificamente políticas incrustadas” neles (BORGES, 2017, p. 352). Continua:

Os monumentos são criados para gravar e fixar – como símbolos – os motivos dos homens do passado. Importa torná-los permanentes para *tocar as emoções* dos homens do presente e mobilizá-los (Arrais, 2010). Nesse sentido, é típico que os monumentos *projetem uma grandiosidade* pretendida, fixada no espaço e arremessada no tempo sob formas, dizeres, emblemas, figurações totêmicas e icônicas, que *buscam homogeneizar as percepções futuras*. (BORGES, 2017, p. 352, grifos nossos)

O autor reafirma a definição de Choay (2017) sobre a mediação pela afetividade realizada pelos monumentos no seu trato com a memória. Além disso, reitera o caráter político intencional de “homogeneizar” percepções, representações e visões de mundo. Ademais, essa grandiosidade mencionada remete-nos à definição de “monumental” encontrada no Dicionário Etimológico (FIGUEIREDO, 1913) já utilizado aqui: do latim *monumentalis*, relativo a monumento, a algo “grandioso, magnífico”, “extraordinário, enorme”. Não à toa, como veremos, grande parte dos trabalhos encontrados sobre os monumentos tomam como objeto de análise esculturas enormes, estátuas de tamanhos vantajosos e notável visibilidade. Nessa direção, Corrêa (2005, p. 1, grifo nosso) entende que os monumentos são “formas simbólicas *grandiosas* como estátuas, obeliscos, colunas e templos”.

Todavia, Freire (1997) aponta que há uma confusão na utilização da categoria monumento “como se bastasse ser grande (ou enorme) para ser monumental” (FREIRE, 1997, p. 97). Para ela, não se trata de uma medida empírica, pois, a monumentalidade não se apoia necessariamente em medidas físicas. A autora exemplifica com um saleiro, minúsculo objeto de uso doméstico, esculpido em ouro por Benvenuto Cellini (1500-71) sob encomenda do rei Francisco I, que, por suas qualidades estéticas e históricas, é considerado um monumento. Nesse sentido, os monumentos ligam-se “a uma rede de atributos e conteúdos simbólicos que extrapolam sua presença física” (FREIRE, 1997, p. 98).

Um problema central na análise de Choay (2017) é o de desvendar se o papel dos monumentos nas sociedades avançadas ainda seguiria seu sentido primeiro do termo: sua função ou valor memorial. Ao narrar uma trajetória conceitual, ela mostra que o sentido memorial cedeu lugar ao valor arqueológico do monumento antigo, ao valor estético de “monumentalidade” e, por fim, de prestígio, poder e grandeza. Percebemos, portanto, uma relativização temporal do conceito.

Essa trajetória compreende o período entre o séc. XVII, em que o monumento era tido como “*testemunha que nos resta* de alguma grande potência ou grandeza dos séculos passados. As pirâmides do Egito, o Coliseu, são belos monumentos da grandeza dos reis do Egito, da República romana” (Furetière apud CHOAY, 2017, p.19, grifo nosso). Passa pelo

séc. XVIII e XIX, com os monumentos definidos por seu aspecto estético: “ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso” (Dictionnaire de L’académie apud CHOAY, 2017, p. 19). Aí também se encontra a perspectiva da arquitetura com relação ao monumento: “designa um *edifício construído para eternizar* a lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um *fator de embelezamento* e de magnificência nas cidades” (Quatremère de Quincy apud Choay, 2017, p. 19, grifo nosso). Segue ainda esse período a Rev. Francesa e a necessidade de afirmação de uma nova identidade na França, tendo em vista a ascensão da burguesia enquanto classe dominante: “‘Monumento’ denota, a partir daí, o poder, a grandeza, a beleza: cabe-lhe, explicitamente, afirmar os grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética” (CHOAY, 2017, p. 19).

No séc. XX, Choay (2017) verifica uma progressiva extinção da função memorial dos monumentos, de signo para sinal. As causas esbarram nas transformações culturais e nos avanços tecnológicos: imprensa, gravação de áudio e vídeo, fotografia, indústria cultural (o que inclui a própria indústria patrimonial):

O monumento simbólico erigido, *ex nihilo*, para fins de rememoração, está praticamente fora de uso em nossas sociedades desenvolvidas. À medida que estas dispunham de técnicas mnemônicas mais eficientes, aos poucos deixaram de edificar monumentos e transferiram o entusiasmo que eles despertavam para os monumentos históricos (CHOAY, 2017, p. 25, grifo da autora).

Nessa direção, Freire (1997) constata que a função pedagógica dos monumentos foi substituída por outros meios mais eficazes de transmissão de conhecimento, na medida em que ganham um maior alcance sobre as massas: a fotografia, o cinema, o vídeo, a música. Para ela, essas novas formas de aprendizagem decorrem da alteração nos usos dos espaços públicos. Para finalizar esta introdução do capítulo, falaremos dos tipos de monumentos mais recorrentes.

O dicionário que utilizamos para abertura das definições (FIGUEIREDO, 1913), coloca a obra “A Divina Comédia” de Dante Alighieri como um monumento, por se tratar de uma obra notável. Nesse sentido, semelhante a Freire (1997) que mencionou Picasso como monumento da história da arte moderna, obras literárias, documentos políticos, inscrições antigas, podem somar à lista. Na música, obras da arte musical ou sonora também podem fazer parte dessa definição. Na arquitetura, edifícios e prédios, e seus diferentes usos: museus, palácios, templos, igrejas, conventos, prisões, universidades, hospitais etc. No urbanismo, cidades históricas; plantas, malhas e desenhos urbanos; traçados, avenidas, praças. Obras

(artísticas ou não): esculturas, bustos, efígies, memoriais, murais, obeliscos, totens, painéis, estátuas (religiosas/seculares; personagem fictício ou real), entre outros.

Em consequência dessa variedade de “espécies” monumentais, suas abordagens, estudos e problemas de pesquisa incidem sobre diferentes campos do conhecimento. O monumento é, portanto, um objeto interdisciplinar. Na Sociologia, fora apontado por Durkheim em “As regras do método sociológico” (1895) como expressão de certos fatos sociais, permitindo capturar dados sociológicos: “O direito existe nos códigos, os movimentos da vida cotidiana se inscrevem nos algarismos da estatística, *nos monumentos históricos*, as modas nas roupas, os gostos nas obras de arte” (DURKHEIM, 1966, p. 28). Em “Educação e Sociologia” (1922), ele afirma que “os resultados da experiência humana [...] conservam-se quase que integralmente e até em seus detalhes, graças aos livros, *monumentos figurativos* [...]” (DURKHEIM, 2011, p. 60, grifo nosso).

Tendo em vista o seu contexto, a França de final do séc. XIX, a perspectiva de monumento de Durkheim coincide com o que Choay (2017) chama de “monumento histórico”. O monumento histórico assemelha-se com a noção de patrimônio histórico que será melhor explorada na seção “Algo a ser preservado”. Adiantamos que se trata, no sentido estudado por Choay (2017, p. 25), de “uma invenção, bem datada, do Ocidente”, que é exportado para fora da Europa a partir da segunda metade do séc. XIX:

Foi em meados do século XIX quando se definiu, legalmente, o que se considerava monumento em geral e monumento histórico ou artístico em particular. Se entende por monumento em 1844 a: obra pública que pode tomar a forma de estátua, inscrição, pirâmide, templo, panteão [...] para comemorar ou perpetuar a memória de alguma pessoa insígnis por seu saber ou por suas façanhas ou patriotismo (CAL apud CRUVINEL, 2012, p. 24, tradução nossa).

C. González (2014), professor da faculdade de arquitetura da UNAM, ao estudar a função simbólica dos monumentos ao centenário de independência no México e Argentina, além de utilizar as definições de Riegl, Le Goff e Choay, concorda que o séc. XIX, após a Rev. Francesa, fomentou o desenvolvimento da noção de monumento. O crescimento das cidades seguido da Rev. Industrial, as rápidas transformações, a necessidade de “signos de poder” (moedas, medalhas, emblemas, bandeiras, monumentos) para a consolidação dos Estados nacionais, acompanham esse período de *modernização* das sociedades ocidentais, europeias e americanas, em temporalidades distintas.

A unificação nacional, a expansão imperialista, a independência política reivindicada pelas ex-colônias, a afirmação da classe burguesa, a ascensão e queda de regimes totalitários e os inúmeros conflitos sociais gerados por esse processo de mudanças sociais acarretaram o

surgimento da noção de monumento histórico, como elementos da história a serem conservados ou mesmo destruídos:

No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no *intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes*, nobreza e clero (KUHL, 2007, p. 3, grifo nosso).

Choay (2017) aponta diferentes tipos de vandalismos que coexistiram nesse período, entre os quais destacam-se até mesmo ações legais de restauração, vistas como intervenções não desejadas. Nesse sentido, Correa (2005) atesta para a interconexão entre práticas de afirmação ou contestação política dos monumentos e suas representações. As profundas transformações e contradições estimuladas pela modernidade promoveram uma alteração radical de valores e crenças, o que exigiu novas formas simbólicas.

Na virada para o séc. XX, portanto, a noção de monumento passa a conter uma estrutura criada para recordar uma pessoa ou acontecimento (monumento) ou uma estrutura que se converteu em algo importante para um grupo social como parte de suas recordações de feitos passados (monumento histórico), tais como edifícios públicos, casas, fábricas, estações de trem (GONZÁLEZ, 2014). Por seu tamanho, antiguidade ou significado histórico e/ou artístico, uma obra/estrutura pode ser acrescida de um caráter monumental.

Para ilustrar a distinção entre monumento e monumento histórico, vejamos como o historiador de arte já mencionado Riegl a estabelece:

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado enquanto tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. (RIEGL apud CHOAY, 2017, p. 25, grifos do autor)

Em síntese, para Choay (2017) em concordância com Riegl (2014), os monumentos têm a pretensão desde a sua ereção de tornar vivo um passado enterrado no tempo. Os monumentos históricos, por outro lado, têm suas funções atualizadas por atos de valorização, conservação e preservação, feitos posteriormente, em virtude do reconhecimento de seus valores históricos, artísticos ou científicos.

Para as discussões que seguem neste balanço, delimitaremos nossa análise nos monumentos intencionais, materiais e móveis (alguns casos de bens imóveis podem ser mencionados, tais como edifícios, prédios etc.), que podem ou não ser considerados monumentos históricos. Entre esses monumentos destacam-se obras ou construções humanas

que visam comemorar um evento ou personagem passado através de formas simbólicas como esculturas, estátuas, bustos, obeliscos, memoriais, entre outros.

1.1. Um símbolo que se reconhece

Nessa perspectiva, destacam-se estudos na História, Antropologia, Arquitetura, Sociologia, Geografia e outros. Apresentaremos alguns trabalhos encontrados. Verificamos que os conceitos de signos, linguagem (formas de comunicação), simbolismos, imagem, imaginário e representações foram selecionados como suportes teórico-metodológico. De modo geral, os estudos conduzem uma análise semiótica dos monumentos enquanto símbolos, transmissores de significados construídos, de representações sociais contrastantes e em disputa no que os autores convencionaram chamar de plano simbólico.

Para investigar as inter-relações entre escultura, espaço e representação simbólica da imagem, a artista plástica brasileira S. Almeida (2007) toma o monumento como um símbolo, uma referência imagética e espacial, sendo, portanto, um marco, um ponto de confluência no tecido urbano, elemento de identidade coletiva: símbolo-imagem-orientação, “ninho”. Essa noção de orientação e marco na cidade será melhor abordada posteriormente. Aqui nos interessa o pressuposto do monumento enquanto símbolo, ou seja, dos “significados [que] imbricam-se a coisas” (BASQUES, 2010, p. 152).

K. Rodrigues (2016), historiadora brasileira, ao estudar a construção da imagem heroica do General Tibúrcio para a memória regional do Ceará e sua projeção a nível nacional, toma a estátua de bronze como um símbolo da tentativa de cristalização de uma imagem do personagem, imortalizando-o. A autora mostra que os significados do monumento acompanham até mesmo seus materiais, pois, o bronze simboliza perenidade, imortalidade, durabilidade. “O monumento como um símbolo busca vincular – passado e futuro” (ACHUGAR apud RODRIGUES, 2016, p. 44). A análise da estátua enquanto elemento simbólico busca a construção de seus significados imediatamente expressos: posição, altura, localização, ornamentos adjacentes; vestimenta, sexo, fenótipo, expressões, *hexis* corporal da personagem.

O trabalho dos professores de enfermagem Porto e Oguisso (2011) serve de exemplo dessa leitura. Sustentados em Bourdieu e sua noção de *hexis* corporal e representação objetual, os autores realizam uma análise dos elementos simbólicos da estátua a Anna Nery, monumento construído pela Cruz Vermelha Brasileira. Segundo os autores, a corporeidade

emitida pelo monumento evidencia a construção de uma heroína, percebida pela vestimenta, postura e acessórios simbólicos como coroa e véu.

O arquiteto e professor peruano V. Ticona (2016), ao estudar a construção do grandioso monumento a José de San Martín inaugurado em 1921, na cidade de Lima, promovida pelo Estado peruano, questiona quem foi o homem homenageado.



Figura 3 - Monumento a Don José de San Martín, Lima - Peru. Fonte: Acervo pessoal (2019)

Ao proceder a uma análise do conteúdo simbólico do monumento a partir do discurso iconográfico presente em fotografias (análise semiótica da imagem) dos projetos descartados e escolhido, do concurso à inauguração, o autor observou uma ressignificação da imagem de San Martín no contexto dos centenários de independência sul-americanos. Trata-se de uma dívida do país para com seu “libertador”: um general esculpido como líder reflexivo e sereno, cumprindo a função de representar um governo e seus valores. As possibilidades discursivas induzem a um reforço da ideia de nação. O que o autor faz é analisar a imagem escultórica no contexto urbano e sua relação com o âmbito social e político mediada pelo plano simbólico.

Nas cidades, os olhos não veem as coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. *Ícones, estátuas, tudo é símbolo*. Aqui tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento. Como é realmente a cidade sob esse invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, parece impossível saber (PEIXOTO apud CRUVINEL, 2012, p. 40, grifo nosso).

Os monumentos são meios eficazes de transmissão de certas representações que se pretendem coletivas. Ao entendê-los como formas simbólicas, Correa (2007a) caracteriza-os por sua *polivocalidade* ou *plurivocalidade*, ou seja, por sua instabilidade de significados e diversidade de interpretações possíveis. Em concordância com o sociólogo jamaicano S. Hall

(2016), para ele, as representações são resultantes do processo de produção e comunicação de significados entre membros de uma mesma cultura.

Seguindo este raciocínio, para Hall há três grandes correntes que definem a natureza da interpretação dos signos: construcionista, reflexiva e intencionalista. A primeira entende que os significados são construídos a partir das experiências daqueles que interpretam as formas simbólicas, o que resulta na *polivolidade* já mencionada. Apoia-se na linguística de F. Saussure e nos métodos de iconografia e iconologia sustentados por E. Panofsky. Essa é, portanto, a corrente a qual o autor se filia para analisar alguns monumentos urbanos contemporâneos.

A *plurivocalidade* de um monumento pode ser observada diretamente em atos de celebração ou contestação de seus significados que permitem capturar seu sentido propriamente político. Os monumentos possibilitam leituras distintas a partir de um mesmo objeto material esteticamente concebido. Corrêa (2007a) traz como exemplo protestos contra a manutenção do monumento ao Exército Vermelho em Budapest e movimentos favoráveis que reafirmavam o papel do exército soviético na libertação da capital húngara no fim da II Guerra.

Ainda nessa perspectiva construtivista, da *plurivocalidade* do monumento, para Ticona (2016, p. 194, tradução nossa), que estudou o Monumento a San Martín no Peru, a mensagem do monumento é “subordinada à condição polissêmica da imagem sugerida, permeável pela subjetividade do olhar dos transeuntes” que se movimentam e repousam no espaço público. Para a Sociologia interessa fundamentalmente os aspectos intersubjetivos dessa polissemia, de modo a compreender quais são as leituras e significados compartilhados no interior de diferentes classes e grupos em determinada sociedade.

A análise reflexiva, em oposição, considera que as formas simbólicas portam um dado significado em si mesmas. A interpretação seria obtida, então, diretamente dela. Já a intencionalista visa decodificar as intenções dos atores sociais envolvidos em sua construção, pois as formas simbólicas “expressam apenas as intenções daqueles que as conceberam” (CORREA, 2007a, p. 8).

Essa corrente intencionalista, embora reúna uma parte considerável dos trabalhos encontrados, que buscam, na análise documental, escavar as intenções dos agentes envolvidos na construção dos monumentos, vai de encontro com outras propostas que testificam os monumentos para além de si mesmos (corrente reflexiva) e de seus construtores: “um monumento representa e revela valores de uma sociedade; é o testemunho de determinada cultura e apresenta-se como instrumento de distribuição de significados e de símbolos: *sua*

capacidade narrativa excede a vida de quem o originou” (CRUVINEL, 2012, p. 24, grifo nosso).

A historiadora brasileira Roswithia Weber (2018) analisa a construção do Monumento ao Sapateiro na cidade de Novo Hamburgo – RS. Nele, o “trabalho”, da indústria calçadista em especial, é esculpido como símbolo da identidade local. Para compreender esse fenômeno, a autora recorre a jornais locais e reconstrói o período de encomenda, 1978, e inauguração, 1979, da escultura. Ao proceder com uma análise da construção das representações identitárias e da disputa de memórias em torno do monumento, a autora toma-o como um símbolo capaz de emitir diversos significados, próximo da corrente construtivista mencionada anteriormente (HALL apud CORREA, 2007), ainda que busque a princípio as intenções do artista e do poder público na criação e ereção do monumento. Vemos, portanto, que essas três grandes correntes, na prática de pesquisa, se entrecruzam.



Figura 4 - Monumento ao Sapateiro, Novo Hamburgo - RS, 2008. Fonte: WEBER (2018)

Essa corrente construtivista permite ainda responder uma pergunta recorrente nas diferentes áreas: como os monumentos são recebidos pelo público? Essa questão, ainda que busque retomar o período de elaboração e inauguração, em geral é respondida no presente. Os monumentos aparecem, então, como peças-chave nas reinvenções urbanas e suas traduções textuais. A interação entre os monumentos e os/as habitantes ou visitantes de uma cidade é mediada pela percepção visual decodificada em significados diferentes a depender das experiências intersubjetivamente compartilhadas, como já pontuamos. Um dos desafios metodológicos comuns às pesquisas consiste em capturar esses significados.

Borges (2017), sociólogo brasileiro já mencionado, ao estudar a destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia observa uma relação entre as simbologias vinculadas ao mundo do trabalho, às lutas dos trabalhadores – socialistas, em alguma medida, e o

incômodo que provocavam em seus antagonistas. Além disso, a “omissão de autoridades políticas e agentes culturais quanto à preservação da memória e da simbologia das lutas de esquerda” (BORGES, 2017, p. 347), para o autor, reúne elementos que permitem compreender a não-revitalização do monumento e seu destino de “história silenciada”, “memória impedida”. É o que ele chama de “insensibilidade tecnocrática”, atrelando a essa discussão a necessidade de uma política patrimonial para o município.



Figura 5 - Monumento ao Trabalhador, Goiânia - GO. Fonte: Borges (2017)

Nessa mesma direção, a arquiteta Ribeiro (2006), que estuda o monumento a Duque de Caxias na cidade de São Paulo, mostra que a busca por uma identidade nacional, regional ou local, “e a criação de símbolos, rituais, e até mesmo, de monumentos no espaço público, entendidos como ‘dispositivos de comunicação’, são vistos como artifícios que procuram *manipular o imaginário social*, tornar comum uma crença ou legitimar um poder” (RIBEIRO, 2006, p. 23, grifo nosso).



Figura 6 - Monumento a Duque de Caxias, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)

Um grupo de jornalistas (ANDRADE et al, 2018) analisou como as estátuas estão vinculadas à identidade local, perpetuando o poder da memória dominante. Ao tomar a estátua como objeto fixo e inflexível inserido num mundo social historicamente configurado, as autoras percebem sua polissemia. Uma estátua carrega, portanto, fatores históricos e uma simbologia e sentidos diversos.

Esse grupo estudou um movimento em prol da permanência de estátuas em Charlottesville, nos EUA, que homenageiam confederados da Guerra de Secessão (1861-1865) contrários à abolição da escravidão, entre eles Robert E. Lee. Esse movimento, autodenominado de “supremacistas brancos”, teve como oposição um protesto organizado por grupos de estudantes negros/as.



Figura 7 - Estátua de Robert E. Lee, Charlottesville, EUA. Fonte: Google Imagens (2020)

Os conflitos simbólicos em torno da estátua e seus significados históricos envolvem diretamente conflitos raciais. Os defensores supremacistas protestavam ainda para destacar a filantropia do escravocrata Edward Colston, vinculado ao comércio britânico de escravos. A partir dessa discussão acerca dos monumentos enquanto símbolos, as autoras concluem que o significado das estátuas “não é criado nem está no objeto em si, mas, na verdade, em quem está fixando o tal sentido de forma tão perseverante” (ANDRADE, 2018, p. 8). Nesse sentido, concordam com a corrente construtivista destacada por Correa (2007b) em consonância com S. Hall: o sentido é construído através do processo de representação. Desse modo, “ao serem adotadas como emblema pelos supremacistas brancos tanto para suas manifestações quanto para ponto de encontro, as estátuas estão cumprindo o seu verdadeiro papel” (ANDRADE et al, 2018, p. 8).

O próprio Correa (2005) usa este exemplo das estátuas aos confederados nas cidades do sul dos EUA para mostrar como os significados podem ser recriados e apropriados por grupos e instituições diversas e, em muitos casos, ser ambíguos. Em movimentos de afirmação ou contestação de determinadas interpretações do passado, simbolizadas em um monumento, é possível captar essas disputas e polissemias de significados. Nesse sentido, "a maior ou menor durabilidade e vigência do monumento como símbolo e testemunho de um tempo histórico dependerá de sua capacidade de reatualizar-se através das práticas dos atores" (MARQUEZ e KRAUSE, 2014, p. 163, tradução nossa).

Outro exemplo, agora brasileiro, de conflitos étnicos-raciais que envolvem os monumentos enquanto símbolos (identitários), é trazido pela historiadora e antropóloga M. Soares (1999). O Monumento a Zumbi, erigido em 1986, figura como peça da imaginária urbana do Rio de Janeiro. Sua dimensão (7m de altura), peso (800kg de bronze); sua forma (réplica de arte africana: trata-se de uma ‘cabeça’ e não de uma ‘estátua’), simbolizam o personagem Zumbi, morto em 1695 após liderar a resistência da tentativa de destruição comandada pela Coroa Portuguesa contra o Quilombo de Palmares, na região do atual estado de Alagoas: Zumbi foi um herói decapitado. Para Soares (1999), o planejamento de um monumento coloca, de imediato, dois problemas: o da representação e da localização. Nesta seção nos interessa apenas a problemática da representação.



Figura 8 - Monumento a Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro - RJ. Fonte: Google Imagens (2020)

A fim de investigar como o monumento se materializa e traz em sua concretude um suposto consenso em torno de um “discurso de negritude”, a autora analisa um conjunto de fontes, tanto da grande imprensa quanto da imprensa ligada ao movimento negro, entre os anos 1982 (proposta de construção) e 1986 (inauguração), que permitem a análise do monumento e de todo o quadro institucional e social que envolve a iniciativa de sua construção. Ela nota um vínculo entre o novo contexto político-partidário do Rio de Janeiro a partir dos anos 1980 e a ereção do monumento, fato que é reiterado no interesse político-eleitoral na data de inauguração. Além desse vínculo eleitoral com o símbolo à negritude, a autora observa um problema na representação. O poder público, na figura do vice-governador e antropólogo Darcy Ribeiro, relegou a escravidão a 2º plano, esculpindo Zumbi como “representante da ‘beleza negra’” (SOARES, 1999, p. 134). Com isso, na simbolização, a individualidade do herói é substituída pela generalidade da raça.

No Brasil, a construção do primeiro monumento público a um líder negro, um busto a Luiz Gama, na cidade de São Paulo, aproxima-se do caso estudado anteriormente. A antropóloga L. Stumpf e o historiador J. Vellozo (2018) revelam o conteúdo identitário da iniciativa, resultante da mobilização do movimento negro.



Figura 9 - Busto a Luiz Gama, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)

A análise inclui a campanha para ereção, a concepção artística do escultor e as dificuldades colocadas pelo poder público. Tem como fonte um jornal expoente da imprensa negra, entre os anos 1929 e 1931. O monumento surge como uma afirmação de identidade racial:

A simbologia de ter um homem negro representado por um monumento desse tipo se ampliava, na medida em que Gama, durante toda a sua trajetória, fez questão de afirmar-se como tal, valorizando aspectos fenotípicos que marcavam a negritude, com destaque para os seus cabelos e barba (STUMPF, 2018, p. 141).

Esse problema da representação pode ainda ser ilustrado pelas dificuldades em caracterizar o fenótipo do “brasileiro” encaradas pelo artista responsável em esboçar o Monumento ao Homem Brasileiro no Ministério da Saúde, nos anos 1930, sob a ordem do ministro Capanema. O ministro não se agradou do modelo criado pelo artista, pois se trata de “um modelo barrigudo, de traços sertanejos e nada atlético” (FABRIS apud ALVES, 2007). De fato, objetivava-se com sua criação o estabelecimento de uma obra de arte pública, instrumento de retórica e propaganda na construção de uma identidade nacional (sustentada em Gilberto Freyre, Buarque de Holanda, Caio Prado e Oliveira Viana).

De modo geral, o que vimos nessa seção nos permite verificar alguns estudos que têm os monumentos enquanto objetos simbólicos que habitam o espaço urbano por onde trafegam os indivíduos em seus grupos e representações coletivas. Podemos notar o predomínio de estudos realizados por historiadores/as, arquitetos/as, geógrafos/as, sociólogos/as e antropólogos/as. Entre os métodos, destacam-se a análise documental, com ênfase nas fontes jornalísticas, e a análise iconográfica ou semiótica do monumento e de fotografias.

1.2. Um passado que se faz presente

Nesta seção, traremos os estudos que tomam o monumento como um objeto simbólico que provoca um retorno ao passado. Como vimos inicialmente, o sentido original da noção de monumento liga-se intimamente à memória, na busca por manter viva a recordação e evitar o esquecimento: “é um sinal do passado” (LE GOFF, 1992, p. 535). A etimologia de recordar remete a “colocar de novo no coração” (FREIRE, 1997). Nesse sentido, a memória se constrói de maneira afetiva, podendo estar vinculada à fantasia e ficção, à imaginação, e não apenas a fatos realmente ocorridos. A deusa que personificava a memória, *Mnemosyne*, mãe das nove musas responsáveis pela história, tragédia, comédia, música, danças, poesia, estabelece essas ligações entre “rememorar” e “inventar” (FREIRE, 1997, p. 127). Haveria, portanto, uma correlação entre memória, imaginário e representação social.

Desse ponto de vista, a função primeira do monumento é tornar perene ou imortal um evento ou personagem considerados dignos de recordação por uma sociedade ou Estado. As disputas simbólicas mencionadas anteriormente tangenciam as escolhas e seleções do que se deve lembrar e esquecer.

Como vimos, o sentido original de monumento remete a esse retorno ao passado. Os monumentos arqueológicos são vistos quase sempre nessa perspectiva de testemunhos de um passado muito antigo, perdidos no tempo, e por isso guardam um valor de antiguidade (RIEGL, 2014). Já os que possuem valor histórico têm o objetivo de, “desde a ereção do monumento, nunca deixar [...] que um monumento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo” (RIEGL, 2014, p. 63), com seu valor constantemente atualizado.

No mesmo sentido, o historiador de arte italiano G. Argan, prefeito de Roma em 1976, apresenta um paralelo entre o ensino da arte e o espaço da cidade, a começar pela apreciação dos monumentos, observando que “seu verdadeiro significado consistia em que estavam ali, na sua realidade física, não como memórias ou marcas do passado, e sim, como um passado que permaneceu presente, uma história feita espaço ou ambiente concreto de vida” (ARGAN apud FREIRE, 1997, p. 91). Isso está próximo do que P. Nora (1993), historiador francês, chamou de “lugares de memória”, colocando os monumentos nessa lista, ao lado das festas, comemorações, museus, dicionários e outros símbolos. Esses lugares apresentam-se material, funcional e simbolicamente. Em oposição à memória que Nora chama de tradicional, aquela imediata memória-habitual, ergue-se uma memória que posteriormente é transformada em história através da escrita e, no caso dos “lugares de memória”, das políticas de preservação

do patrimônio. Nesse sentido, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9) e “uma das maneiras de um povo se valer do passado na construção do presente é inscrevendo-o nos lugares, nos textos e nas mensagens caracterizadores de uma época” (BORGES, 2017, p. 348).

Esses lugares de memória, para Nora, têm origem nas sociedades ocidentais, coincidindo com o período mencionado na abertura deste capítulo acerca do surgimento dos monumentos históricos: a modernidade. Para ele, o fato da constante preocupação com a memória nas sociedades modernas é um sinal de que ela já não mais existe, tendo sido paulatinamente substituída pela história e sua representação linear do tempo (ABREU, 2005).

Ainda sobre os “lugares de memória”, Pollak (1992) que foi um sociólogo vienense erradicado na França e orientado por P. Bourdieu, com estudos fundamentalmente voltados para o problema da identidade social em situações limites como a *Aids* e sobreviventes dos campos de concentração, debruça-se sobre o tema da memória, apontando os *lugares* como um de seus elementos constituintes.

Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver *lugares de apoio da memória*, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma lembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. (POLLAK, 1992, p. 202, grifo nosso)

Como exemplo de um “período vivido por tabela” acionado por esses “lugares de apoio da memória”, o autor traz os monumentos aos mortos e a geração europeia pós II Guerra diante de alguns memoriais de guerra espalhados pelos países. Nesse sentido, a espacialidade dos monumentos aumenta seu potencial de ação sobre a memória individual e social, pois:

Não há memória coletiva que não se desenvolva num *quadro espacial*. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p. 143)

Essa visão sobre o espaço e suas relações com a memória e a vida psíquica e social dos seres humanos tocam a poética do espaço visto “como um instrumento de análise para a alma humana” (BACHELARD, 2005, p. 20). Aqui se insere a “memória topográfica” (BENJAMIN apud FREIRE, 1997, p. 133) como aquela memória que “articula as recordações (aquelas que vem do coração) a espaços vividos, carregando-os de sentido simbólico”. Freire (1997) tece um paralelo entre a proposta narrativa de Benjamin de rememorar elementos particulares de experiências individuais e relacioná-los a aspectos mais amplos de uma

memória dos espaços instituídos pelo poder oficial, para analisar os depoimentos recolhidos por ela nas entrevistas: tentativa de reconstituir os fragmentos.

Diferentemente dos autores que viam a memória como um fenômeno psíquico isolado, formada em larga medida por processos inconscientes, o sociólogo Halbwachs (1990) buscou dar conta dos fatores sociais da memória. Nesta direção, há uma ligação entre espaço e memória:

O entorno material, os objetos que nos circundam, as ruas, os quarteirões e a casa em que vivemos são os quadros materiais da memória e possibilitam que as pessoas permaneçam unidas enquanto grupo, e mais do que isso, é a permanência das coisas que dão o suporte necessário para a memória coletiva e alimentam a tradição. (FREIRE, 1997, p. 129)

Essa perspectiva de permanência das coisas enquanto condição para a memória coletiva (e até mesmo para a saúde mental humana, na perspectiva de Comte) é confirmada por Halbwachs (1990, p. 136) ao dizer que “não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”. A identidade é o que permanece em meio às modificações.

Em seu estudo sobre a construção da estátua equestre em homenagem a D. Pedro I na cidade do Rio de Janeiro, primeira estátua erguida em logradouro público no Brasil, P. Knauss (1999), historiador brasileiro com experiência profissional em museus e institutos históricos estaduais e nacional, constata a iniciativa de formular uma memória elaborada socialmente em torno de um passado histórico.



Figura 10 - Estátua equestre a Dom Pedro I, Rio de Janeiro - RJ. Fonte: Google Imagens (2020)

Para compreender a elaboração social da memória nacional em torno da imagem de D. Pedro I, o autor percebe o que ele chama de “princípio de gratidão” nas intencionalidades do monumento:

O princípio da gratidão institui-se como marca estruturante da instauração das imagens urbanas. Nesses termos, fica estabelecida simbolicamente uma conexão entre o individual e o coletivo, construída a partir de uma dívida da sociedade para com os feitos de certos personagens (KNAUSS, 1999, p. 408).

A gratidão pressupõe o reconhecimento na forma de retribuição a uma *dádiva* conferida no passado. Na maior parte dos casos analisados aqui, esse princípio foi aplicado pelos autores tendo em vista a memória oficial. Em contraponto, Knauss fala em “princípio da exclusão”, para tratar das memórias marginais ou, nos termos de Pollak (1992), “subterrâneas”.

As historiadoras Dodebei e Rodrigues (2013) tomam 2 (dois) monumentos antagônicos e complementares da memória social da cidade de Vitória da Conquista – BA: Monumento aos bandeirantes (1940) e Monumento aos índios (2000).



Figura 11 - Monumento aos Bandeirantes, Vitória da Conquista - BA. Fonte: Google Imagens (2020)



Figura 12 - Monumento aos Índios, Vitória da Conquista - BA. Fonte: Google Imagens (2020)

Aplicando os conceitos elaborados por Knauss, ao primeiro, as autoras conferem um sentido de gratidão ao estabelecer um “vínculo de gratidão entre o Estado e a sociedade” (KNAUSS apud DODEBEI, 2013, p. 270), de reconhecimento aos “bravos conquistadores de índios”, fundadores da cidade pela concepção da memória oficial. Esse sentido de gratidão serve de base para a relação de cumplicidade erigida com o controle do poder simbólico. Por outro lado, o monumento aos índios é visto em seu sentido de exclusão, pois representa uma memória subterrânea (POLLAK apud DODEBEI, 2013, p. 273): “permite inscrever no tecido social da cidade grupos sociais antes desprestigiados”.

Ainda sobre a relação entre monumentos, memória coletiva e espaço público, a artista visual A. Zimovski (2017) estuda os protestos e movimentos de contestação realizados no Monumento às Bandeiras na cidade de São Paulo, em particular aqueles realizados na forma de pichações de cunho político-ideológico.



Figura 13 - Monumento às Bandeiras pichado, São Paulo - SP. Fonte: Google Imagens (2020)

Sua análise retoma o “trabalho de edição” realizado pelos monumentos na “construção de uma narrativa singular dos mitos e heróis representados” (ZIMOVSKI, 2017, p. 129), alertando para o seu “poder de cristalizar as versões oficiais dos acontecimentos históricos” (Ibdem), e, nesse sentido, para o “perigo da história única” (ADICHIE apud ZIMOVSKI, 2017, p. 129), já alertado na seção anterior. A autora percebe a ação do Estado, da educação, da cultura e da mídia no sentido de “selecionar e fixar” o que se deve lembrar e esquecer, atuando sobre a evocação e transmissão das lembranças socialmente relevantes. Essas lembranças podem se referir a lugares, como já foi tratado, mas também a acontecimentos e a pessoas ou personagens. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente, testemunhado pelo indivíduo, ou vivido pelo grupo ou coletividade da qual a pessoa compartilha o sentimento de pertencimento:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da *socialização histórica*, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201, grifo nosso).

Freire (1997) chama a atenção para a memória enquanto processo, construção dinâmica e em constante reelaboração. Chega a cunhar o termo “memória monumental” (FREIRE, 1996, p. 126) para dar conta da relação das pessoas com os monumentos públicos, mediada pela memória oficial. Ainda que seja um trabalho mais ou menos individual, a

memória possui conteúdos de natureza coletiva e este é o ponto que mais nos interessa do ponto de vista sociológico.

A memória coletiva, para Halbwachs (1990), atua no sentido da coesão social. Em oposição a este consenso coesivo, a perspectiva do conflito é introduzida por Pollak (1989) em seus estudos sobre a memória, o esquecimento e a identidade. Para ele, a memória coletiva é coercitiva, trata de passados homogêneos transmitidos na forma de uma memória oficial, que mantém no patamar do esquecimento, do silêncio, as memórias subterrâneas, em geral sobrevivências de culturas minoritárias e dominadas.

Ao criticar a concepção de Halbwachs, Pollak (1989) recapitula que a memória coletiva se refere a pontos de referência que estruturam a memória individual para inseri-la nessa memória coletiva. Alguns indicadores empíricos são os próprios monumentos aqui estudados, o patrimônio arquitetônico, paisagens, datas e personagens históricas, folclore, entre outros. Sua crítica a Halbwachs vai no sentido de que

longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica (BOURDIEU, 1989), acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de *reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo*, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva". (POLLAK, 1989, p. 3, grifo nosso)

Eis o caráter problemático da memória coletiva. Para o autor não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, tal como procede a escola durkheimiana seguida por Halbwachs, mas de verificar como se tornam coisas, adquirindo solidez e durabilidade, ganhando legitimidade. Nesse sentido, uma nova postura metodológica é inserida no tratamento sociológico da memória enquanto fato social: empatia com os grupos dominados estudados, que se encontram na periferia e marginalidade da memória oficial. Esse conflito e competição entre memórias concorrentes é sintetizado na oposição entre memória oficial (a exemplo da memória nacional) e memórias subterrâneas (dos grupos marginalizados).

Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLAK, 1989, p. 2)

A desestalinização dos Partidos Comunistas da URSS, em 1956, é um exemplo desses sobressaltos mencionados pelo autor. A denúncia dos crimes stalinistas, a destruição de símbolos vinculados a ele, proliferaram em outros territórios, inclusive na revolta húngara que destruiu a estátua dedicada a Stalin e usou isso como estratégia de Independência. Cerca de 30 anos depois, um movimento popular se organiza, tendo em vista as perspectivas críticas de

revisão da memória coletiva, para erguer um monumento à memória das vítimas do estalinismo.

As irrupções de memórias subterrâneas no espaço público são, de algum modo, esperadas, dentro dessa perspectiva, uma vez que esse fenômeno “consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLAK, 1989, p. 5). Nesse sentido, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (Ibdem).

Essas irrupções podem retomar o exemplo anterior dos atos e pichações no Monumento às Bandeiras resultantes de protestos realizados por grupos indígenas contra as decisões legislativas que interferiam diretamente sobre os interesses de sua comunidade, como a Proposta de Emenda Constitucional 215 sobre a demarcação de terras indígenas (MOREIRA, 2018; ZIMOVISKI, 2017). Esse ponto será melhor abordado na seção “Algo a ser preservado” quando tratarmos da defesa e contestação dos patrimônios, pois, em geral, atos como este são lidos como vandalismo.

Para C. González (2014), arquiteto já mencionado que estudou os monumentos ao Centenário de Independência no México e Argentina e sua relação com a identidade nacional em vias de construção, a “memória comum” possui a função de reforço da coesão social por uma adesão afetiva ao grupo. O exemplo mais claro de memória comum, semelhante a concepção de memória coletiva de Halbwachs (1990), é a memória nacional. O papel dos monumentos celebrativos consiste na permanente reativação da memória, que exige a comunicação intergeracional.

Nesse contexto, González (2014) propõe-se a responder que papel cumprem os monumentos na luta em torno da construção das identidades coletivas. Em seu estudo sobre os monumentos aos centenários de independência, o autor coloca a identidade nacional como “uma das múltiplas identidades coletivas das quais participamos e tem relação com os símbolos patrióticos, com tudo o que reforça o sentimento de pertencimento a uma nação” (GONZÁLEZ, 2014). Todo esse processo envolve a legitimação dos poderes instituídos, através do poder simbólico já discutido, bem como dos vínculos de identificação com o território.

“De fato, monumentos e edifícios [...] são pontos de apoio para a construção da memória social, são como estímulos externos que ajudam a reativar certos traços desta memória” (GONZÁLEZ, 2014, p. 106). O autor parece discordar de Choay (2017) que tratou

da perda da função memorial do monumento nas sociedades modernas e ocidentais relacionando-a fundamentalmente com os avanços tecnológicos e as mudanças culturais. A difusão dos livros e o surgimento da História no séc. XVIII enquanto disciplina científica; o desenvolvimento da imprensa, de técnicas de gravação da imagem e do som. Entre elas, destaca-se a fotografia: “o monumento da sociedade privada, que permite a cada um conseguir, em particular, a volta dos mortos, privados ou públicos, que fundam sua identidade” (CHOAY, 2017, p. 22).

Além desses fatores culturais, a ação do tempo sobre os monumentos contribui para esse declínio da função memorial: “o esquecimento, o desapego, a falta de uso faz com que sejam deixados de lado e abandonados” (CHOAY, 2006, p. 26). Em outros casos, os monumentos podem sofrer ações sistemáticas de esquecimento. O trabalho do sociólogo Borges (2017) vai nesta direção. Ao analisar uma série de eventos ocorridos entre os anos 1969 e 1985 relacionados ao desaparecimento e destruição do Monumento ao Trabalhador na cidade de Goiânia – GO (um conjunto de murais com referências ao mundo do trabalho e às lutas dos trabalhadores), o autor percebe entre as causas as ações do Comando de Caça aos Comunistas, a repressão da ditadura militar de 1964, a insensibilidade tecnocrática nas ações de reerguimento e a omissão de autoridades políticas e agentes culturais quanto à preservação desta memória “subversiva” (BORGES, 2017, p. 346). Essas causas teriam contribuído para o que Ricoeur (apud BORGES, 2017) chamou de “história silenciada” ou “esquecimento obrigatório”.

Para apagar a memória, o primeiro passo é destruir o monumento. Sumir com vestígios de rememoração: *damnatio memoriae* (LE GOFF, 1990). Além do ilustre caso do monumento ao trabalhador, outros exemplos podem ser mencionados, tais como a destruição dos bustos de Lênin pós-1989, a queda da estátua do imperador russo em 1917, os movimentos contemporâneos de remoção de estátuas que celebram os confederados estadunidenses e a ditadura franquista espanhola (TEDESCO, 2012).

Nesta seção, vimos alguns estudos que tomaram os monumentos a partir da problemática da memória e seus desdobramentos nas disputas político-ideológicas pelo domínio do poder simbólico, da ordem moral que constitui a sociedade, como também nas questões de identidade coletiva e cultural, dando seguimento à seção anterior do monumento enquanto símbolo. As abordagens em geral foram conduzidas por revisões bibliográficas de aportes teóricos já bem estabelecidos e compartilhados entre os/as cientistas. Isso permite notar certo núcleo duro de pressupostos (LAKATOS apud SILVEIRA, 1996) que orientam as pesquisas dentro do campo, culminando na estruturação de um programa de pesquisa nos

estudos da memória. Como caso ilustrativo, podemos citar a continuidade contrastante da perspectiva de Pollak (1992) em relação a Halbwachs (1990) mencionada ao longo do texto que, ao apontar os limites da noção de memória coletiva, amplia-a com a noção de “memórias subterrâneas”.

1.3. Um texto a ser interpretado

Nesta seção, trataremos dos monumentos enquanto textos, na medida em que reúnem em seu conjunto simbólico vários elementos que possibilitam ou necessitam ser traduzidos e, num exercício hermenêutico, devem ser interpretados não só particularmente, mas em sua totalidade. Esse conjunto simbólico configura o que as autoras e autores vão chamar de conjunto narrativo: a estátua (e suas formas de representação específicas: vestimentas, características físicas etc.), o pedestal, os ornamentos, a localização, a posição, o entorno, bem como as placas e inscrições, as referências historiográficas diretamente conduzidas, a intertextualidade, entre outros elementos que, reunidos, permitem uma ampliação tanto do que pretendem dizer os monumentos urbanos quanto de como são lidos por seus/suas leitores agrupados nas cidades. Nessa discussão se insere ainda o caráter pedagógico do monumento, seu potencial de ensino e aprendizagem e transmissão intergeracional.

Esta seção, na prática, em muito se assemelha com as seções anteriores, principalmente com as que discutem a questão simbólica e o problema de memória em suas conformações políticas. Porém, ela acrescenta essa perspectiva de analisar sempre o conjunto narrativo, o texto completo, como um tipo de discurso, ao invés de tomar seus elementos isolados para análise. Salta aos olhos em termos metodológicos a Análise de Discurso nos trabalhos aqui selecionados. A partir da leitura do monumento, dos discursos de agentes públicos em diferentes momentos (de inauguração, construção; de promoção da obra etc.), dos valores e visões de mundo sustentados pela *monumentalização* de uma obra, as autoras/es acessam as narrativas e representações compartilhadas por determinados grupos e conseguem mostrar como esse poder simbólico (BOURDIEU, 1989) incide sobre a classificação e categorização do mundo social, expandindo-se ou encontrando resistência entre os diferentes grupos sociais.

Em suma, ao considerar o monumento como um texto a ser lido e interpretado em sua totalidade, as autoras/es tomam-no essencialmente como um instrumento de comunicação, um veículo de transmissão de mensagens, informações, ideias, crenças e valores. Todavia, aqui o papel da/o cientista, seja ele de qual área for, é fundamental, pois a articulação entre os

diferentes elementos que não necessariamente estão presentes no monumento, mas são evocados por ele, é de crucial importância e exige, em todos os casos, uma revisão documental. Não se trata de símbolos tão evidentes e diretamente relacionáveis como a religiosidade católica e o Cristo Redentor (CORREA, 2007a), mas de elementos que subjazem latentes nos monumentos, seja na intencionalidade daqueles que os criaram, seja em suas representações contemporâneas. Trata-se, como mostra Borges (2017) de enxergar as consequências imprevistas, os múltiplos significados e funcionalidades, os sentidos variados conferidos ao monumento que não se esgotam naqueles que lhe imputaram seus idealizadores, o/a artista e a história oficial.

Nascimento e Bitencourt (2008), historiadores brasileiros já citados nas definições iniciais de monumento, buscaram relacionar a conjuntura de construção de duas estátuas nas cidades do sul catarinense com as investidas de construção de um imaginário social³ que vinculasse carvão e progresso, forjando uma identidade às populações e cidades da região: Monumento aos Homens do Carvão, Criciúma – SC; e Monumento a Getúlio Vargas, Laguna – SC. A proposta dos autores reúne uma análise das representações, sua instituição e constituição por meio de práticas sociais, entendendo os monumentos como ilustrações dessas práticas. As lutas de representação envolvem os grupos, suas visões de mundo e valores sociais; em suma, relações de poder.

Para efetuar a análise, como metodologia, os autores reúnem fontes documentais jornalísticas (crônicas e reportagens) e um livro de fotografias editado pela prefeitura. O projeto de construção do primeiro monumento mencionado não foi conservado, e ele próprio fora destruído em 1971. Tratava-se de uma estátua representando um mineiro no alto de um pedestal, erguida na praça central da cidade em 1946. Esse monumento “tornou-se o principal símbolo da cidade carbonífera, expressando a importância que havia adquirido o imaginário do carvão em relação à identidade urbana de Criciúma” (NASCIMENTO, 2008, p. 332). Os autores procedem, como quase todos os estudos consultados, a uma descrição da estátua e de seus elementos simbólicos: forma e conteúdo, símbolos e representações. A forma assumida pelo monumento, enquanto símbolo textual, é figurativa, remonta a significados metafóricos, irônicos, hiperbólicos.

O mineiro não tem nome, sua representação é feita de forma a demonstrar o aspecto impessoal e coletivo da classe operária. Por outro lado, é colocado como herói (do trabalho), num discurso de glorificação do mineiro através de seu trabalho, que conduz a cidade ao

³ Entendido na perspectiva de Baczkó, filósofo e historiador polonês.

progresso. A forma de descrever e as estratégias discursivas reúnem aspectos que mais particularmente nos interessa analisar aqui.

O discurso do carvão como combustível nacional, entre os anos 1940 e 1960, emite certo patriotismo. O vínculo entre mineiros, trabalho e progresso, coaduna uma ideologia do trabalho nas representações veiculadas pelo monumento. Diferente da anônima classe trabalhadora, os mineradores têm nomes e rostos estampados em efígies na forma de medalhões. Em síntese, o carvão aparece como sustentáculo da economia sul catarinense, evocando a base real e imaginária do crescimento urbano e econômico das cidades daquela região.

O segundo monumento analisado pelos autores, dedicado a Getúlio Vargas e ao mundo do trabalho, teve como banco de dados também jornais e fontes documentais, destacando-se discursos de inauguração, além do próprio monumento físico. O imaginário do progresso vinculado aos trabalhadores do carvão e à unidade nacional persiste sendo reiterado. Com 11,5m, o grandioso monumento tecia uma referência ao desenvolvimento econômico da região, além de promover uma propaganda do Estado Novo, com uma conotação política clara. Suas formas simbólicas, para os autores, possibilitam uma interpretação vinculada à cultura política do estado personalista e à noção corporativa de nação: corpo (povo), cabeça (chefe). Os autores relacionam ainda eventos patrióticos de celebrações do regime como mecanismos de condicionamento cívico mediados pela presença do monumento, por meio do “uso da propaganda política, acionando mitologias presentes no imaginário da população, para a construção da imagem pública dos governantes” (NASCIMENTO, 2008, p. 341).

C. González (2014) procurou pensar os monumentos ao centenário de independência no México e Argentina como um tipo de discurso. O monumento configura-se, então, como uma das formas por meio das quais um povo recorda os feitos, acontecimentos e personagens de seu passado em termos do conceito de *discurso*. Para ele, esse conceito contém um caráter normativo e é formado de diversos signos verbais. “Como todo texto cultural, não estão determinados univocamente, mas são objetos heterogêneos, suscetíveis de produzir múltiplos sentidos e leituras diversas” (GONZÁLEZ, 2014, p. 102, tradução nossa). Ao estudar a imaginária urbana em sua estrutura narrativa, o autor apreende as intenções de forjar a nação no plano simbólico.

A linguista responsável pela introdução da Análise de discurso no Brasil, Orlandi (2010), escreveu sobre a estátua de Fernão Dias erigida na entrada da cidade de Pouso Alegre – MG, analisando-a sob essa perspectiva do discurso. A estátua é uma homenagem ao

bandeirante paulista que atravessa e desenha com seu trajeto o território mineiro, “o Bandeirante que abriu o solo para povoar Minas” (ORLANDI, 2010, p. 9), no séc. XVII à procura de ouro e esmeraldas, “como lemos sempre em nossos livros de história” (ORLANDI, 2010, p. 2), e acaba criando comércio e povoados, contribuindo para o ciclo do ouro da história nacional, base do povoamento de Minas e do estabelecimento de seu solo e territorialidade. Nessa colonização e desbravamento, Fernão “está praticando o princípio da nacionalidade: o da unidade territorial do país Brasil” (Ibdem). A autora vê as bandeiras como elemento de fundação de territorialidades, expandindo fronteiras, criando mapas, num gesto político e simbólico intimamente vinculado ao Estado brasileiro. No entanto, neste trabalho, ela pretende analisar a “territorialidade” discursivamente, para além da perspectiva geopolítica ou geográfica. O mesmo foi feito por ela com relação ao espaço urbano (ORLANDI, 2004).

Seu objetivo é desenrolar as relações entre a cidade de Pouso Alegre no contexto brasileiro, tendo em vista a ligação do bandeirante paulista com o território mineiro, e ainda as interações entre o discurso emitido pela estátua de Fernão Dias e seus efeitos sobre os/as habitantes da cidade. A identidade, para a autora, não é uma essência, mas constitui-se em processos de identificação que acontecem na relação entre memória e espaço.



Figura 14 - Estátua de Fernão Dias, Pouso Alegre - MG. Fonte: Google Imagens (2020)

Para ela, a estátua possui um poder de evocação, não fala, mas produz discursos, sentidos, e “todo sentido é relação a” (CANGUILHEN apud ORLANDI, 2010). O discurso que a estátua produz sobre Fernão Dias encarna a territorialidade de sua localização na cidade: o entorno, a sociedade, a cidade, a população, seus habitantes e sujeitos. Colocada na rodovia que liga os estados de São Paulo e Minas Gerais, cujo nome refere-se ao mesmo

bandeirante homenageado, a estátua cumprimenta os visitantes e habitantes que por ali passam. Doadada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com sede no Rio de Janeiro, em 1960, a estátua foi erguida “sem grande pompa”, embora a ornamentação e preservação do espaço por ela ocupado sejam de responsabilidade de grupos técnicos e historiadores.

O que lhe interessa compreender é “como Fernão Dias, o Bandeirante, mas sobretudo, o bandeirante feito estátua, que pousa na entrada de Pouso Alegre, contribui para a constituição de um espaço unificado” (ORLANDI, 2010, p. 2), de um espaço identitário. Sua leitura da territorialidade, insiste, não segue os mesmos caminhos da geografia, mas da análise do discurso, buscando aliar cidade, sujeito e sociedade.

A estátua, em sua forma material de um monumento, consiste em um lugar de memória (NORA, 1984). Essa estátua tem um corpo, o de Fernão Dias, o “bandeirante-desbravador”, “indomável senhor das esmeraldas”, e “é este nosso *corpus* para análise, é este o discurso que precisamos compreender” (ORLANDI, 2010, p. 2). Esses estereótipos servem como lembretes de memória, ativando o que a autora chamou de “memória-arquivo”, i. é, institucionalizada, que possui seu sentido petrificado. “A estátua, se textualiza, institucionalizando-se e estabelecendo a memória que não esquece” (ORLANDI, 2010, p. 3). Para a autora, essa memória arquivo, institucionalizada, funciona como um “gatilho” desencadeando um processo de identificação e significação gerido pelo Estado.

A estátua, com o corpo de Fernão Dias representado, induz a atualizações da memória da cidade, seja em documentos – arquivos (memória que não se esquece) –, seja inscrevendo-se nos próprios sujeitos, no corpo como forma material. Para a autora, a estátua e sua localização criam um “sofisticado processo discursivo. O de uma estátua que nos faz pensar um corpo – o de Fernão Dias – que se materializa em um sujeito histórico, o Bandeirante, que institui caminhos e forma povoados, situa populações” (ORLANDI, 2010, p. 10). Nesse processo, Fernão Dias ganha vida para além da estátua e da rodovia, se torna “sujeito na memória de como se forma o Brasil” (Ibidem). A autora admite que a estátua firma os habitantes em uma história oficial, “a que se conta, a que se ensina e que se aprende. É que afeta ideologicamente o habitante do lugar mesmo que ele não saiba” (ORLANDI, 2010, p. 12).

O também linguista Pietroforte (2018) procede a uma aplicação da semiótica à análise das esculturas, tomando-as enquanto texto e objeto de valor. No primeiro caso, ele analisa as formas semânticas e formas de expressão somadas à enunciação. Ou seja, a distribuição espacial de cores e formas, o tamanho (grande/pequeno), o lugar da escultura, seu caráter de

singularidade ou reprodutibilidade, de permanência ou movimento, entre outros. No segundo caso, como objeto de valor, ele avalia o valor de uso (valorização prática ou lúdica) e valor de base (valorização utópica ou crítica).



Figura 15 - Estátua a William Penn na Filadélfia, EUA. Fonte: Google Imagens (2020)

Dentre os exemplos utilizados por ele, destacaremos o Monumento às Bandeiras (1954), obra de Brecheret, localizado em São Paulo, e a estátua a William Penn, localizada na Philadelphia – EUA, ambos já mencionados ao longo do texto (figuras 13 e 15, respectivamente). O autor justifica seu trabalho tendo em vista que outros sistemas de significação já foram analisados segundo essa perspectiva, tais como contos de fadas, parques de diversões, cinema, teatro, pintura, fotografia, histórias em quadrinho, arquitetura, publicidade, mas pouco foi dito sobre a análise semiótica da escultura.

O primeiro passo, para o autor, consiste na escolha da teoria. A partir de C. Peirce (apud PIETROFORTE, 2018), a escultura será lida enquanto relações entre signos cuja significação resulta das redes dessas relações. Já se analisada pela semiótica de A. Greimas (apud PIETROFORTE, 2018), a escultura será tratada como um texto e sua significação derivaria de seus processos narrativos e discursivos. O autor escolhe a segunda e busca aplicá-la ao estudo de algumas esculturas que podem ser lidas como um sistema semiótico plástico formado por cores e formas. A mesma leitura se aplica à pintura, fotografia e outras formas das artes plásticas. Entre as categorias plásticas utilizadas pelo autor estão as topológicas (inferior vs superior), cromáticas (curvo vs reto), eidéticas (colorido vs monocromático).

Ao aplicar essas categorias à análise do Monumento às Bandeiras, em São Paulo, o autor observa o *monocromatismo* que remonta às esculturas clássicas da Grécia (embora estas fossem originalmente coloridas e tivessem perdido a coloração com o tempo). A categoria topográfica, para ele, é a que contém indícios mais importantes de significação. Os contrastes

entre a disposição da forma horizontal *vs* vertical, alto *vs* baixo contém significados sociais: “nas Bandeiras, a forma horizontal aparece nos índios, subalternos dos bandeirantes, que, montados em seus cavalos, têm forma vertical” (PIETROFORTE, 2018, p. 146). De modo semelhante, a disposição em fila das personagens, anterior *vs* posterior, relaciona-se, na leitura do autor, à anterioridade dos índios, mais próximos à natureza, e à posteridade dos bandeirantes, ligados à cultura. Em termos narrativos, a escultura de granito representa a colonização do Brasil, numa afirmação da cultura europeia que retoma a rasa distinção entre selvagens e civilizados.



Figura 16 - Estátua de William Penn, Filadélfia - EUA, ao chão. Fonte: Pietroforte (2018)

Tomemos agora a análise semiótica da estátua de William Penn, consagrado como fundador da cidade de Philadelphia, EUA, realizada pelo mesmo linguista. Feita de bronze, de tamanho vantajoso (11,2m), é possível notar que as pessoas perto dela ficam bem pequenas. Esses dois fatores, tamanho e material, servem para reforçar a importância da personagem histórica. Além disso, foi erguida no topo da torre da prefeitura a 168m do chão. Isso mostra uma função social de eternizar o homem e a ideologia por ele representada. Embora se trate de um monumento da arte neoclássica, “seu papel principal é louvar Penn enquanto homem, e não o neoclassicismo enquanto arte” (PIETROFORTE, 2018, p. 148). Dentre as funções referenciais, de valorização prática, William Penn é erguido como um “totem do fundador da cidade” (Ibdem). A ênfase é dada à personagem histórica. Figurativamente, pretende-se retratar um homem específico: “a estátua é simulacro do homem”.

A historiadora Moura (2011) também procede a uma análise do Monumento às Bandeiras, iniciando pela forma e descrição da obra. A representação dos bandeirantes como

anônimos e nus, para ela, remete a uma ideia de raças originárias, a uma ideia de grupo anônimo constituído por indígenas, negros, portugueses, mamelucos, imigrantes, i. é, à miscigenação e mestiçagem harmônica e supostamente democrática tal como buscavam reforçar os ideólogos da identidade nacional no começo do séc. XX, época em que o monumento foi projetado. Nesse período, buscava-se celebrar a memória local nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954), data da inauguração da obra. A leitura da autora expande o imediatamente visível. A influência sofrida pelo escultor, um artista reconhecido, dos movimentos de vanguarda parisienses é notada pela introdução de certos conceitos estéticos, bem como por sua vinculação ao modernismo e ao projeto de desenvolvimento de uma arte nacional. Essa articulação permite transformar o cotidiano dos bandeirantes paulistas em algo notável esteticamente.

As proporções da obra, seu tamanho considerável, destacam-se na paisagem, compõem o repertório visual da população. A escultura atrai pessoas, observadores, curiosos, ativam a percepção, a memória e, pela interpretação da imagem, produz significados. Insere-se, pois, como símbolo identitário de uma cidade que precisava se afirmar, tendo em vista seu cosmopolitismo e sua identidade local. Os bandeirantes são, então, escolhidos para representar tanto o crescimento econômico quanto o símbolo de “ser paulista”. Esse último fator, por outro lado, perdeu o vigor, força e duração enquanto memória coletiva, ao se desfazer entre os grupos. Nesse sentido, a autora se questiona acerca dos novos significados que a figura do bandeirante assume na cidade nos dias atuais, pois, observa a persistência de uma mesma imagem com outras características.

Essas novas interpretações do monumento, para ela, decorrem dos novos usos e formas de apropriação da obra. Mais do que um objeto contemplativo, visualmente observado, os/as habitantes escalam a escultura para fotografias, tomam-na como ponto turístico, de encontro, referência geográfica. Além disso, os “efeitos da poluição” são sentidos, tais como depredações e pichações, qualificados pela autora como “riscos não desejados, mas que fazem parte do ambiente urbano contemporâneo” (MOURA, 2011, p. 89), uma vez que “os monumentos estão abertos à dinâmica da cidade” (Ibidem). Portanto, a análise da autora não se esgota na obra em si, mas em como a escultura interage com o crescimento urbano, com a publicidade, com os grafites, as manifestações sociais, os protestos, que implicam em atualizações de seus significados. Nesse sentido, certos grupos colocam e reproduzem apelidos (“empurra-empurra”); outros grupos a incutem de um símbolo cívico, veiculado no site da Prefeitura, em propagandas políticas, em embalagens de mercadorias e cartões postais.

Nessa linha de novas interpretações de um monumento fixo, o historiador Alves (2011) analisa a estátua a D. Pedro I (1862) sob a visão caricatural da “Revista *Illustrada*”, em circulação no final do séc. XIX, no Brasil. Essas novas leituras caricaturais do monumento, em geral irônicas e sarcásticas, permitem capturar polissemias e significações diversas e, muitas vezes, antagônicas. A construção da estátua ao primeiro Imperador brasileiro é permeada de polêmicas, controvérsias, debates e conflitos que envolvem desde a ideia original (nas casas de poder legislativo [Câmara, Senado] e simbólico [imprensa, IHGB]), passam pela confecção, inauguração e significados posteriormente emitidos.

A estátua, em seu conjunto, pretende fazer uma alusão aos “grandes feitos” de Pedro I relacionados à Independência e constituição do Brasil enquanto “nação civilizada”. O cavalo simboliza andamento, ação, andar expressivo, a sangue frio e triunfante, uma vez que esse gênero estatuário exalta “um chefe vitorioso, constituindo um símbolo de seu triunfo e de sua glória, já que, assim como ele doma sua montaria, domina as forças adversas” (ALVES, 2011, p. 11). Em relação à indumentária, o uniforme militar e a carta constitucional em sua mão direita. Esse conjunto alegórico seria completado ainda com a representação do Brasil em suas vinte províncias e quatro grupos alegóricos representando as bacias hidrográficas nacionais nas figuras indígenas e de animais típicos de cada região.

A oposição ao monumento era evidente, destacando-se os grupos ligados a um liberalismo mais radical ou republicanismismo. O conflito se configurava em torno da criação de identidades históricas e das homenagens a certos personagens. Por que Pedro I, o imperador, e não José Bonifácio, ou Tiradentes? A materialização do conflito com Tiradentes aconteceu na infeliz coincidência de erguer a estátua equestre no lugar onde Tiradentes fora enforcado, que, posteriormente, com a criação do Palácio Tiradentes, em 1926, tornou-se Praça Tiradentes.

A instauração do Sete de Setembro como data cívica, nos fins do séc. XIX, fez com que o caricaturista esboçasse sua crítica, veiculada na Revista *Illustrada*, analisada pelo autor:

Na estátua idealizada ironicamente pela folha, um político de chicote à mão montava um escravo agrilhoado, sobre a inscrição ‘escravidão ou morte’. As figuras indígenas que constituem o monumento original encontravam-se mediatundas, sorumbáticas e até envergonhadas (ALVES, 2011, p. 16).



Figura 17 - Caricatura da Estátua a Dom Pedro I, Revista Illustrada. Fonte: Alves (2011)

Outra leitura caricatural da estátua veiculada pela revista é a que contém o filho do imperador no lugar de seu pai, com uma luneta observando o céu e livros sob o braço:

Tudo na caricatura inspirava lentidão: Pedro II encontrava-se sentado sobre a carta do Império do Brasil, a constituição era simbolizada por uma lesma, os animais representativos de cada uma das regiões brasileiras eram substituídos por dois bichos-preguiça, os políticos, como índios estilizados, encontravam-se em sono profundo, e o parlamento era representando por uma enorme tartaruga (ALVES, 2011, p. 20)

Para finalizar esta seção retomaremos o geógrafo brasileiro Corrêa (2005) que revisa o estudo dos monumentos na geografia, com ênfase nos anos de 1980. Em concordância com Duncan (1990), para quem os monumentos são vistos como textos, o autor entende-os como veículos de comunicação, de mensagens, que se utilizam de figuras de linguagens para tratar de temas conflituosos que envolvem poder e identidade. Para que se eclodam esses conflitos, os monumentos permitem a manifestação de afirmação e contestação, verificadas em rituais, textos e símbolos materiais, e são mais acessíveis do que outras mediações existentes entre os diferentes grupos, a história e a arte (museus, galerias, arquivos, livros etc.).

O autor enfatiza a amplitude de leituras possíveis, com significados variados, em um mesmo monumento, ainda que, em geral, eles sejam fixos e comuniquem as mensagens que deles se espera. Por serem fixos, os monumentos possuem um potencial de perpetuação de tradições, servindo para universalizar e eternizar valores passados. As mensagens, politicamente escritas, são em geral ideológicas, e incidem sobre o imaginário social, fazendo uma ligação entre o passado e o futuro. Em suma, os monumentos são construções sociais concebidas politicamente e, por isso, contém ambiguidades, de modo que as mensagens de seus idealizadores podem ser contestadas posteriormente. Parafraseando Correa (2005), as imagens associadas aos monumentos possibilitam interpretações variadas, não sendo como um texto escrito, como uma fonte segura para somente um conjunto de significados. Nesse sentido, visto como textos, os monumentos possuem certa instabilidade simbólica. Embora sua forma material permanente, concreta e fixa, tenda a convergir uma unicidade das múltiplas memórias espalhadas sobre o universo em movimento do devir urbano:

Duncan (1990), Duncan e Sharp (1993), Peet (1996), Auster (1997) e Atkinson e Cosgrove (1998), entre outros, reconhecem que uma única e oficial interpretação da história, articulada pelas elites e expressa em monumentos em espaços públicos, tem como contrapartida interpretações populares, mais amplamente compartilhadas, que se caracterizam pela contestação e pela pluralidade de significados (CORREA, 2005, p. 3).

Ainda sobre a interpretação de significados dos monumentos, vejamos um último estudo. Marquez e Krause (2014) tomam como objeto de estudo o Palácio da Moeda no Chile e se inserem na discussão em torno da história monumental, do patrimônio nacional e da construção de uma memória, por meio de representações fixadas nos espaços públicos a partir de edifícios históricos que, em geral, narram um tempo mítico fundacional ou de origem. Apesar da trágica história do monumento (fora bombardeado pondo fim à democracia chilena), as autoras investigam, com métodos próprios da antropologia urbana e política, da historiografia e da arquitetura, as ações de restauração e atualização simbólica do Palácio: entrevista, observação etnográfica, análise arquivística. Acionam Nietzsche para pensar os conflitos em torno da história, do passado, e, principalmente, da criação do futuro. Haveria uma reinvenção dos significados históricos desta forma monumental? As autoras concluem que sim. Embora as ações de restauração tenham se dirigido no sentido da manutenção da memória patrimonial do Palácio do período colonial, de seu poder simbólico, os conflitos inerentes ao espaço urbano e à expressão cidadã entremeiam uma atmosfera de disputas e atualização interpretativa, simbólica e memorial, deste monumento. O lugar de poder da Praça reúne a ativa vida urbana nas suas formas de contestação, subversão ou celebração, a partir da

interação dos transeuntes com o edifício (observar, tocar, caminhar), dos usos e apropriações, dos protestos, marchas e manifestações políticas. Assim, o espaço público deve ser construído como um espaço “cujas praças sejam o lugar do poder, mas também do conflito e da resistência” (MARQUEZ e KRAUZE, 2014, p. 172).

1.4. Aportes metodológicos e construção dos dados: a análise da Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes

Entre os autores/as estudados no capítulo anterior, nacionais e internacionais, a que mais se aproximou do que buscamos realizar com essa dissertação foi Rodrigues (2016) em seu estudo sobre a estátua ao general Tibúrcio no Ceará, Brasil. Ela se debruçou sobre as questões que permitem mapear os principais agentes e instituições envolvidas na construção do monumento, a partir da análise documental: quem são os membros da comissão pró-monumento, quem são os homens que constroem a homenagem, quem paga, quem apoia, quem se opõe. Entre as instituições, ela menciona o IHGCE, o MHCE, a Imprensa e intelectuais vinculados a esses órgãos culturais.

Na mesma direção, mas com uma perspectiva sociológica-histórica, pretendemos responder: 1) quem são os agentes e instituições que financiaram, divulgaram, promoveram e levaram a cabo a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, 2) quais seus valores e interesses compartilhados entre si e 3) de que forma a construção da nova capital se vincula à construção do monumento e à celebração do bandeirante enquanto mito e herói nacional.

Compreendendo o monumento como um objeto mnemônico, pretendemos nos situar nos debates levantados pelas autoras e autores da seção “Um passado que se faz presente”, uma vez que parece ser uma função central do Monumento aos Bandeirantes “glorificar o passado”, acentuando os valores de um grupo social, “pensando no presente e mesmo no futuro” e “criar ‘lugares de memória’, cuja função é a de *coesão social em torno de eventos de um passado comum*” (CORREA, 2007b, p. 10, grifo nosso). “Glorificar o passado” remete a toda discussão anterior, da mesma forma que “criar lugar de memória”, com objetivo de forjar uma “coesão social” em torno de um “passado comum”, remete à discussão de “memória coletiva” de Halbwachs (1990). Foi o que tentaram fazer os agentes e instituições vinculados à construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Veremos isso com mais detalhes no capítulo 3, quando tratarmos da construção do Monumento.

Freire (1997, p. 126) chama atenção para a “memória monumental”, que seria a mediação exercida pela memória oficial sobre as memórias individuais, transformando-as em uma memória coletiva, mais ou menos coerente entre si. O monumental refere-se aos monumentos, aos “lugares de memória”, que fixados no espaço urbano tendem a ancorar as memórias subjetivas em terra coletiva, intersubjetivamente compartilhadas.

Nesse contexto, é válido notar que:

Os monumentos, com algumas exceções, geralmente *representam a memória das elites de uma determinada sociedade*. (...) também nos relevam as disputas simbólicas e os grupos que disputam esse poder simbólico (...); revela-nos quais memórias são rememoradas (dos ‘vencedores’) e quais são esquecidas (dos ‘vencidos’); revela-nos quais grupos integram a ‘história oficial’ e quais são ‘excluídos da história’. (BATISTELLA, 2014, p. 155, grifo nosso)

A seção “Uma construção social documentada” nada mais é do que uma continuidade da seção “memória”. Ao monumento como documento, como testemunho do período de sua execução, podemos acrescentar o conceito da “intencionalidade” (CORRÊA, 2005, 2007a; BORGES, 2017) para dar conta das intenções dos agentes que erguem um monumento e dos significados atribuídos no período de sua execução. Isto é, dos agentes que inscrevem nos documentos a história, que erguem no espaço uma estátua. Sua intenção é, sem dúvida, a de “transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos” (CORREA, 2007b, p. 10), sejam estes grupos sociais, étnicos ou religiosos. No caso, do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, trata-se de um grupo social, político, específico, composto de autoridades locais, intelectuais, acadêmicos, políticos, empresários, entre outros.

Podemos nos questionar por que foi erguido tal monumento e a quem o conteúdo ideológico da obra favorece. Essa questão será respondida a partir da análise do acervo documental. Ao tomar o monumento como um documento, um dos pressupostos dessa perspectiva é que “os monumentos testemunham [...] melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar” (FREIRE, 1997, p. 95). “Afinal, o que são os monumentos numa cidade? (...) testemunham sistemas mentais da época em que foram criados” (FREIRE, 1997, p. 55). Assim, o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia evocaria melhor o período de 1938 a 1942, do que o século XVII, XVIII, dos bandeirantes. É preciso lembrar, todavia, que o documento não é um texto unívoco e que revela tensões e conflitos, devendo ser questionado (FOUCAULT, 1987).

Memória e história são noções imbricadas, possuem uma matéria prima em comum, o passado (LEGOFF, 1992; RICOUER, 2007). A memória está ligada a grupos (famílias, coletividades); à aprendizagem e socialização; à identidade e tradições; ao próprio

esquecimento. Possui funções de identificação cultural, diferenciação, integração, controle político e ideológico. Concentra um conjunto de representações explícitas e conscientes do passado que determinam a definição que nos damos sobre nós mesmos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações. Essas representações, como vimos, são de ordem simbólica, envolvem a linguagem e a intersubjetividade. A história, por outro lado, enquanto “memória oficial”, “memória arquivo”, possui uma necessidade didática de esquematização; se apresenta como um registro do passado de um grupo que se pretende universal (GONZALEZ, 2014). Em síntese, os problemas da História consistem no “questionar o documento”, diferentemente da escola positivista que via no documento o fundamento, a prova suficiente do fato histórico (LEGOFF, 1992). Assim,

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles *resultam de uma montagem* não só da sociedade que os produz, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir (GONDAR, 2016, p. 19, grifo nosso).

Essa montagem revela as seleções, as escolhas, as “relações de força” (GINZBURG apud RODRIGUES, 2016) que permeiam a existência dos documentos, fonte histórica por excelência no trabalho historiográfico. Essas relações de força, de poder, existem não somente na criação dos documentos, mas também em sua guarda, e constituem elementos fundamentais para a compreensão do próprio documento. Nesse sentido, os documentos também conteriam certa *polivocalidade*.

Assim, o documento não traduz um fato histórico em si mesmo, devendo ser indagado, analisado, questionado, criticado, a fim de arrancar suas máscaras e buscar a verdade histórica para além das datas, personagens e acontecimentos. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LEGOFF, 1992, p. 545).

Enquanto documentos, os monumentos revelam o “espírito do tempo” através de seus materiais e estilos, suas inscrições e formas. Feitos para durar, com caráter permanente, eles possuem uma função informacional, de ensino e aprendizagem, tal como revela em sua etimologia, *docere* (ensinar), relacionado à noção de testemunho, de algo que ensina a alguém alguma coisa.

É nesse sentido que a neutralidade dos fatos é questionada ao se deparar, por exemplo, com acervos doados por famílias, elites político-econômicas locais. De certo modo, supor que objetos que pertenceram a uma família, a um conjunto muito restrito de uma sociedade, dizem ou fazem referência ao passado comum parece uma narrativa enviesada, direcionada,

controlada. Especialmente quando o acervo doado foi construído por um indivíduo que teve participação no processo histórico narrado.

Essa homenagem a um sujeito, ao bandeirante, deve ser pensada, segundo Rodrigues (2016), em duas vias:

o sujeito que é homenageado e o sujeito que homenageia. Quando um sujeito busca conferir imortalidade a outro, *ele também pretende inscrever-se na História*. As estátuas e os sujeitos homenageados através delas são frutos de escolhas de outros sujeitos (RODRIGUES, 2016, p. 26, grifo nosso).

Para pensarmos a metodologia deste trabalho, no caso do acervo documental sobre o Monumento aos Bandeirantes, é possível perceber a persistência dessa relação entre memória individual e memória coletiva. O acervo foi doado pela família Cunha Bueno, do acadêmico Antônio Sylvio Cunha Bueno, que será recorrentemente mencionado nos documentos como presidente da Embaixada Universitária Paulista que visita Goiânia em 1938, responsável pela ideia de construção do Monumento, representante do Secretário da Justiça em São Paulo, presidente da Comissão Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e responsável por descortinar o monumento em seu ato inaugural, em 1942. O acervo se coloca como arquivo de origem da cidade. Consiste em patrimônio da Universidade Federal de Goiás desde 1987, com ato solene de doação realizado na Faculdade de Direito da UFG. O acervo é composto por recortes de jornais, fotografias, notícias, cartas, telegramas, decretos-lei, notas fiscais, entre outros documentos datados entre os anos de 1938 e 1942.

No entanto, há um silêncio documental entre os anos 1939 e 1941, pois todos os 557 documentos consultados até aqui são de 1938 ou de 1942. Alguns falam inclusive do lançamento da pedra fundamental do monumento para 1938, com uma localização confirmada diferente da que ele efetivamente teve, bem como dimensões mais expressivas. Não verificamos o que significa este silêncio documental, apenas o constatamos.

Desde 2009, o acervo se encontra no Setor de Arquivo da UFG (CIDARQ – Centro de Informação, Documentação e Arquivo) para tratamento arquivístico e preservação. Data nos documentos que a ideia de construir o monumento surgiu de Antônio Sylvio Cunha Bueno, acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, numa visita realizada em 1938 pela Embaixada Universitária Paulista, a convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

O objetivo seria perpetuar, rememorando, os laços históricos entre Goiás e São Paulo, ao registrar os feitos dos bandeirantes numa escultura exposta no centro da capital. Foi nestes estados que aconteceu, então, a Campanha Pró-Monumento, financiada por ambos governos. Contou com publicidade, propagandas, em forma de folhetins, divulgações impressas e

radiofônicas, bem como bailes, concertos artísticos, conferências, palestras, discursos, que versavam ou tinham como pano de fundo a história dos bandeirantes em território paulista, goiano e nacional. Em 1942, ano do batismo cultural da cidade, o escultor e professor Armando Zago é contratado para construir a estátua aos bandeirantes, inaugurada no mesmo ano.

O acervo foi dividido e organizado, pelo próprio CIDARQ, após tratamento arquivístico e digitalização, em três séries documentais que utilizamos para construir a análise dos dados: 1) CPMB – Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes, 2) IMB – Inauguração do Monumento aos Bandeirantes, 3) VEUP – Viagem da Embaixada Universitária Paulista. Na primeira, há cinco subséries: solicitação e concessão de auxílio financeiro; prestação de serviços para a construção do monumento; finanças e contabilidade; eventos promovidos; diversos. Na segunda, duas subséries: cerimônia de inauguração; Goiânia, a comissão e o monumento. Na terceira: viagem a Goiás; regresso a São Paulo. Essas subséries subdividem-se ainda em dossiês específicos, mas para efeito dos resultados aqui desejados, apenas os abordaremos quando convier à análise de algum documento desejado. Este acervo está disponível para consulta digital, como consta na bibliografia deste trabalho.

Para organização e tratamento dos dados, utilizamos um *software* de análise de dados qualitativos, Atlas T.I. Com ele foi possível criar códigos e, durante a leitura dos documentos, vinculá-los a categorias criadas dentro desses códigos. Entre os códigos criados, destacam-se as seguintes famílias: agentes, atividades/eventos, cidades, estados, países, justificativas para a construção do monumento e monumento. Dentro de cada família de códigos, criamos as seguintes categorias, apresentadas no apêndice (Tabela 2).

Dentre as categorias mais gerais estão, por exemplo, em agentes, os acadêmicos, os políticos, os empresários, as instituições (públicas e privadas), os meios de comunicação (jornal, rádio, revista) e outros. Nas cidades estão todas as cidades mencionadas nos documentos. A cada vez que uma cidade era mencionada, uma categoria para esta cidade era criada. Assim, quando a cidade fosse repetida em outro documento, ou no mesmo, sua categoria já existia, cabendo apenas vinculá-la à categoria já existente. Isso permitiu computar a quantidade de menções e não somente o nome da cidade mencionada. Nas justificativas, podemos elencar, como categorias mais gerais, o patriotismo vinculado à construção do monumento, a “nobre iniciativa” de construí-lo, a homenagem à memória dos bandeirantes, a noção de posteridade e transmissão intergeracional, entre outros. Para ver todas as categorias dos códigos principais, consultar a Tabela 2.

Cada uma das categorias foi explicada a partir de um comentário criado dentro de cada código. Os “memos” foram utilizados como diários de análise: a cada dia de leitura e análise dos documentos, escrevi o que fiz, algo que foi descoberto ou que gostaria de não esquecer. Por exemplo, no dia 01 de novembro de 2019, escrevi que “foi feita uma homenagem da empresa Coimbra Bueno aos acadêmicos de Direito que chegavam de sua viagem a Goiânia, em fevereiro de 1938: foi o marco inicial da Campanha. Contou com a presença de representantes da imprensa da capital paulista, de chefes das rádios e outros.”. Esses “memos” foram utilizados para narrar o movimento que antecede a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia até a efetiva ereção da estátua em solo goiano, ou seja, todo o processo histórico narrado pelos documentos.

Talvez não fosse relevante repetir as informações, como já mencionamos, mas elas foram repetidas para contabilizá-las posteriormente. Por exemplo, Agripino Grieco (personagem que terá vida no capítulo 3) deu uma única conferência na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que foi divulgada ampla e repetidamente, às vezes até mesmo com as mesmas palavras e informações, variando apenas o jornal, o veículo de comunicação. Ainda assim, contabilizamos a quantidade de vezes que a conferência foi divulgada, para ter uma noção de sua repercussão sobre a sociedade paulistana e goiana.

O mapa a seguir mostra, para ilustrar com um primeiro resultado os aspectos metodológicos desta pesquisa, que a repercussão da Campanha e de todo o movimento pró-monumento aos Bandeirantes em Goiânia, partia de São Paulo, capital, especialmente, lugar que reuniu a maioria destoante das publicações nos jornais e rádios sobre os eventos promovidos em prol da construção do Monumento, o que nos indica que saiu de lá a maior parte da iniciativa para a Campanha, percorrendo o seguinte “caminho”: eixo São Paulo-Minas-Goiás, e capital federal. O triângulo marrom mostra o predomínio das publicações vindas de São Paulo e divulgadas naquela região.



Figura 18 - Mapa que mostra a quantidade de publicação de documento por município. Fonte: Ana Carneiro (2020)

Na terceira e última seção “Um objeto localizado”, pretendemos responder “como o lugar determina um monumento e de que maneira ele é determinado pelo local em que se insere” (ALMEIDA, 2007, p. 10), esboçando uma resposta que tangencia o significado social e urbano da área. Sabendo que “o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização” (CORREA, 2005, p. 10), contribuindo para uma ampliação do potencial simbólico do lugar, verificamos em que medida os monumentos conferem uma identidade ao lugar (CORREA, 2007a). Isso foi verificado no capítulo 4, na seção “Onde erguer a estátua?”. Dito isso, passemos para a discussão teórica dos dados analisados.

CAPÍTULO 2 – Espacialidades em construção: o caminho da Embaixada Universitária Paulista à nova capital

Neste capítulo, pretendemos evidenciar que a construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia não se deu a partir de um processo isolado, mas ocorreu em relação a outros eventos. Entre eles, destacam-se a construção da nova capital e o processo de interiorização e modernização do Brasil Central; a viagem da Embaixada Paulista a Goiânia, passando por cidades mineiras e goianas; e as homenagens prestadas a bandeirantes como símbolos da nacionalidade emergente, inclusive a placa comemorativa a Hermano Ribeiro da Silva, considerado pelos estudantes o último bandeirante, acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo.

O objetivo principal aqui é elucidar que a trajetória de ereção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, chave desta pesquisa, percorre os trilhos da estrada de ferro de Goyaz, que ligava o interior paulista ao interior goiano, rumo à expansão territorial, à rede de comunicações das rodovias com o Centro-Sul brasileiro, sendo a estátua, nesse sentido, símbolo de um processo de expansão territorial, muito mais do que um ícone ou um objeto estético.

Nesse sentido, a reconstrução do processo de nascimento da estátua ao Bandeirante requer voltar ao mundo que existia antes mesmo de sua concepção, mas que está imbricado à sua existência: a construção da nova capital.

2.1. Diálogo das fronteiras: modernidade e tradição no planalto central

Para começar, trataremos da construção da nova capital, desde as ideias de mudança da capital até a construção de Goiânia, fruto de um processo maior de interiorização das fronteiras nacionais, num movimento patriótico e nacionalista dirigido pelo Estado Novo: a Marcha para o Oeste. Em seguida, apresentaremos a viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiânia, que perpassa o eixo São Paulo-Minas-Goiás.

Esses eventos foram escolhidos tendo em vista sua aparição nos documentos analisados e nos deslocam ao problema das fronteiras, uma vez que os bandeirantes representam um conflito com as fronteiras externas, onde o “outro” aparece como outros países, de um período colonial, tradicional, ao passo que os agentes da elite paulistana, responsável pelo erguimento do Monumento aos Bandeirantes, reivindicam-no como símbolo

do “desbravamento” das fronteiras internas nacionais, onde o “outro” aparece como indígenas, natureza, em estado de selvageria e primitivismo. Essas elites paulistanas reinterpretam, portanto, a figura do bandeirante e a (re) contextualizam ao começo do séc. XX, vendo-se a si mesmos como novos bandeirantes, dessa vez da integração regional, movidos pelo motor da indústria, da modernidade, da ciência, seguindo pela linha do trem até a nova capital.

Giddens (1991) define a modernidade como um fenômeno datado e localizado na Europa do séc. XVI, entendendo-a como um estilo, costume de vida ou organização social específica, que se tornaram mais ou menos mundiais, especialmente a partir do séc. XX. Alguns marcos para esse período, diz-nos Giddens (1990), estão nas discontinuidades entre tradicional e moderno: o ritmo de mudança, a velocidade em especial do avanço tecnológico; o escopo da mudança, a interconexão entre diferentes áreas do globo, a globalização; a natureza intrínseca das instituições modernas, o Estado-Nação, o trabalho assalariado, a própria cidade moderna. Para Berman (2007) esses marcos são o desenvolvimento do conhecimento, com a Ciência; a aceleração do ritmo da vida e a produção da existência através da industrialização; os sistemas de comunicação de massa; a construção de um Estado-Nação, com uma democracia, com a burocracia, com movimentos sociais; a formação de um mercado capitalista, com uma sociedade de consumo e com o individualismo.

“No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’” (BERMAN, 2007, p. 25). Todavia, Giddens atenta para as consequências dessa modernidade, apontando seu lado sombrio no trabalho industrial desumano, na destruição do meio ambiente, no uso arbitrário do poder político, no poder militar e nas grandes guerras.

Se pensarmos no contexto analisado nesta dissertação, o começo do séc. XX, no Brasil buscava-se incorporar elementos dessa modernidade europeia que se mundializava, atingindo até mesmo os países do então chamado Terceiro Mundo, ou em desenvolvimento. Veremos nesse capítulo, por exemplo, a construção de uma nova capital em moldes modernos, com vistas à negação do antigo, do tradicional, do velho. Além disso, a formação do governo Vargas visava construir um Estado-Nação, ainda que arbitrária e ditatorialmente. Ainda podemos visualizar, no próximo capítulo melhor, a ação dos meios de comunicação de massa na difusão de uma ideia acerca da construção do Monumento aos Bandeirantes, que surge como símbolo de um processo maior de interiorização nacional das elites paulistanas

vinculadas às elites regionais goianas. Nesse sentido, a ação modernizadora atua sobre os ares brasileiros e goianos.

2.1.1. Ideias para a construção da nova capital

Embora a nova capital tenha surgido no começo do século XX, com a proposta de mudança retomada pelo então interventor estadual Pedro Ludovico Teixeira, “o sonho da transferência da capital goiana não era novo, pois a ideia de mudança (...) foi lançada pela primeira vez pelo marechal de campo Miguel Lino de Moraes, 2º governador de Goiás no império” (BARREIRA, 2006, p. 73), em 1830. Antes dele, Conde dos Arcos, ainda em 1754 teria sugerido a mudança da capital ao governo português (UNES, 1998). As justificativas para essa mudança giravam em torno de razões econômicas (a decadência do ciclo do ouro), climáticas e geográficas (a impossibilidade de crescimento demográfico do lugar, a frágil comunicação com outras localidades), políticas (o fim do provincianismo de Vila Boa, a antiga capital).

A economia de Goiás esteve baseada na mineração até o fim do século XVIII. A produção do ouro em Goiás foi crescente até 1753. Após esta data, os números apresentam sistemático decréscimo na produção do minério. A extração de ouro já não compensava mais os investimentos na mão de obra escrava e demais custos. Tornada a produtividade cada vez mais escassa, muitos dos habitantes das regiões mineradoras se deslocaram para regiões onde praticavam a agropecuária de subsistência (Palacin, 1994, Palacin e Moraes, 1994, Chaul, 1997). (TAMASO, 2007, p. 38)

Os esforços de interiorização do país tiveram origem ainda no período colonial, no séc. XVIII: “a partir do período pombalino era já, portanto, evidente o esforço de ocupação dos espaços nacionais. E é esse pensamento que foi retomado com Vargas” (UNES, 1998, p. 116). Em seu discurso, feito em 1938, podemos observar estes elementos da expansão territorial e interiorização da população brasileira como símbolos da brasilidade:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida (...) é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. (...) O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. (IBGE apud UNES, 1998, p. 112)

Era preciso expandir as relações comerciais do Estado de Goiás, principalmente, com a região do Centro-Sul, onde se localizavam os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estado que até então continha a capital federal. Isto é, objetivava-se não somente a expansão das fronteiras internas, mas a interligação aos centros já consolidados, o que atesta

seu caráter de ser um projeto das elites, não se tratando de uma fronteira dos pobres. Outros dois fatos contribuem para essa relação comercial com o Centro-Sul: a origem de penetração do território goiano e o fato de a província de Goiás ter pertencido à de São Paulo até o fim do séc. XVIII. Buscava-se, então, a integração econômica do Estado com a parte mais desenvolvida do país: o litoral Centro-Sul. Essa integração só seria possível com a transferência da capital, pois frágil era a comunicação da cidade de Goiás com os demais territórios nacionais.

As estradas não se adequavam à expectativa gerada por veículos automotores; a interligação com o Centro Sul e a distribuição dentro do Estado era inadequada, necessitando de uma postura política e investimentos para atender as cidades existentes. Assim o grande argumento a favor da mudança foi negar as condições à cidade de ser capital, e a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário seguiu elencando itens desfavoráveis a Vila Boa, como o sítio, o clima, o abastecimento de água, rede de esgotos, habitações (BARREIRA, 2006, p. 74).

Além disso, de acordo com o engenheiro Armando Augusto de Godoy, em seu “Relatório Sobre a Conveniência da Mudança da Capital”, a atual cidade de Goiás não possuía condições de abrigar o novo centro moderno que buscavam construir:

A velha capital se acha localizada pessimamente, sendo uma prova disso as suas lamentáveis condições urbanas, não podendo desempenhar as múltiplas funções que cabem a uma capital... Não é possível solucionar economicamente o problema de sua remodelação, tais as dificuldades que apresentam o traçado atual, a superfície dos terrenos e o seu subsolo. Sob o ponto de vista arquitetônico e do saneamento, os obstáculos são inúmeros. Melhor será conservá-la como se acha, e respeitá-la na sua formação colonial, repetindo-se em relação a ela o que Minas fez com Ouro Preto. [...] Ela evoluiu como, em geral, as vilas que surgem em terreno acidentado, na maior desordem, contrariando sobremodo as tendências modernas. (GODOY, 1943, p. 36)

Em vistas ao progresso e desenvolvimento do Estado interiorano, à modernidade e civilização que havia no litoral paulista e carioca, Goiás engendra-se a almejar seu lugar neste universo. Assim foi que a Marcha para o Oeste, política do governo federal de Vargas, de deliberada ocupação das fronteiras e “vazios”, entre os anos 1930 e 1945, se efetivou.

**Atravessa uma fase
de franco desenvolvimento
o Estado de Goiaz**

Entre os recortes de jornais do principal acervo analisado nesta pesquisa, a Coleção Monumento aos Bandeirantes, é possível observar manchetes propagandísticas do desenvolvimento e crescimento do Estado de Goiás, em muito relacionado à construção de sua nova capital, que contava à época de publicação das manchetes, com pouco mais de cinco anos desde o lançamento de sua pedra fundamental, que ocorreu em 24 de outubro de 1933.

**Goyaz exercerá influencia decisiva
no desenvolvimento do paiz pelas suas jazidas de nickel**

Recorte do Jornal "Correio Paulistano", São Paulo (Coleção BAND..., 04 fev 1938)

"Goyaz possui a maior jazida de nickel do mundo!"

Recorte do Jornal "Acção", São Paulo (Coleção BAND..., 3 fev 1938)

O desenvolvimento do Estado era um indício de seu crescimento e, portanto, um sinal positivo para a interiorização populacional e expansão das fronteiras internas nacionais. Como se o Brasil precisasse avançar para dentro de si mesmo, a Marcha para o Oeste aconteceu de modo a ocupar esses "vazios" territoriais e lugares de fronteira, integrando o resto do país aos polos mais desenvolvidos e modernos, litorâneos. Em entrevista para o jornal paulista "A Acção", Antônio Cunha Bueno reitera que:

Goyaz é detentor de uma phantastica jazida de nickel e bem sabemos que para o futuro esse minerio terá influencia decisiva, vital, para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Para o futuro, a exploração de minerios que ja começa a despertar a atenção do Governo Estadoal, poderá tornar-se uma fonte de riqueza muito valiosa, principalmente levando-se em conta o plano de rodovias que vem sendo realizado paulatinamente pelas autoridades. (Coleção BAND..., 03 fev. 1938, grifos nossos)

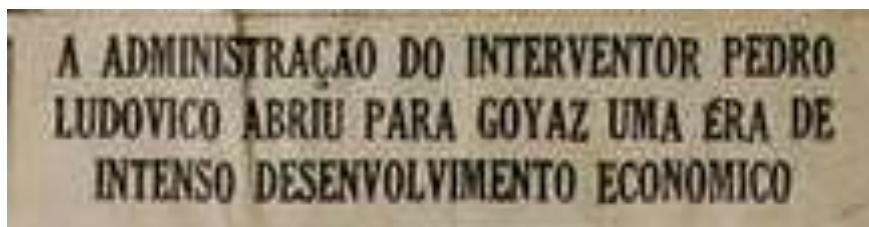
Trata-se, a partir do discurso de Antonio Silvio Cunha Bueno, de um projeto de interiorização associado ao minério, à construção de estradas e de um espaço administrativo de centro, para garantir o escoamento dessas riquezas e a presença dessas elites paulistanas no processo, baseando-se em sistemas mentais como o nacionalismo e a modernidade. O níquel é "utilizado, tanto puro como em ligas, em aproximadamente 300 mil produtos para consumo, indústria, material militar, moedas, transporte/aeronaves e em aplicações voltadas para a construção civil" (BRASIL, 2009, p. 259).

A tese de Ricardo Gonçalves (2016) ainda que se sustente em dados da primeira década do século XXI, mostra como a exploração mineral esteve presente no histórico econômico do estado de Goiás e no Brasil. O autor mostra que o estado de Goiás estava, em 2014, em terceiro lugar na produção mineral brasileira, se destacando na produção de amianto e níquel (com 85,6% da produção nacional) (GONÇALVES, 2016, p. 250).

No Brasil, mesmo ultrapassados dois séculos após a independência colonial, os minérios continuam sendo alvos dos interesses privados arquitetados por capitalistas nacionais e transnacionais, resultando na apropriação desigual dos bens comuns. Isso ocorre sob a própria condescendência do Estado que se alia aos interesses hegemônicos e se posiciona a serviço da classe dominante, sobrepondo aos interesses da coletividade comunitária de cada território onde são extraídos (GONÇALVES, 2016, p. 245).

O discurso de Pedro Ludovico, líder político elementar nesse processo, serve para mostrar que as razões geográficas, de possibilidades para crescimento populacional, existiam entre os mudancistas, aqueles que desejavam e lutavam pela construção de uma nova capital:

A ideia da mudança da capital tivemos-la desde menino. Ainda jovem, estudando geografia de Goiás, notamos que a população de nossa capital era três vezes menor do que a de Cuiabá, que, àquela época, era a segunda em menor população das capitais brasileiras. (Pedro Ludovico apud SABINO JUNIOR, 1980, p. 11)



Recorte do Jornal "*Diario de São Paulo*", São Paulo (Coleção BAND..., 04 fev 1938)

A administração de Pedro Ludovico foi marcada pela vontade de mudança e pela construção da nova capital. A manchete acima elencada conecta-se com o seguinte trecho do livro "Goiânia Documentada" de Oscar Sabino Junior, historiador goiano:

Goiás aparecia ao consenso geral da nação como uma ficção geográfica, sem perspectivas animadoras de crescimento (...) enquanto a capital do Estado permaneceu na histórica cidade de Goiás, que, pela própria posição que ocupava, não poderia possibilitar, como possibilitou Goiânia, a formação de um núcleo urbano em condições de polarizar os diversos setores de atividade de uma enorme extensão territorial. (SABINO JUNIOR, 1960, p. 14)

As ideias para a construção da nova capital tangenciam, portanto, problemas de ordem econômica, de expansão mineral; de ordem demográfica e geográfica, de interligação com os centros nacionais já consolidados e aumento populacional; de ordem política, de controle da produção e da administração pública.

2.1.2. A capital moderna dos anos 1930

Nesta seção, veremos os processos de planejamento de Goiânia, com seu projeto urbanístico aos moldes da modernidade europeia, e sua vinculação com as políticas de interiorização e integração nacional e regional do Estado de Goiás aos centros consolidados do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

A nova capital do Estado de Goiás surge no começo do séc. XX, durante a eufórica “Revolução de 30” comandada por Getúlio Vargas, com o objetivo de ser o novo centro administrativo do governo estadual, sendo projetada, por Atílio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy, para 50 mil habitantes. O interventor estadual Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Vargas para dirigir o estado goiano, emite o Decreto-lei 3.359, em 18 de maio de 1933, que estabelece as bases para edificação da moderna capital no coração do Brasil. Os estudos sobre Goiânia são vastos, cabendo aqui a modéstia de indicar, e revisar, alguns estudos já realizados (BERNARDES, 1998; CASTRO, 1947; CHAUL, 1998, 2002; COELHO, 1997; MANSO, 2001; MONTEIRO, 1938; MOYSÉS, 2004; PALACÍN, 1976).

Chaul (2009, p. 100), historiador goiano, afirma que “Goiânia nasceu para ser capital, nasceu sem infância histórica, sem adolescência interior, madura demais para tão pouco tempo de criação.”. Essa afirmação vai ao encontro da impressão tida por Lévi-Strauss, antropólogo francês, ao visitar Goiânia pela primeira vez em 1937. Para ele,

de bom grado poder-se-ia aplicar-lhe a expressão ‘bastião da civilização’, num sentido não mais figurado, mas próprio, que adquiria um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, quanto essa implantação no deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás, nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito lhe saturara o vazio ou lhe suavizara a rigidez, ali nos sentíamos como numa estação de trem ou num hospital, sempre passageiros, nunca residentes (LÉVI-STRAUSS, p. 118, 1996, grifos nossos)

Goiânia surge então como uma cidade de fronteira, marco de alterações no Estado de Goiás e no Centro-Oeste, desde a sua fundação. Nesse sentido, “a experiência histórica que se liga à construção de Goiânia é a abertura, conquista e ocupação de novos territórios” (Silva apud BARREIRA, 2006, p. 76). Para Moysés (2004, p. 1), “Goiânia foi viabilizada no momento em que o país desempenhava um grande esforço de interiorização de um processo de ocupação econômica em moldes mais modernos”, uma vez que as ideias e esforços de interiorização não eram recentes e remontavam ao período colonial (UNES, 1998). Nesse contexto,

este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de

Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sócio-cultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: *a modernidade*, tão discutida nos embates acadêmicos, mas que só viria de fato nos ventos do Cerrado por sobre a capital federal, Brasília (CHAUL, 2009, p. 101, grifos nossos).

Goiânia deteve, então, uma função civilizadora na história de Goiás, de integração do Centro-Oeste brasileiro com o resto do desenvolvimento do país, com um papel regional de destaque. (SABINO JUNIOR, 1960). “Goiânia, é, a um só tempo, testemunho e símbolo. *Símbolo da política de integração do Brasil (...)*, ocupando a vastidão do seu território e criando nêle a civilização magnífica que a história espera” (SABINO JUNIOR, 1960, p. 18, grifo nosso). Nesse sentido, Goiânia agiria com uma função civilizadora sobre o território goiano e a expansão da cidade renderia comunicação com as regiões do estado e com o resto do país, através da expansão da malha ferroviária e rodoviária (MANSO, 2001).

Hoje que não se tem mais dúvidas quanto às benéficas influências de Goiânia no processo de progressivo desenvolvimento do estado, até então amarrado aos elos de uma economia de tipo feudal, fechada (...), pode-se dizer que se transformou num dos principais pontos de atração de capitais do Brasil, tal o surto de progresso que aí se verifica (SABINO JUNIOR, 1960, p. 23).

Goiânia se coloca como polo de desenvolvimento do estado, como “elemento de integração e desenvolvimento para o Estado de Goiás” (BARREIRA, 2006, p. 76), demonstrando que era possível “em pleno sertão, deslocada dos centros de desenvolvimento do país à época, ocorrer um fato urbano que passou a ser polo de integração nacional” (Ibdem).

É neste contexto que:

Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que a construção e, principalmente, a transferência da capital dependeu basicamente do regime instaurado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do nacionalismo, do bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo (CHAUL, 2009, p. 108).

Goiânia se transformou numa soma da vegetação local com a urbe moderna, encontrando-se ali um núcleo urbano moderno, planejado, cheio de habitação, movimento e vida (BARREIRA, 2006). Esse plano moderno de Atílio Corrêa Lima, Armando Augusto de

Godoy, executado por Coimbra Bueno, discípulos no Brasil de Alfred Agache⁴, tinha como objetivo fundar Goiânia sob o prisma da vida moderna, criando um agrupamento urbano planejado e realizado de acordo com as aspirações do capitalismo industrial e da modernidade europeia e norte-americana. A principal ilustração do modernismo em Goiânia está em seus edifícios *Art Déco*, até hoje cantados com louvor e orgulho. Nas palavras de Armando Augusto de Godoy, em seu relatório sobre a mudança e escolha do local para a nova capital, apresenta o papel das cidades modernas e planejadas sobre o desenvolvimento da região:

É das cidades modernas que partem os vigorosos impulsos de uma nação. [...] O principal objetivo dos modernos centros urbanos, estabelecidos em vários países, foi o de obter, nas zonas em que eles surgiram, o que está faltando a Goiás e tem impedido, em grande parte, o aproveitamento de suas riquezas e o aumento rápido da sua população. [...] Belo Horizonte, não obstante haver surgido em pleno sertão, atraiu vultosos capitais, inúmeras indústrias e é hoje um grande centro comercial e de cultura, sendo de notar que a antiga capital mineira, Ouro Preto, continua a viver como outrora [...], Letchworth na Inglaterra e Gary nos Estados Unidos, com menos de 30 (trinta) anos, [...] são hoje campo de considerável atividade industrial por haverem sido convenientemente projetadas. (GODOY, 1943, p. 212-214)

A construção de Goiânia, portanto, e a mudança da capital, buscavam a inserção do estado de Goiás no modelo de desenvolvimento do tipo capitalista, em direção à modernidade burguesa, ao tão aclamado progresso, mas sobretudo num enclave de mineração. “A mudança da capital passava ao seu significado mais global: um símbolo de ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás” (CHAUL, 2009, p.103).

A escolha do local para a construção de Goiânia levou em conta alguns critérios, entre eles: estar próximo a estrada de ferro, possuir água abundante, ter um bom clima e uma topografia adequada. Critérios estes que eram justamente uma oposição ao que faltava à antiga capital. Em 20 de novembro de 1932, pelo Decreto-lei n. 2.737, uma comissão para escolha do local da nova capital é definida. Em 1933, essa comissão decide pela região de Campinas, cidade vizinha a Goiânia que hoje é um bairro da capital.

A arquiteta e professora Celina F. Manso, em seu livro “Goiânia, uma concepção urbana, moderna e contemporânea: Um certo olhar”, publicado em 2001, traça todo o percurso de construção da nova capital, apresentando a influências e diálogos que tiveram Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy com as vertentes europeias e norte-

⁴ Arquiteto francês responsável pelo Plano de Remodelação do Rio de Janeiro, Plano Agache, nos anos 1920, e de outras cidades brasileiras.

americanas, em especial com o Movimento Moderno e o City Beautiful, bem como as preocupações desses urbanistas para a nova capital.

A ruptura do contrato com a firma P. Antunes & Cia. Ltda. fez com que Atílio Correa Lima se afastasse do processo de planejamento e construção da nova capital goiana. Em seu lugar entrou Armando Godoy, urbanista que já conhecia o sítio da nova capital, que foi contratado como consultor pela firma Coimbra Bueno & Pena Chaves, além de uma grande quantidade de profissionais ligados às áreas de construção, arquitetura, urbanismo, topografia e saneamento (ARRAIS, 2010, p. 188)

Para Armando Godoy, a cidade moderna deveria ser o centro irradiador do desenvolvimento econômico, social e cultural, na ideia civilizadora de integrar à modernidade os que estão de fora:

Ela possuiria uma função pedagógica porque “educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a sua influência civilizadora” (ARRAIS, 2010, p. 186).

O plano de Atílio Corrêa Lima levava em conta o desenvolvimento da capital e sua integração regional e nacional, e os pressupostos estéticos para uma monumentalidade urbana. No primeiro caso, as vias de comunicação na cidade eram fundamentais para seu rápido crescimento e valorização dos terrenos, bem como para o desenvolvimento comercial e progresso industrial. Aqui ele cita o caso de Chicago que teve um vertiginoso aumento populacional graças às vias de comunicação e o de Belo Horizonte que teve uma grande expansão em virtude de estradas ligando às zonas mais produtivas do estado.

Quando da elaboração do plano da nova capital goiana, Atílio determinou, da mesma forma que em Washington uma subordinação do projeto urbano ao elemento que, em última análise, “deve-lhe a sua existência”: a sede do poder executivo estadual. [...]. Além disso, seguindo o modelo da nova capital norte-americana, Atílio Corrêa Lima propõe um projeto de organização administrativa para Goiânia, de forma a criar um “sistema ideal típico, livre das influências políticas como só é nos grandes centros (ARRAIS, 2010, p. 185)

Além da função política da nova capital, era importante atrair capitais e investimentos, para que a cidade crescesse e desenvolvesse sua função econômica. A fronteira aparece como lugar de expectativas, de risco, de investimento rápido e lucrativo, como mostra o folheto abaixo. O aumento rápido da população, o aparecimento de indústrias, a valorização dos terrenos dependia também de propagandas a nível nacional, na radiodifusão, no teatro, nos livros, jornais, cartazes etc.



Figura 19 - Cartaz incentivando a população brasileira a se mudar para Goiânia, a nova capital. Fonte: Google Imagens (2020)

No segundo caso, dos pressupostos estéticos de monumentalidade, as influências de Atílio Corrêa Lima o fizeram levar em conta a beleza nos critérios a serem revistos pelo urbanismo nas cidades. Os planos de remodelação, portanto, tinham relação com questões estéticas. Entre suas influências, Manso (2001, p. 142) cita o Movimento Moderno de Le Corbusier e Agache:

Em 1933, Atílio encontrava-se ante o desafio de conceber uma nova cidade moderna para ser a sede administrativa do estado de Goiás, profundamente envolvido com as ideias de Agache, mas atento e atualizado com o debate sobre as novas tendências do Movimento Moderno que estavam chegando ao Brasil, via Le Corbusier.



(Coleção BAND..., Cartão Postal da construção de Goiânia..., s/d)

No centro cívico de Goiânia é onde este caráter monumental mais se fez presente. “Na sua concepção urbanística, o centro cívico deveria apresentar um caráter monumental, cercado pelos edifícios públicos que formaria um só conjunto arquitetônico” (MANSO, 2001, p. 126). Para Manso (2001, p. 128), “Attílio apresentou um desenho urbano de concepção clássica, adotando critérios modernos para atingir um caráter artístico e monumental”. Esse caráter artístico e monumental era forte nas tendências do City Beautiful. A construção do centro cívico é importante de ser analisada, pois, é onde se localizaria, de acordo com os documentos, o Monumento aos Bandeirantes, como será visto na seção “Onde erguer a estátua?”.

Para a autora, o plano urbanístico de Attílio era fundamentalmente moderno:

Na realidade, se Attílio Corrêa Lima tivesse tido tempo de concluir sua obra em Goiânia, talvez pudesse ser considerado hoje o último arquiteto urbanista brasileiro a desenvolver um urbanismo tradicional, não somente por aplicar os princípios do City Beautiful, mas também, e ao mesmo tempo, por ser pioneiro na aplicação das incipientes ideias do Movimento Moderno na arquitetura e no urbanismo de Goiânia. (MANSO, 2001, p. 143-144).

Por razões de melhor organização dos serviços públicos, para facilitar problemas técnicos, econômicos, sanitários, e por questões estéticas, também a divisão por zoneamentos realça a modernidade do planejamento urbano de Attílio Corrêa Lima: o centro administrativo, o centro comercial, as zonas industrial, residencial e rural.

Sobre a modernidade desta capital *moderna*, as impressões de um dos professores que viajaram junto com a Embaixada Universitária Paulista a Goiás, tema do tópico seguinte, servem para reforçar essas características:



(Coleção BAND..., 21 jan 1938)

O nome de Goiânia foi escolhido por meio de um concurso realizado pelo jornal “O Social”. Entre as sugestões recebidas destacam-se Petrônia e Buenolândia por fazerem referência aos dois grandes mitos no imaginário goianiense: Pedro Ludovico Teixeira e Bartolomeu Bueno da Silva (o *Anhanguera*). A escolha do nome, todavia, não respeitou a maioria dos votos, que foi para Petrônia, tendo Pedro Ludovico optado por Goiânia, a partir de um decreto-lei, nome sugerido pelo professor, escritor e jornalista de Araguari (MG) Alfredo Faria de Castro, cujo pseudônimo era Caramuru Silva do Brasil (MANSO, 2001, p. 90). Possivelmente não quis Pedro homenagear a si mesmo, escolhendo Petrônia, e, embora tivesse realizado plebiscito popular para escolha do nome da capital, optou pela tradicional política do Estado Novo com seus decretos e decisões arbitrárias.

Como vimos nesta seção, a construção de Goiânia, seguindo o planejamento urbanístico moderno, contribuiu para o processo de interiorização da Marcha para o Oeste, bem como para a integração regional e nacional do Estado de Goiás aos centros mais desenvolvidos e consolidados do país. Vejamos, agora, a viagem da autodenominada Embaixada Universitária que, partindo de São Paulo, foi estreitar os laços e vínculos com o estado interiorano.

2.1.3. O caminho da expedição: A viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiânia

Em meados de janeiro de 1938, parte de São Paulo a Embaixada Universitária Paulista, composta de professores e acadêmicos da Universidade de São Paulo, a convite do interventor Pedro Ludovico Teixeira, em direção a Goiânia, com objetivo de aprofundar os laços entre os estados paulista e goiano, além de conhecer a nova capital em construção no estado central, e realizar estudos dos solos, minerais e terra, em cidades goianas. Era uma “viagem de estudos” (Coleção BAND..., 20 jan 1938). Essa excursão teve auxílio do governo estadual paulista e o apoio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Desta visita nasceu a ideia de construção do Monumento aos Bandeirantes.



(Coleção BAND..., 16 jan. 1938)

O interesse nas “minas de nickel” já se mostra evidente e a presença do professor e engenheiro Tarciso Sousa Santos se justifica. Esse estreitamento dos laços entre o “grande Estado Central tão amigo dos paulistas” (Coleção BAND..., 21 jan. 1938), além do nacionalismo nele embutido e corriqueiramente lembrado, da expansão das fronteiras e interiorização nacional, tinha como objetivo principal, segundo os documentos:

o intercambio cultural e científico, com palestras e pesquisas técnicas de mineralogia pelo dr. Souza Santos, além de pretenderem os moços visitantes conhecer o grande Estado Central e a mais jovem das capitais do Brasil, construída com grande carinho e nos moldes das modernas cidades norte-americanas (Coleção BAND..., 23 jan. 1938)

De acordo com o dicionário etimológico utilizado na abertura deste trabalho, “Embaixada” se refere a um cargo ou função de um “embaixador” que, por sua vez, significa “a graduação mais elevada do representante de um Governo ou Estado, junto de outro Estado ou Governo” (FIGUEIREDO, 1913, p. 697). Podemos dizer que a Embaixada Universitária Paulista foi assim chamada devido a sua ação diplomática entre os governos de Goiás e São Paulo, buscando construir uma rede entre as elites e autoridades desses estados, representando-os acadêmica, intelectual e politicamente.

Em sua saudação a Goiânia, apresentada logo a seguir, eles se colocam como representantes da “mocidade bandeirante” e descendentes dos bandeirantes que, “lutando pela grandeza duma Patria futura, firmaram (...) a primazia do Brasil, na America Latina”:



(Coleção BAND..., 1938)

Na chefia da composição da Embaixada estava Antônio Sylvio da Cunha Bueno. Acadêmicos da Faculdade de Direito da USP, em sua maioria, como sr. Cicero Augusto Vieira (presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto), sr. Reynaldo de Abreu Sodré (secretário), sr. Ulysses Silveira Guimarães (orador), Augusto de Macedo Costa Junior, Domingos Luz de Faria, José Lessa, Laerte Guimarães, Luiz Botelho Costa e outros, compuseram essa Embaixada, além de professores da USP, não somente do Direito mas de todas as escolas superiores, inclusive da Escola Paulista de Medicina e do Mackenzie College, como o prof. de Economia Política e Estatística da USP, dr. José Romeiro Pereira. (Coleção BAND..., 14 jan. 1938). Salta aos olhos a presença do prof. Tarcisio Souza Santos, engenheiro-chefe da Secção de Geologia do Instituto de Pesquisas Tecnologias de São Paulo, saudado pessoalmente por Pedro Ludovico Teixeira.



(Coleção BAND..., 1938)



(Coleção BAND..., 09 jan. 1938)

A Embaixada Universitária foi recepcionada no dia 18 de janeiro de 1938, no “Edifício do Gymnasio Official de Goyania”, por alunos e professores da “Faculdade de Direito de Goyaz”. A comissão de alunos da Faculdade de Goiás que saudou os visitantes era formada pelos seguintes nomes: Otavio Artiaga, Antônio Lisbôa, Francisco Balduino, Joaquim Magalhães Filho, Arqueban Gonzaga, Arideu Costa, Frederico de Medeiros, Edson Hermano, José J. de Souza, José Veiga, José de Campos Meireles, entre outros. Na comissão de professores reuniam-se Borges dos Santos, Luis do Couto, Ernani Cabral, Colemar Natal e Silva, Celso Herminio, João d’Abreu, Guimarães Lima, Paulo de Souza, Zoroastro Artiaga, entre outros.



(Coleção BAND..., 1938)

A cerimônia de recepção da Embaixada contou com a presença do secretário de segurança pública, dr. Gomes Pereira, representante do interventor de Goiaz, tendo aberto a sessão o dr. Borges dos Santos (diretor da Faculdade de Direito de Goyaz). Fez uma longa oração o professor catedrático da Faculdade de Direito de Goyaz, dr. Ernani Cabral e o acadêmico da mesma Universidade Joaquim Magalhães falou em nome dos acadêmicos, dando boas-vindas aos colegas. Mario Romeu de Lucca, acadêmico da Embaixada, agradeceu em nome dos universitários paulistas. Antônio Sylvio Cunha Bueno, presidente da Embaixada, entregou ao dr. Borges dos Santos um pergaminho enviado pela Faculdade de Direito da USP. O professor da Faculdade de Direito de Goiaz, dr. Paulo Fleury, agradeceu. A banda da Polícia Militar de Goiás abrilhantava a recepção. A entrega do pergaminho em nome dos estudantes de Direito acontece apesar da Embaixada Universitária Paulista, que viajou a Goiânia, ser composta por estudantes de diversos cursos da Universidade de São Paulo.



(Coleção BAND..., 18 jan. 1938)

Acari Passos foi, em 1978, o primeiro diretor do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Colemar Natal e Silva é homenageado na mesma universidade federal do estado, nomeando todo um campus e biblioteca, com um busto seu em bronze em frente ao Centro Cultural, na entrada no campus. Teria fundado a Academia Goiana de Letras e a própria Universidade⁵. Os nomes que integram essa comissão são recorrentes na história oficial de Goiás e exercem cargos nas autarquias da cidade de Goiânia. Não são anônimos trabalhadores.

Durante o dia, percorreram repartições públicas, a fim de conhecer a nova capital e seu projeto administrativo. Na noite do mesmo dia, seguiram para um banquete, e um baile, no Grande Hotel, oferecido pelo interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira, representado pelo sr. Vasco dos Reis, secretário do Interior. Em nome da Embaixada falou Mario Romeu de Lucca, acadêmico já citado, agradecendo. O banquete oferecido por Pedro Ludovico à Embaixada contou com 50 talheres⁶, uma recepção seleta e restrita, para a Embaixada, a Comissão que a recepcionava e autoridades locais.

Sentaram-se ao lado de Pedro Ludovico o presidente da comissão, Cunha Bueno e o prof. Tarcísio de Sousa Santos, engenheiro chefe da Seção de Geologia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que realizou nesta capital e em outras localidades do estado, pesquisas mineralógicas. O chefe da Embaixada, Cunha Bueno, entregou um pergaminho ao Interventor estadual enviado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto:

Cunha Bueno, que entregou ao sr. Pedro Ludovico rico pergaminho onde se liam as seguintes palavras:
 "Mocidade universitaria da Academia de Direito de São Paulo, em visita official ao glorioso Estado de Goyaz, sauda, na pessoa do illustre dr. Pedro Ludovico, estadista esclarecido e amigo sincero dos estudantes, a fidalga e hospitaleira gente do grande Estado Central e coração do Brasil. Janeiro de 1938. (a.) CICERO AUGUSTO VIEIRA, presidente do Centro Academico XI de Agosto".

(Coleção BAND..., 20 jan. 1938)

O pergaminho é um verdadeiro bajular da figura de Pedro Ludovico Teixeira. O caráter lisonjeiro das palavras reflete as intenções da entidade estudantil. A troca de presentes e doações (recebe o convite de visitar Goiás, aceita o convite; ganha um banquete, entrega um

⁵ UFG presta homenagem ao seu fundador, Colemar Natal e Silva: <<<https://www.ufg.br/n/55729-ufg-presta-homenagem-ao-seu-fundador-coleamar-natal-e-silva>>> Acesso em 12 jan 2020.

⁶ Outros documentos informam um número diferente, 120 talheres. Isso serve para mostrar que os jornais, enquanto documentos, não são unívocos.

pergaminho etc.) nos faz lembrar Marcel Mauss (2003), em seu “Ensaio sobre a dádiva”, trazendo o elemento simbólico deste ato que culmina em relações de reciprocidade ou hostilidade, amizade ou inimizade, resultando numa dívida espiral que se resolve apenas com a retribuição.

Pedro, em seguida, propõe um brinde de honra a Getúlio Vargas. Sentaram-se ao lado de Pedro, Antônio Cunha Bueno, presidente da Embaixada, e o prof. Tarcísio de Souza Santos, responsável pelos estudos nas “minas de nickel” e pesquisas mineralógicas no estado.



(Coleção BAND..., 1938)⁷

A viagem da Embaixada a Goiânia ocorreu na primeira quinzena de janeiro de 1938. As impressões que os acadêmicos e professores tiveram da nova capital foram as melhores: “a capital mais jovem e uma das mais lindas do Brasil” (Coleção BAND..., 16 jan. 1938), disse ao jornal paulista “O Estado de São Paulo” o dr. José Torres de Oliveira. “É como que symbolo o facto de estar Goiania a jovem capital do futuroso Estado de Goyaz situada mesmo no coração do Brasil” (Coleção BAND..., 08 mai. 1938), disse outro acadêmico ao jornal “Correio Popular” de Campinas. Antônio Cunha Bueno reitera as impressões: “A nova capital, cuja construção confiou o Governo de Goyaz aos engenheiros Coimbra Bueno, é pelo seu plano de urbanização uma das mais modernas do mundo. Não ha exagero na expressão, porquanto isso já foi afirmado por technicos de reputação nacional” (Coleção BAND..., 22 mar. 1938).

Todavia, a Embaixada Universitária não ergue pouso em Goiânia por muito tempo. Com o ímpeto bandeirantista do movimento, eles passam 20 dias viajando por cidades

⁷ Na fotografia, podemos ver centralizado a figura de Pedro Ludovico Teixeira.

goianas, em missões científicas, realizando estudos, observações e capturando impressões sobre o solo, minerais e terra goiana, para levar a São Paulo. Em 24 de janeiro de 1938, a Embaixada chega a Anápolis (Coleção BAND..., 01 fev. 1938), onde lhes espera um banquete oferecido pela prefeitura Anapolina, além da presença do dr. Pedro Ludovico, no Club Recreativo Anapolino.

No dia seguinte, a Embaixada desce para Araguari (MG), sendo recepcionada pelo prefeito dr. Jehovah Santos. Visitam a usina da Cia. Prada. As visitas às cidades mineiras seguem, e no dia 26 de janeiro de 1938, a Embaixada é recebida em Uberlândia (MG) pelo dr. Vasco Giffoni, com uma festa organizada pelas mulheres uberlandenses. Após visitar diversos trechos da cidade, os universitários se mostraram encantados com o progresso e desenvolvimento de Uberlândia. Já no dia seguinte, a Embaixada parte para Uberaba (MG), com recepção garantida pelo prefeito da cidade. Visitam os subúrbios de Uberaba.

Em síntese, o trajeto feito pelos estudantes seguiu a malha ferroviária que ligava a cidade de Leopoldo de Bulhões a Araguari, partindo de São Paulo, passando por Pires do Rio, Leopoldo de Bulhões e enfim Goiânia (Figura 23). Na volta, partiram de Goiânia, passaram por Anápolis, Araguari, Uberlândia e Uberaba para chegar em São Paulo. Não apenas passaram como também pararam nestas cidades, teceram laços com prefeitos e particulares.

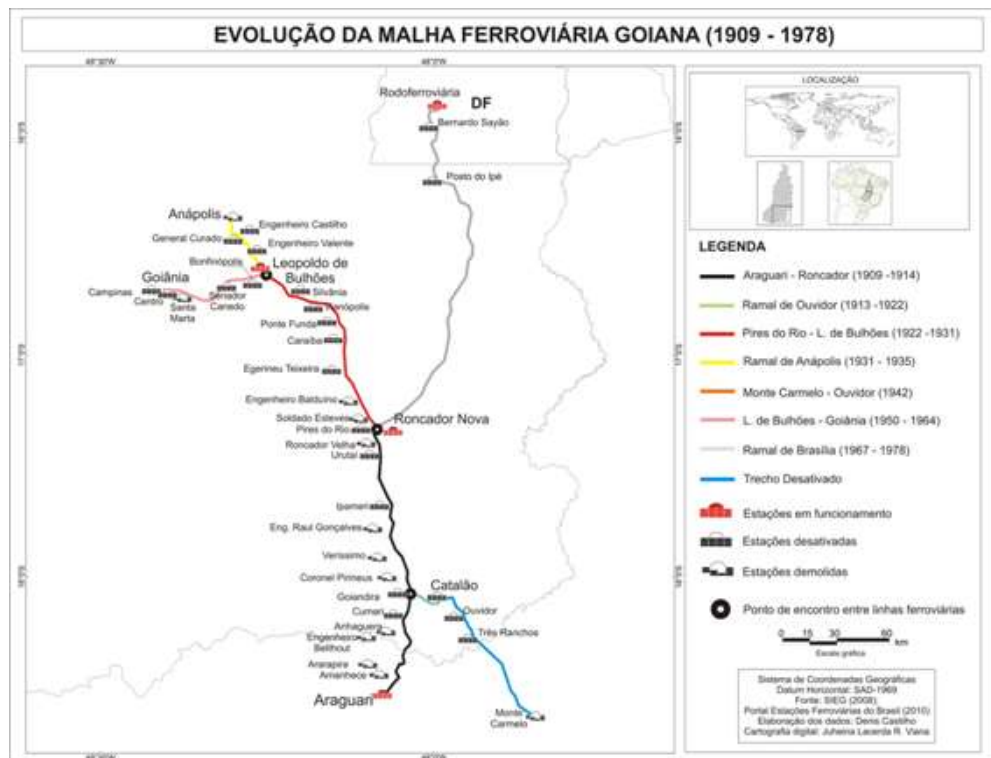


Figura 20 - Estrada de Ferro em Goiás. Fonte: SIEG (2008)

Nos mapas a seguir podemos observar as cidades mencionadas nos documentos, sua localização e a quantidade de menções que cada cidade obteve. É possível notar que, no eixo Goiás-São Paulo, essas cidades formam um caminho, que passa por Minas Gerais. Além das capitais que fogem a esse caminho, como Recife-PE, Cuiabá-MT, Curitiba-PR, Florianópolis-SC e Belo Horizonte-MG, a cidade que destoa deste universo é Nova Iorque, nos Estados Unidos. Essa cidade foi mencionada nos documentos por causa do “The National City Bank of New York”, banco em que a conta do tesoureiro da Campanha Pró-Monumento foi aberta para receber as doações e auxílios da campanha. Vale notar como coincide com o caminho realizado pela Embaixada Universitária Paulista em seus estudos, alguns meses antes da realização da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Como era de se esperar, as cidades mais mencionadas foram São Paulo e Goiânia.

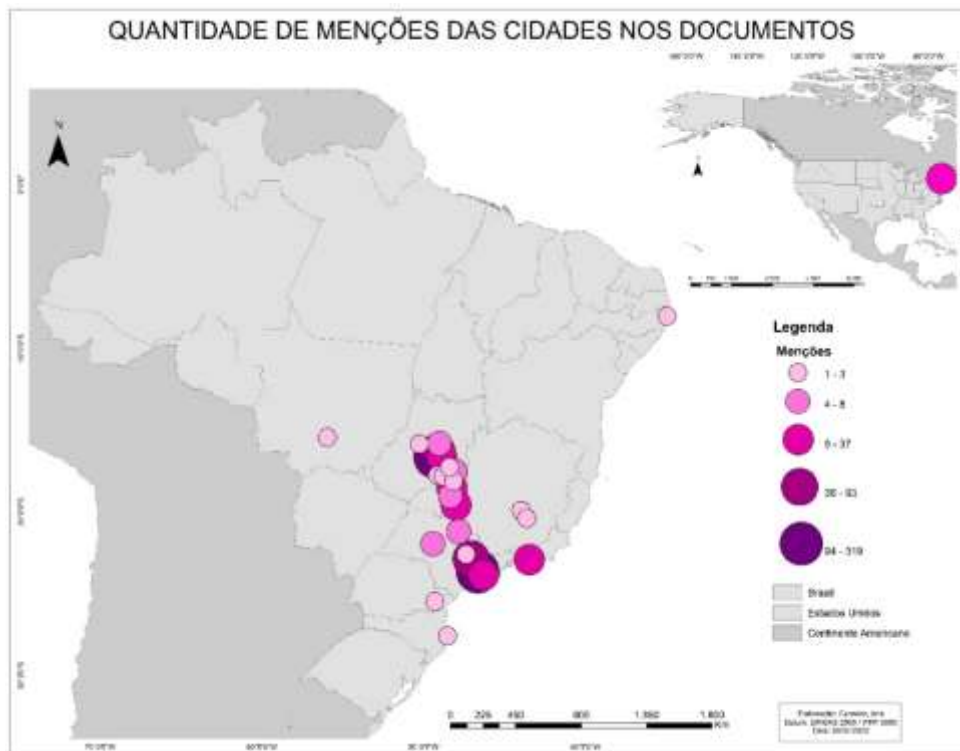


Figura 21 - Mapa com a quantidade de menções das cidades nos documentos. Fonte: Ana Carneiro (2020)



Figura 22 - Mapa com a localização dos municípios mencionados nos documentos. Fonte: Ana Carneiro (2020)

Esses resultados foram obtidos através dos códigos criados no Atlas T.I. e da leitura atenta dos documentos. Se observarmos, notaremos que o percurso feito pela Embaixada Universitária coincide com a malha ferroviária goiana (figura 20).

Em entrevista ao jornal “Folha da Noite”, Antônio Silvio Cunha Bueno, presidente da Embaixada, deixa suas impressões finais da viagem à nova capital (Coleção BAND..., 03 fev. 1938, grifos nossos):

Nossos objetivos foram amplamente realizados. Daqui partimos com o fito de estreitar os liames de amizade que, mômmente neste momento decisivo para a nacionalidade, devem confraternizar os brasileiros, - e daqui levamos também o abraço cordial da mocidade piratinigana e o forte desejo de tomarmos contacto com o povo daquelle Estado central. (...) Recebidos magnificamente, tivemos oportunidade de conhecer Goyania (...).

Obedecendo ás normas urbanísticas mais apuradas, a capital goyana acha-se installada em esplendida situação topographica; o traçado perfeito de suas avenidas e ruas atesta a capacidade da engenharia do Brasil, seus edificios são exemplos frisantes do futuro prospero que naturalmente se concentrará nesta metropole promissora. Goyaz desenvolve-se rapidamente, a onda de progresso e de trabalho vae paulatinamente contaminando os habitantes daquelle Estado, que, cheios de fé, vêm diante de si um horizonte (...) que os impelle para a frente.

O governo luta com grandes dificuldades, pois os meios de comunicação, embora bastante desenvolvidos, *não permitem ainda o escoamento espontaneo das riquezas do sólo e subsólo, dificultando por vezes o*

desenvolvimento da agricultura e pecuária nas regiões do norte estadual. Porém dentro da escassez orçamentária, consequência natural da pouca densidade humana e insuficientes rodovias, vêm os administradores desenvolvendo um plano inteligente de estradas de rodagem, *fomentando a exploração de minérios* e de outras culturas que naturalmente *provocarão a imigração e a atenção dos brasileiros* para essas grandezas desconhecidas que encerram uma fonte de riqueza prodigiosa (...).



(Coleção BAND..., 03 fev. 1938)

A fala do presidente da Embaixada remonta aos aspectos analisados anteriormente, da expansão mineral que buscavam realizar. Ao dizer que “os administradores” vem “fomentando a exploração de minérios” como forma de provocar a imigração e a atenção dos brasileiros, ele evidencia os interesses de expansão territorial e integração de Goiás ao universo dos centros consolidados a partir da expansão mineral. E que melhor herói para fortalecer esses elementos? Expansão territorial paulista, minérios, nacionalismo e fronteira: forjou-se o bandeirante como símbolo.

Essa Marcha para o Oeste que seguia os trilhos da linha do trem buscava forjar a união das elites paulistanas, altamente integradas com as exportações capitalistas, com as elites regionais goianas, cujos vínculos e construção dos laços, passavam muitas vezes por relações familiares. Cunha Bueno era filho do coronel Joaquim Cunha Bueno Júnior, grande fazendeiro de café, com estação de trem chamada Buenópolis, no interior de São Paulo, próximo a Ribeirão Preto – SP, feita para atender as demandas da produção da fazenda de mesmo nome.

Em outra entrevista para o jornal paulista “A Acção”, Antônio Cunha Bueno reitera suas impressões da viagem (Coleção BAND..., 03 fev. 1938):

A 'Embaixada Universitária' regressando a São Paulo não poderia deixar de expressar á imprensa suas opiniões da viagem.

Desta viagem trouxemos recordações indeléveis de tudo o que vimos (...). Sob a esplendida administração do dr. Pedro Ludovico, symbolo do moderno estadista brasileiro, desenvolve-se Goyania, concretização dos esforços e da capacidade constructiva. A nova capital surge repentinamente à nossa vista impressionando-nos pela belleza architectônica que a distingue das outras cidades; suas avenidas rectilineas são como o espelho da grandeza

futura que por certo virá, seus edificios modernistas recordem-nos o espírito revolucionário que acoberta*⁸ a mentalidade cheia de fé dos goyanos. [...]

É indisponível que, doravante, os Governos Estadoes patrocinem o intercambio intelectual por intermedio de caravanas Estudantinas, para que a mocidade saiba e apreenda 'in loco' quaes as dificuldades e quaes os problemas que amanhã terá de defrontar, neste momento decisivo para o futuro da nacionalidade.

O presidente da Embaixada fala sobre o futuro da nacionalidade, sobre a importância dessas visitas aos estados menores em vistas ao desenvolvimento, a fim de aprender as dificuldades e problemas pelos quais passam a região. Tece elogiosas palavras a Pedro Ludovico, saudando a seu ver sua exitosa administração para expansão e progresso do Estado de Goiás. A viagem da Embaixada Universitária Paulista foi, como vimos, fruto de um convite de Pedro Ludovico, e teve, durante os 20 dias de viagem, o apoio e a presença firme e constante de uma comissão goiana para auxiliá-los no que fosse preciso. Os vínculos e redes se expandem no sentido das autoridades locais e intelectuais goianas e paulistas. Não há interesse de vínculo com a anônima classe trabalhadora, mas com a nomeada classe dirigente, aquela que toma as decisões e controla o Estado.

Vimos ainda que os interesses na expansão mineral precedem os estudos realizados pela Embaixada Universitária Paulista, na figura do professor e engenheiro Tarcisio Sousa Santos. A integração de Goiás aos centros já desenvolvidos do país se daria por meio do incentivo à exploração e expansão mineral.

2.2. O objeto monumentalizado: o bandeirante e suas configurações temporais

Nesta seção, analisaremos as homenagens prestadas a Hermano Ribeiro da Silva, considerado nos documentos como “o último bandeirante”, e outros bandeirantes, nos discursos e representações da Embaixada Universitária Paulista em território goiano, mineiro e paulista. Não somente compreender o processo de surgimento da nova capital é-nos interessante, mas também verificar qual o lugar do bandeirante nos discursos deste período, entre os agentes selecionados a partir dos documentos. Assim, aqui traçaremos um perfil do bandeirante narrado nos discursos dos representantes estatais, culturais, acadêmicos e outros, vinculados ou não à Faculdade de Direito de São Paulo, perfil este que será retomado nas justificativas da Comissão Pró-Monumento para o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.

⁸ Trecho não identificado na leitura do documento.

Outro exemplo que vincula heroicidade e mitos aos monumentos enquanto símbolos é o estudo realizado pelo historiador J. Rodrigues (2003) sobre a estátua de bronze, homenagem erguida em praça pública, ao general Bento Gonçalves, construído como líder farroupilha, “herói gaúcho”, ícone da história sul-rio-grandense. Para o autor, a estátua em bronze condensa as representações e ideologias imprimidas por seus patrocinadores, buscando forjar sentimentos e identidade coletiva ao glorificar o “herói” e fazer com que o “povo gaúcho” sinta orgulho de pertencer às gerações posteriores desse herói. O monumento histórico é transformado em modelo capaz de sintetizar um sistema de valores e ideais. Em casos como esse, há uma sistemática manipulação da memória coletiva, que busca legitimação política e/ou cultural enraizada no passado. Nesses termos, “o passado é construído segundo as necessidades do presente” (FERREIRA apud RODRIGUES, 2003, p. 150). Essa construção também envolve a glorificação de um mito regional que se projeta nacionalmente, como observado anteriormente na construção do general Tibúrcio no Ceará.

As questões do autor envolvem um prisma de intencionalidade ao investigar por que foram erguidos tais monumentos e a quem o conteúdo ideológico da obra favorece. Para respondê-las ele realiza uma análise documental de relatos dos jornais da capital gaúcha, Porto Alegre, no início do séc. XX e de documentos da comissão pró-monumento. Esse seria o período de construção do mito de Bento Gonçalves para a comunidade local, e de seu coroamento com a ereção da estátua em 1936. Época de positivismo, o herói é concebido como símbolo de civismo e liberdade, junto com outros heróis brasileiros fabricados na mesma época: Tiradentes (Inconfidência Mineira), José Bonifácio (Independência) e Benjamin (República).

Um novo elemento é inserido na discussão que aqui realizamos. Os aspectos simbólicos, por condensarem interesses políticos, traduzem ideologias de classes ou grupos específicos. Rodrigues (2003) coloca a iconografia como suporte da utilização de uma memória a partir da apropriação de um passado reinventado. O sentido de rememoração dos monumentos é acionado em seu sentido político e cultural, ao mover o imaginário local na direção dos ideais republicanos estimulados pela Rev. Farroupilha (1835-1845). Para a comissão pró-monumento, o objetivo da obra visava uma readaptação da memória no imaginário social rio-grandino através do significado estético e ideológico do monumento. A estátua simbolizava uma personificação de valores morais, culturais e políticos da época.

2.2.1. O bandeirante dos séculos XVII e XVIII: apropriações e novos significados

Nos documentos analisados, os bandeirantes são colocados como “descobridores” do Brasil Central. As aspas se justificam tendo em vista que ali já existiam indígenas, quilombolas, camponeses e formas de vidas particulares que foram em geral desconsideradas pela narrativa histórica hegemônica, que partia de uma visão eurocêntrica de descobrimento via contato com a Coroa Portuguesa. Entre os nomes citados nos documentos como bandeirantes, cujos perfis analisaremos em seguida, encontram-se: Anhanguera, Fernão Dias Paes Leme, Hermano Ribeiro da Silva, Martim Affonso de Souza, João Ramalho, Tibiriçá, pe. Antonio Raposo Tavares, Luis Pedroso de Barros, Francisco Pedroso Xavier, Paschoal Moreira Cabral, dos Taveiros, dos Ferrares, de Francisco Dias Mainardi, de Gaspar de Godoy Collaço e Amaro Fernandez, dos Campo Diendo, Garcia Rodrigues Paes, Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso, Antonio Pires de Campos, Antonio Rodrigues Villares, José Salazar, Antônio Raposo Tavares, Affonso Sardinha, Domingos Jorge Velho, André de Leão, Nicolau Barreto, Manuel Preto, Carlos Pedroso da Silveira, Bartholomeu Paes de Abreu, João Leite da Silva Ortiz, Domingos Rodrigues do Prado, Sebastião Paes de Barros, Paschoal Paes de Araujo, João Godoy Pinto da Silveira; Bartholomeu Bueno do Prado; Amaro Leite; Sebastião Marinho, Borba Gato, Eurico de Goes, Alexandre Gusmão, entre outros (Coleção BAND..., 1942).

Alguns discursos que promoveram o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia evocam estes bandeirantes. O dr. José Torres de Oliveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, durante a semana pró-monumento, que durou em 19 e 23 de abril de 1938⁹, na Rádio Bandeirante, disse que Antônio Raposo Tavares foi “o máximo expoente do nosso bandeirismo” e que Affonso Sardinha foi “o primeiro descobridor das minas de ouro”. Além deles, chama Paschoal Moreira Cabral de “fundador de Mato Grosso”; Fernão Dias Paes Leme aparece como o “caçador de esmeraldas”; Domingos de Brito Peixoto e seus filhos Francisco e Sebastião como “fundadores de Laguna, em Santa Catharina, que irradiaram para o Rio Grande do Sul” (Coleção BAND..., 24 abr. 1938).

Outro documento chega a dizer que Couto Magalhães “foi o primeiro a promover a navegação fluvial do Araguaya” (Coleção BAND..., 13 fev. 1938), ignorando o fato de indígenas já possuírem essa técnica antes mesmo da chegada dos bandeirantes. Até porque “a existência do bandeirismo (...) é reconhecida pela Coroa já no período colonial, sendo

⁹ Essa semana pró-monumento será melhor abordada no capítulo 3.

associada à captura de indígenas, tendo em vista a sua escravização” (SOUZA, 2007, p. 153). Vale lembrar que a construção de uma memória implica em relações de poder, uma vez que:

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles *resultam de uma montagem* não só da sociedade que os produz, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir (GONDAR, 2016, p. 19, grifo nosso).

Essa montagem revela as seleções, as escolhas, as “relações de força” (GINZBURG apud RODRIGUES, 2016) que permeiam a existência dos documentos. Essas relações de força, de poder, existem não somente na criação dos documentos, mas também em sua guarda, e constituem elementos fundamentais para a compreensão do próprio documento. Nesse sentido, os documentos também conteriam certa *polivocalidade* (CORREA, 2005).

Um ofício escrito por Affonso de Taunay, historiador e diretor do Museu Paulista à época, para a Comissão da Campanha pró-monumento (Coleção BAND..., 24 abr. 1938; 25 abr. 1938; 26 abr. 1938; 27 abr. 1938), diz sobre alguns bandeirantes que não poderiam faltar na construção do monumento, dado a sua importância para a formação da nação:

Recebi o honroso officio de V. Exa. agradecendo o communicado que me fez da inclusão do meu nome na Commissão de honra dos trabalhos da sua Campanha. Com prazer indico a V. Exa. alguns nomes de grandes sertanistas que não pódem ser olvidados nas placas votivas do projectado monumento. O mais notavel de todos é o de Bartholomeu Bueno da Silva, segundo deste appellido e alcunhado, como seu pae já o fôra, Anhanguera. Convem lembrar, pois, os nomes de ambos os Anhangueras. Na primeira plana destes sertanistas figuram varios nomes do maior relevo, como sejam: Bartholomeu Paes de Abreu; João Leite da Silva Ortiz; Domingos Rodrigues do Prado; Sebastião Paes de Barros; Paschoal Paes de Araujo; padre Antonio Raposo; Antonio Pires de Campos, etc. Conviria lembrar ainda outros sertanistas não tão notaveis quanto estes, mas assim mesmo de grande relevo, como sejam: Bartholomeu Bueno do Prado; João Godoy Pinto da Silveira; Amaro Leite; Sebastião Marinho, etc. O melhor é que v. exa. se entenda verbalmente commigo, porque me é necessario saber quaes as proporções do projectado monumento. Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos de meu alto apreço. - (a) Affonso Taunay.

Anhanguera, o filho, o segundo, foi construído como o mito fundador do Estado de Goiás. Essa construção é vista no Hino do Estado de Goiás¹⁰, na Bandeira de Goiânia, no bandeirante homenageado na estátua aqui estudada, na avenida Anhanguera em Goiânia, cruzamento onde se encontra a estátua. Quadros (2015), no entanto, aponta controvérsias em torno dessa história. Teria Anhanguera descoberto o ouro em Goiás, teria “descoberto Goiás”?

¹⁰ "No coração do Brasil / domínio da primavera / se estende a terra goiana / que nos legou Anhanguera // O bandeirante atrevido / desbravador do sertão (...)" (QUADROS, 2015)

Para ele, as versões hegemônicas na historiografia goiana afirmam que sim e colocam Bartolomeu Bueno da Silva, filho, na condição de fundador de Vila Boa, antigo Arraial de Sant’Anna, antiga capital de Goiás, ainda que alguns documentos analisados por ele tragam questionamentos com relação a esta afirmação, como, por exemplo, o fato de que a primeira vila criada em Goiás foi erguida contra a vontade de Anhanguera.

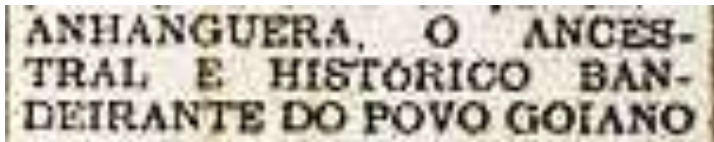
Essa construção retoma, então, aspectos mitológicos e, portanto, “a transformação na imagem do segundo Anhanguera demonstrada através da historiografia converge com os estudos linguísticos das narrativas míticas e folclóricas” (QUADROS, 2015, p. 11). Anhanguera surge como o mito de origem do Estado, sendo realocado na nova capital. Uma hipótese para a escolha deste personagem é que o conjunto mineração, expansão territorial, fronteira e patriotismo fez com que agentes do séc. XX buscassem no séc. XVIII seu personagem de identificação e honra. Além disso, o fato dos bandeirantes serem paulistas foi primordial para o enaltecer deste personagem.

Nos documentos por nós analisados, a vertente da história oficial é ancorada na correnteza das narrativas. Enzo da Silveira, representante dos Institutos Histórico e Geographico de Santos e São Paulo, em 27 de abril de 1938, responde, na Rádio Bandeirante, quem foi este Anhanguera, “que nos sertões (...) ameava com o fogo as florestas opulentas e seculares e os rios caudalosos e encaichoerados?”:

Naquelle anno de 1632, Bartholomeu Bueno da Silva, o ‘Anhanguera’, descobriu Goyaz, attingindo em seguida o Araguaya, onde se encontrou com Antonio Pires de Campos que, acabando de descobrir Cuyabá, tinha entrado com uma expedição até aquem do rio das Mortes, da conquista dos indios Araés e no descobrimento de ouro (Coleção BAND..., 27 abr. 1938).

Bartolomeu Bueno da Silva, os Anhanguera, “pae e filho”, são colocados como “fundadores de Goyaz” (Coleção BAND..., 24 abr. 1938). Ulysses Silveira Guimarães, em seu discurso sobre o Anhanguera, cujo tema era “Anhanguera, ancestral bandeirante da gente goiana” (Coleção BAND..., 1942), na sessão de encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes, a ser tratada no próximo capítulo, traça um perfil de Bartolomeu, “o fundador de Goiaz” (Coleção BAND..., 1942):

O conferencista, dotado de belos recursos oratórios, começou a analisar o ambiente social e histórico de São Paulo do século XVIII para situar a façanha do segundo Bartolomeu Bueno da Silva, que partiu do burgo anchietano em 30 de junho de 1722 para os campos dos Guaianazes. O trabalho desenvolvido pelo orador causou boa impressão no seio da sociedade de Goiania. (Coleção BAND..., 1942)



(Coleção BAND..., 1942)

E continua:

De São Paulo, rumo aos sertões desconhecidos, partiram, nos primórdios da nacionalidade, os bandeirantes, (...) que, no seu intuito de desbravar as riquezas da terra ainda virgem, *realizaram a maior obra de brasilidade* – a da *extensão geográfica e da delimitação das fronteiras pátrias*. E, em sua entrada pelas terras de Goiás, uma das bandeiras, a que tinha como chefe Anhanguera – o Diabo Velho – seduzida pelo marulhar dolente das águas do rio Vermelho, resolveu acampar ao pé da Serra Dourada. Modesta cruz de madeira foi levantada e rudes choças foram surgindo ao seu redor, enquanto os batedores do sertão plantaram suas roças, buscando munirem-se dos alimentos necessários para as futuras penetrações. E o rústico acampamento tornou-se, com o decorrer dos tempos, capital da Província, e, depois, Estado de Goiás. (Coleção BAND..., 1942, grifos nossos).

Essa fala, de Ulysses Guimarães, legitima a história oficial criticada por Quadros (2015) de que teria Anhanguera fundado o Arraial de Sant’Anna, que se converteria em Vila Boa, capital do Estado de Goiás até o surgimento de Goiânia. Além disso, vemos nela o vínculo construído entre os bandeirantes e a nacionalidade, a brasilidade, o patriotismo presente na expansão territorial e na conquista das fronteiras externas e internas do Brasil Central, uma realizada pelo bandeirante colonial, dos séculos XVII e XVIII, e a outra pelo bandeirante moderno do século XX.

2.2.2. O bandeirante do século XX: a construção do herói moderno

Diferente do que poderíamos considerar, a viagem da Embaixada Universitária Paulista não foi repentina ou impensada, pois houve tempo para planejar uma homenagem a Hermano Ribeiro da Silva, considerado pelos documentos como o último bandeirante (Coleção BAND..., 26 abr. 1938). Nesta seção, narraremos as homenagens prestadas a Hermano pela Embaixada, mostrando os agentes e instituições acionados para legitimá-las, dando destaque às falas sobre as bandeiras e a “História do Sertanismo Moderno”.

Mas, afinal, quem foi este homem? Hermano Ribeiro da Silva, “igualmente loiro e igualmente esguio” (Coleção BAND..., 21 jun. 1938), foi um acadêmico da Faculdade de Direito da USP e redator da “Folha”. Escreveu sobre o Serviço de Proteção ao Índio e um livro sobre a Expedição ao Araguaia.

Uma das primeiras contribuições de Hermano foi uma reportagem sobre o serviço de proteção aos índios, provocada, na aparência, pelo aparecimento, nas ruas da capital, de uma família inteira de selvícolas, mas intimamente traduzindo e revelando inclinações que vieram mais tarde a constituir o grande objetivo da sua vida (Coleção BAND..., 21 jun. 1938).

Considerado um “pioneiro intemorato de um Brasil cada vez mais vasto e mais forte”, foi homenageado pelo jornal “O Estado de S. Paulo” e pela mocidade da Faculdade de Direito da USP com uma placa em pedestal na entrada do Palácio do Governo de Goiás. Hermano, que “tombou em plena luta” (Coleção BAND..., 13 fev. 1938), era, de acordo com Enzo da Silveira, já mencionado representante dos Institutos Histórico e Geográfico de Santos e São Paulo:

Um destes bandeirantes modernos, aquele que tinha a alma embalada pelo ideal de verdadeiro conquistador e que encarnou a personalidade do bandeirante audaz e intrepido, que não recuava, não retrocedia e não trepidava ante o imprevisto, era Hermano Ribeiro da Silva, que nesse mesmo sertão do Araguaya, onde tantas leguas palmilhou, embalado pelo sonho de sertanista audaz, haveria de roubar-lhe a existencia! Mas, estava assim escripto fortemente no livro do destino. O sertanista jaz para sempre em Leopoldina, à beira do Araguaya (...). (Coleção BAND..., 27 abr. 1938)

Hermano morreu em 24 de novembro de 1937, após ter partido em 23 de julho de 1937 rumo ao Oeste. À semelhança dos “bandeirantes da prata e das esmeraldas, Hermano, por um estranho mysterioso designio não viu o seu sonho convertido em realidade. Quando a victoria já se avizinhava de sua bandeira a maleita o atraçou e o venceu” (Coleção BAND..., 10 mai. 1938).



Para o dr. José Torres de Oliveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, falando pela Rádio Bandeirante, Hermano fora “um herói no sentido verdadeiro da palavra”:

Para consecução de seus alevantados fins, para a realização de seus nobres ideaes*¹¹, não recuava diante de obstaculos algum, por mais ingente* que *. Parecia gozar* antecipadamente as agruras do empreendimentos que se abalançava. A propria morte parecia lhe sorrir como a suprema recompensa de seus patrioticos esforços. (Coleção BAND..., 24 abr. 1938)

A construção deste herói moderno perpassa elementos do trágico e do heroísmo, dos martírios e das façanhas do homem não-humano. Essa construção busca fazer com que a posteridade se orgulhe e para isso busca a glorificação do personagem em atos, eventos, homenagens, discursos, encontros, palestras, jornais, livros, rádio, monumentos... Essa fabricação de heróis nacionais, com ideais de civismo, liberdade, patriotismo, busca forjar sentimentos e elementos de identidade coletiva (RODRIGUES, 2003), realizando para isso um “trabalho de edição” (ZIMOVSKI, 2017), que procura trazer uma narrativa singular dos mitos e heróis, a fim de cristalizar versões oficiais dos acontecimentos históricos, o que acarreta no perigo da história única (Adichie apud ZIMOVSKI, 2017).



(Coleção BAND..., 25 jan. 1938)

A visita da Embaixada Universitária a Goiânia, já narrada anteriormente, rendeu homenagens a Hermano Ribeiro da Silva. No dia 24 de janeiro de 1938, entre os vinte dias que a Embaixada esteve em Goiás, visitando suas cidades, a prefeitura de Anápolis ofereceu aos estudantes um banquete, ocorrido no Club Recreativo Anapolino, que contou com a presença do dr. Pedro Ludovico Teixeira. Ali prestaram homenagem ao bandeirante Hermano antes do início da festa, expondo no salão do Clube um retrato do sertanista, “illustre paulista, o bandeirante (...) falecido no termino da viagem da ‘Bandeira Anhanguera’, no alto sertão de Goyaz” (Coleção BAND..., 29 mar. 1938).

Dessemelhante aos bandeirantes do séc. XVIII, os sonhos de Hermano “não tiveram o reflexo do branco da prata, nem do verde esperança das esmeraldas, nem do amarello fascinante do ouro. Foram diferentes. Mas nem por isso menos heroicos”, foram até maiores, devido ao “cunho humanitário” que os caracterizava (Coleção BAND..., 10 mai. 1938). O que

¹¹ Trechos não identificados nos documentos.

teria feito Hermano no sertão goiano? Qual sua finalidade? Responde-nos, dr. Hermes Vieira, pela Rádio Bandeirante, enquanto evocava a população a apoiar o louvável empreendimento de erguer um Monumento aos Bandeirantes em Goiânia:

Sim. Hermano adentrou-se pela mata para arrebanhar em varias nações indígenas do "hinterland" não só as expressões do falar dos selvicolas, como também os seus múltiplos e curiosos petrechos, os seus elementos de arte, de adorno, de guerra, de uso doméstico, com os dados elucidativos das vidas e das origens de seus proprietários, *afim de contribuir para o enriquecimento do Museu Etnographico Paulista*. E, além disso, tinha Hermano a desenvolver um outro sério problema resultante destas conquistas: era o de *estudar-se a possibilidade de civilização desse gentio com a nossa adaptação*, de acordo com o que elle observasse, até que os captivassemos e pudéssemos depois mostrar-lhes as bellezas do espírito. *Tudo isso* constituia o legado preciosissimo de Hermano Ribeiro da Silva *para o engrandecimento do Brasil*. (Coleção BAND..., 10 mai. 1938, grifos nossos).

Pela fala anterior, podemos considerar que Hermano era um antropólogo antes da antropologia crítica, pois tinha uma ideia civilizatória encrustada em suas intenções. Isso significa dizer que seu papel era o de estudar os modos de vida indígenas, buscar contato, fazer trocas para enriquecer com artefatos o Museu Etnográfico Paulista, com planilhas de documentos à Academia, curiosa sobre os “diferentes”. Queria transformar o “gentio”, o “selvícola”, em civilizado, adaptá-lo ao modo de vida ocidental, trazê-lo à modernidade. Tudo isso para “o engrandecimento do Brasil”.

**Mais uma homenagem
à memoria de Hermano Ribeiro da Silva**

**A cerimonia da collocação da placa levada de São Paulo
num pedestal, defronte ao Palacio do Governo de Goyaz**

(Coleção BAND..., 25 mar. 1938)

Em 25 de janeiro de 1938, “Dia de São Paulo”, ocorreu a cerimônia de colocação da placa, num “majestoso pedestal” em frente ao Palácio do Governo de Goiás, para “perpetuar a memoria do bravo sertanista” (Coleção BAND..., 25 mar. 1938) Hermano Ribeiro da Silva, levada de São Paulo para Goiânia. Confeccionada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, a placa seguia com a seguinte inscrição: “A Hermano Ribeiro de Silva pioneiro intemorato de um Brasil cada vez mais vasto e forte, o jornal ‘O Estado de São Paulo’ e a mocidade

acadêmica de direito, trazem a homenagem e a gratidão da terra de Piratininga. Janeiro de 1938.”. O pedestal para a placa foi garantido por Jeronymo Coimbra Bueno, engenheiro responsável pelas obras na cidade de Goiânia. A placa foi fixada na Avenida Araguaia, em frente ao Palácio do Governo estadual.



Figura 23 - Fotografia da Placa de bronze a Hermanno Ribeiro da Silva. Fonte: Coleção BAND..., 1938

Na cerimônia de inauguração estiveram presentes os acadêmicos Antônio Sylvio Cunha Bueno (presidente da Embaixada Universitária), Dario Cardoso (desembargador, representante do Interventor estadual Pedro Ludovico), Mario Romeu de Lucca (orador da Embaixada Universitária), prof. dr. Tarcisio Sousa Santos, autoridades goianas, massa popular (“numerosa população goiana”), sr. Caetano Barrilari (da colônia paulista em Goiânia). Cunha Bueno falou sobre a significação daquele “preito de saudade”. Dario Cardoso discorreu sobre a personalidade do “saudoso sertanista”. Mario de Lucca agradeceu à população de Goiânia que se associou àquela demonstração de saudade. Srta. Suzana Lellis Leite representou as moças da cidade, depositando no obelisco uma coberta de flores.

Aqui vale lembrar dos sentidos que a definição de monumento, dadas por Le Goff (1992, p. 535), pode englobar: “1) obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um momento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte”. No caso da placa (co)memorativa a Hermano Ribeiro da Silva, trata-se de um monumento funerário destinado a recordar uma pessoa ou personagem. A coberta de flores realça ainda mais este caráter.

Compareceram à solenidade o Secretário Geral do Estado, dr. João Teixeira Alvares Junior; Secretário da Segurança Pública, dr. Gomes Pereira. Também estiveram presentes, entre as autoridades goianas, o dr. Coimbra Bueno (engenheiro chefe da Comissão Construtora de Goiânia), o prof. Venerando de Freitas (prefeito de Goiânia), o dr. Zoroastro Artiaga (diretor do Departamento de Administração Municipal), o dr. Vasco dos Reis (secretário do interior), o cel. Arnaldo Sarmiento (comandante da Polícia Militar), o dr. Câmara Filho (diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado), entre outras autoridades.



Um telegrama enviado por Goiânia para o jornal “Diário Popular” informa o evento ocorrido: que a Embaixada, em viagem a Goiás, colocou um majestoso pedestal, em frente ao Palácio do Governo goiano, uma placa de bronze, enviada pelo jornal “O Estado de S. Paulo”,

em homenagem ao “denodado sertanista (...) falecido recentemente, quando explorava com a bandeira ‘Anhanguera’, as selvas do hiterland brasileiro” (Coleção BAND..., 24 jan. 1938).

O sr. Pedro Ludovico pronuncia a seguinte oração durante a cerimônia (Coleção BAND..., 26 jan. 1938, grifo nosso):

Senhores Academicos e S. Professor Dr. Tarcisio Sousa Santos:

Muito folgo em receber a vossa visita no meu gabinete de trabalho e muito me alegra a vossa vinda à Goyania.

Em geral, quasi todos os que visitam são generosos nas suas apreciações, não porque vejam qualquer coisa notavel ou grandiosa nas construcções desta cidade; mas, porque recordam-se das nossas pequenas, insignificantes possibilidades financeiras, *das nossas distancias dos centros civilizados*, dos nossos reduzidos meios de transporte, e, então, se admiram do nosso arrojo e da nossa tenacidade em levar avante a obra que vêdes.

Alguns, *fatigados da vida intensa do litoral, das grandes metrópoles*, se impressionam com as perspectivas *destes horizontes vastos*, destas *campinas verdejantes, do primitivismo deste Brasil immenso*, vendo tudo com bôa vontade, com optimismo.

Estas florestas immensas na sua extensão de trezentos kilometros, são a sua seiva estuante* à lavoura que nos enriquece e nos alimenta e vão beijar as margens do Araguaya, com o seu osculo* fecundo e amigo, reflectindo nas suas praias sivissimas* o verde escuro do seu *potencial exhuberante*.

Vós, meu amigos, que viveis em um grande nucleo de progresso e civilização, que habitaes a capital do mais rico e evoluído Estado do Brasil, se fôrdes á velha Europa nenhuma surpresa se vos deparará, tal a grandeza, tal a prosperidade de São Paulo.

[...]

Senhores academicos: Espero que o nosso contentamento, a nossa recepção a hospedes tão illustres, correspondam á gentileza do vosso gesto.

Pedro Ludovico, em seu discurso, chamou atenção para a distância entre o sertão goiano e os “centros civilizados” do litoral. Reiteradamente afirma estar Goiânia distante dos polos do desenvolvimento do país, das “grandes metrópoles”, haja vista São Paulo, descrito como um “grande núcleo de progresso e civilização”, “capital do mais rico e desenvolvido estado do Brasil”. Ao passo que Goiás apresenta esse “potencial da exuberância”, do verde, da terra, da lavoura, do rio Araguaia. A velha oposição: de um lado a natureza, de outro a cultura; de um lado o vazio, de outro a civilização, a modernidade, o progresso. No meio, a fronteira. Em expansão.

É importante analisar o processo de legitimação dos discursos, das estratégias discursivas utilizadas pelos agentes para fazer valer sua palavra, sua ideologia. Entre elas, destacam-se os jornais, principais documentos aqui analisados. Esses agentes controlavam a opinião pública – daqueles/as que liam e tinham acesso aos jornais – a partir das reportagens,

manchetes, divulgações via radiodifusão, que eram muitas vezes transcritas nesses jornais e, portanto, acessíveis para nós hoje.

Os interesses de Pedro Ludovico em tecer laços com a mocidade deste estado são claros. Goiânia foi erguida com grande dificuldade econômica e política, era preciso atrair os olhos da nação para aquele empreendimento, de modo a despertar o fôlego desenvolvimentista para o interior do país. Vimos ainda, neste capítulo, que esse processo de integração do estado de Goiás com os centros já consolidados do país se deu a partir da expansão mineral, em especial, com a exploração do níquel, metal cuja a maior jazida se localizava em Goiás, segundo pesquisas levantadas pela Embaixada Universitária Paulista em visita a Goiás, em janeiro de 1938. Vimos, então, o papel das elites paulistanas e seus interesses econômicos e simbólicos vinculados ao estado de Goiás.

CAPÍTULO 3 – Os agentes e suas estratégias: como se inscrever na memória, escrevendo a história.

Veremos, neste capítulo, como foram construídos os agentes nesse processo de elaboração de uma memória coletiva solidificada no bronze. Que tipo de agentes eram, a quais instituições e meios sociais se vinculavam e relacionavam, como mobilizaram seus recursos em prol da construção do monumento e, com isso, em prol também da sua inscrição na história da cidade; que tipo de estratégias utilizaram, quais atividades moveram. Veremos, ainda, como se deu a construção da memória sobre esses agentes: escolhe-se um bandeirante, herói colonial modificado, para valorizar o presente, o século XX, a fim de glorificar os novos paulistas, os novos “desbravadores” do sertão. Novos heróis, cujo poder passa não mais pela conquista do ouro e da mão de obra escrava, mas do desenvolvimento capitalista, da ciência, do rádio, dos jornais, nos bailes, conferências e pactos sociais.

No entanto, nesse processo, ainda é percebido o processo de invisibilidade e visibilidade de certos personagens. Ainda é claro o jogo de lutas na escrita da história. Veremos, por exemplo, como os indígenas são representados ao lado do primitivismo da natureza a ser descoberta e desenvolvida, do passado cristalizado no tempo, ao passo que os paulistas são colocados do lado do progresso, do futuro, das promessas e esperanças para o Oeste. Salta aos olhos, por fim, o papel dos acadêmicos nesse processo. Vejamos de perto esses elementos.

De todo processo narrado no capítulo anterior, da construção da nova capital, da viagem da Embaixada Universitária Paulista para Goiânia, da homenagem ao bandeirante Hermano Ribeiro da Silva, brota a ideia, nos meios acadêmico e político, de construir um Monumento aos Bandeirantes na nova capital, na cidade de Goiânia, pioneira da modernidade no planalto central.

3.1. A ideia de construção do Monumento aos Bandeirantes

Assim foi que tiveram a ideia de construir o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Reza os documentos que essa ideia teria surgido de Antônio Sylvio da Cunha Bueno, presidente da Embaixada Universitária Paulista, e um dos nomes reiteradamente repetidos nos documentos, tendo sido também presidente da Comissão Pró-Monumento aos Bandeirantes

em Goiânia. Até porque o acervo aqui analisado foi doado pela sua família e, segundo a instituição que o guarda, foi por ele próprio montado, como vimos anteriormente.

Nesse contexto, é válido lembrar que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1992, p 426, grifo nosso).

Borges (2017) parte do pressuposto de que a história é uma construção social que vincula política e memória. Os discursos e relatos sobre o passado adquirem validade pública a depender da legitimidade dos que os pronunciam. A seletividade de registros e interpretações dos acontecimentos e personalidades do passado já foi amplamente discutida. Seus pressupostos se sustentam na noção de Bourdieu (1989) sobre “a necessidade de força legítima para ditar versões e significados aos processos sociais, como premissa para obtenção de reconhecimento dos conteúdos ditados” (BORGES, 2017, p. 348, grifo nosso) e da “nítida vertente política que orienta a classificação” da memória e do esquecimento (Ibdem).

A Sociologia processual de N. Elias (1994, 2008) nos apresenta que os indivíduos são interdependentes e que existem, entre suas interrelações sociais, elos de ligação que fazem com que existam as figurações sociais, como agrupamentos desses indivíduos em movimento constante. Nesse sentido, podemos pensar a formação das elites como o processo de formação de uma figuração entre indivíduos interdependentes, que criam entre si elos de ligação como os bailes e viagens, o pertencimento à Faculdade de Direito de São Paulo, o compartilhamento de certos valores e certos ideais que se agrupam entre si e se contrapõem a outros grupos, invisibilizados – como é o caso da valorização de uma figura mítica como o bandeirante, que perpassa por um ideal de grupo, de nós, e o desmantelamento das figuras indígenas.

A ideia de construir um monumento aos bandeirantes teria surgido na viagem da Embaixada Universitária Paulista a Goiânia. “De fato, monumentos e edifícios [...] são pontos de apoio para a construção da memória social, são como estímulos externos que ajudam a reativar certos traços desta memória” (GONZÁLEZ, 2014, p. 106) e “ao se venerar o fato do passado e o personagem, sacraliza-se a própria ordem social presente, articulando-se os tempos a partir da história do Estado” (KNAUSS, 1999, p. 408). Na foto a seguir (Coleção BAND..., 26 jan 1938) é possível ver Pedro Ludovico, à esquerda, interventor federal no Estado de Goyaz, cumprimentando com um aperto de mãos Antônio Silvio Cunha Bueno,

presidente da Embaixada Universitária, enquanto o banquete oferecido aos estudantes e a entrega do pergaminho a Pedro Ludovico eram realizados.



(Coleção BAND..., 26 jan 1938)

Para Antônio Silvio Cunha Bueno, a homenagem aos bandeirantes era justa tendo em vista seu pioneirismo, de ter sido Couto Magalhães, por exemplo, “o primeiro a promover a navegação fluvial do Araguaya”; tendo em vista sua contribuição à expansão territorial: “os bandeirantes que, com bravura e heroísmo, souberam alargar o território pátrio” (Coleção BAND..., 13 fev 1938). No entanto, os bandeirantes eram paulistas. E um monumento aos Bandeirantes era, na verdade, um Monumento aos Bandeirantes Paulistas (Coleção BAND..., 28 maio 1938). O pe. Milton, em sua fala pró-monumento aos bandeirantes, em Campinas – SP, teceu elogios à campanha de “erigir no coração do Brasil um monumento aos Bandeirantes Paulistas” (Coleção BAND..., 28 mai 1938).

O significado das estátuas “não é criado nem está no objeto em si, mas, na verdade, em quem está fixando o tal sentido de forma tão perseverante” (ANDRADE, 2018, p. 8). É preciso lembrar, com Choay, que monumento retém “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 18). Um monumento aos bandeirantes, nesse sentido, pretendia fazer com que as gerações futuras rememorassem os feitos e acontecimentos deste grupo social, como podemos ver entre as justificativas dadas pelos agentes e instituições responsáveis pela promoção do monumento.

Antes dos agentes e das justificativas, veremos quais foram estas instituições. Aqui, nesta entrada do capítulo, apresentaremos alguns dados quantitativos e um panorama geral

dos dados, para ilustrar as seções que seguem. Entre as instituições principais, como podemos ver na Tabela 3 (Apêndice), estão os Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e Santos, o Museu Paulista, a Academia Brasileira de Letras, a empresa urbanizadora Coimbra Bueno & Cia. Ltda., Teatro Municipal de São Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto, Federação dos Estudantes de Campinas etc. A partir das instituições, podemos ver indícios do papel preponderante dos intelectuais, acadêmicos e empresários.



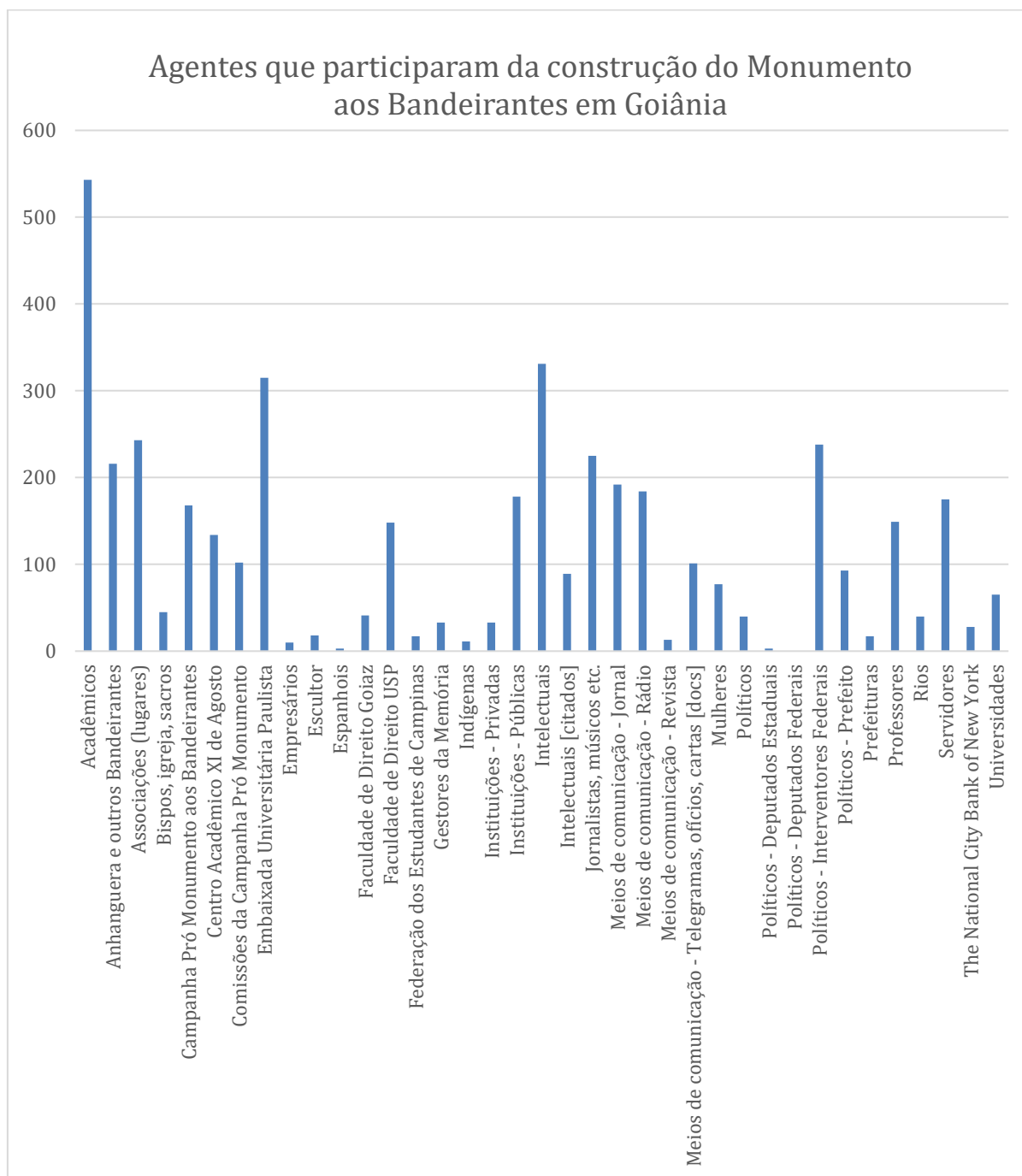
(Coleção BAND..., 13 nov. 1942)

A empresa paulista Coimbra Bueno, pelo decreto n. 580, em 02/04/1938, durante a Campanha pró-Monumento aos Bandeirantes, recebeu o título oficial de “Construtores da Cidade de Goiânia”, tendo sido, como já vimos no capítulo 2, Jerônimo Coimbra Bueno, o responsável pelo pedestal erguido para colocação da placa a Hermano Ribeiro da Silva. Logo, evidencia-se a relação desta empresa com as homenagens aos bandeirantes.

O apoio emprestado pelas prefeituras das cidades onde ocorreu a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes também é notável. Entre as prefeituras, podemos citar a de Campinas– SP e dr. Euclides Vieira, que cedeu o teatro municipal da cidade para conferência; Goiânia – GO e dr. Venerando Freitas Borges; Anápolis – GO e dr. José Valente, que realizou um banquete para a comissão da Campanha (Coleção BAND..., 01 fev 1938); São Paulo e dr. Prestes Maia, que conferiu uma série de auxílios à Campanha; Araguary – MG e dr. Jehovah Santos, que ofereceu um jantar à comissão (Coleção BAND..., 30 jan 1938); Uberlândia – MG e dr. Vasco Giffoni, que deu uma festa para a Campanha (801); Uberaba – MG e dr. Whady J. Nassif; Santos – SP, Rio Verde – GO e Pirenópolis – GO.

Entre os agentes que participaram da construção do Monumento, os acadêmicos foram os mais citados nos documentos. Isso significa dizer que sua atuação foi maior, uma vez que apareceram mais entre as notícias veiculadas nos jornais e rádios, nos discursos e cartas, sobre este evento histórico. Em seguida, vemos a atuação dos intelectuais como predominante. Os interventores federais, com destaque para o de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, e de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, também foram cruciais nesse período, sendo responsáveis, como veremos nas próximas seções, pela doação inicial de 20 contos de réis, cada um, para a

construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Entre os outros agentes que seguem entre os mais cotados encontram-se jornalistas, músicos, bandas, artistas etc.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Indígenas e espanhóis não tiveram participação no processo, mas foram citados nos documentos e, por isso, foram colocados aqui como agentes que, de forma indireta, contribuíram para a construção do Monumento. Algumas falas proferidas por intelectuais (poetas, escritores) representam os bandeirantes como deuses, figuras homéricas, diretamente,

como veremos adiante. Os argumentos para descoberta do sertão e desbravamento bandeirante envolvem: caça aos índios, para batizá-los, tornando-os cristãos; riquezas do meio ambiente (fauna, flora); riquezas minerais e econômicas; expansão territorial; extensão das fronteiras. O “*hiterland*” é um termo correntemente utilizado para se referir ao “sertão”, ao lugar vazio que precisava ser “descoberto”: nesse sentido, o bandeirismo surge como um segundo ato da colonização portuguesa no Brasil, a partir dos documentos.

Souza, todavia, afirma, em concordância com Moog (apud Souza, 2007, p. 159) que os bandeirantes “eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros” (MOOG, 1969, p. 104)”. Foi assim que “surgiu então, no Brasil, o ideal do conquistador e o símbolo do bandeirante triunfou sobre os demais. Triunfou e permaneceu dominante no imaginário nacional mesmo após o fim das bandeiras” (SOUZA, 2007, p. 159).

As mulheres, quando citadas, eram personagens secundárias, tratadas em sua totalidade como “mulheres” ou “senhoritas”, e raramente por seu nome ou função como aconteceu com os homens, com exceção da sra. D. Francisca Rodrigues, que acompanhava seu marido e falou brevemente numa palestra radiofônica da Campanha, bem como a pianista profa. d. Maria Amália da Luz Braga que forneceu um recital artístico em prol da Campanha.

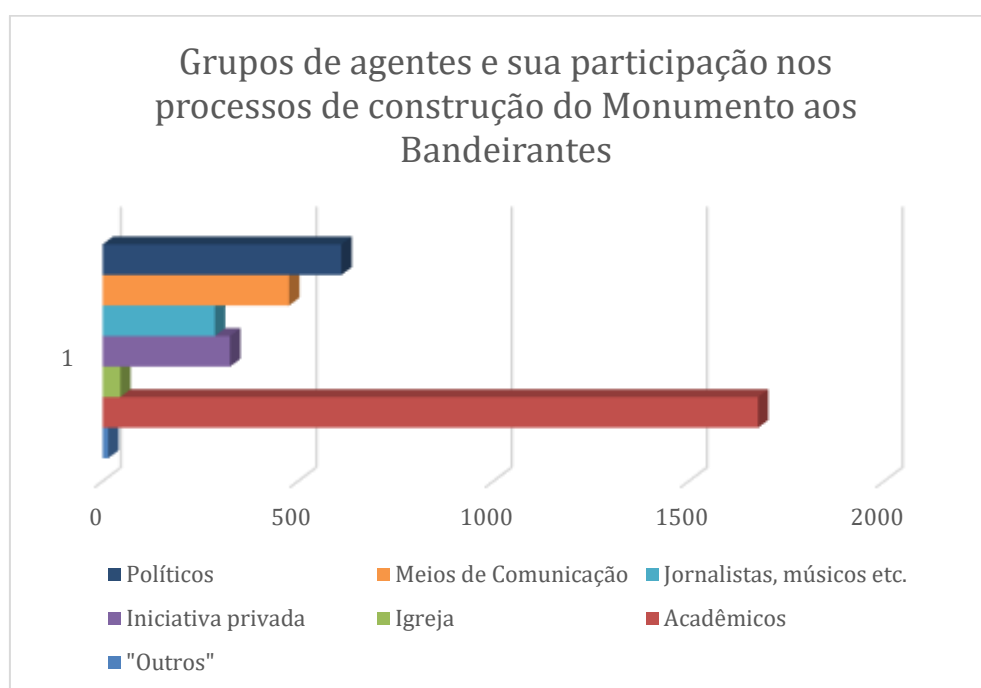
Os “políticos”, não especificados como interventores, prefeitos ou deputados, foram constituídos de siglas partidárias, governadores, antigos políticos (presidentes, governadores etc.), nomes de políticos cuja função não estava dada, como “autoridades políticas estaduais” não especificadas, ou Jânio da Silva Quadros, que viria a se tornar presidente do Brasil, em 1961, ou Ulysses Guimarães, que teria uma carreira política, mas que à época eram acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo. Este último com participação intensa na construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, tendo sido orador e feito parte da Comissão Pró-Monumento.

Entre os meios de comunicação, os jornais fizeram a maior parte do trabalho de divulgação dos eventos da Campanha e pedidos de doação e apoio, juntamente com o rádio, seguido pelos telegramas, cartas e ofícios. Muitas das palestras radiofônicas eram traduzidas pelos jornais. E muitos dos telegramas oficiais eram veiculados também pelos jornais. Entre as revistas, em julho de 1938, uma revista da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia foi divulgada, com textos de intelectuais da capital federal, o Rio de Janeiro, e da capital paulista.

O código “gestores da memória”, que se refere àqueles agentes que têm o poder de fixar uma certa interpretação do passado, foi pouco utilizado. Para aumentar seu número,

teríamos que revisar, entre os “intelectuais” e “servidores”, quais se encaixariam nessa especificidade.

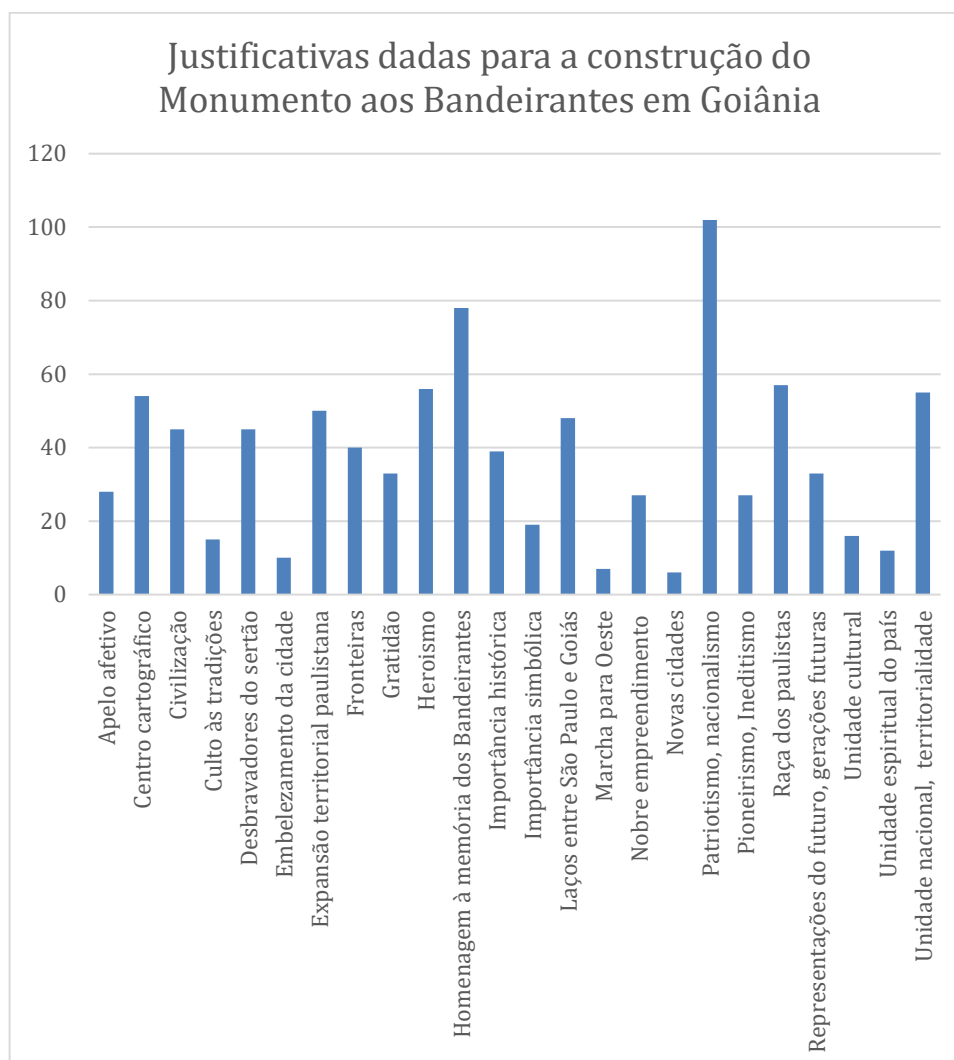
No agrupamento dos agentes é possível visualizar o predomínio destacado dos “acadêmicos”, grupo composto por acadêmicos, intelectuais, entidades estudantis, universidades, professores etc. Seguidos pelos “políticos”, grupo formado por todas as categorias de políticos profissionais, como deputados, prefeitos, interventores etc., estão também os “meios de comunicação”, jornais, rádios, revistas, cartas e decretos-lei etc. A “iniciativa privada” formada por empresários e instituições privadas ocupou o quarto lugar nas menções dos documentos, tendo tido relevância na participação da construção do Monumento. O agrupamento “igreja” foi composto de bispos, padres, membros da instituição eclesial etc. Por fim, os “outros” foram agrupados com os indígenas, os espanhóis e as mulheres.



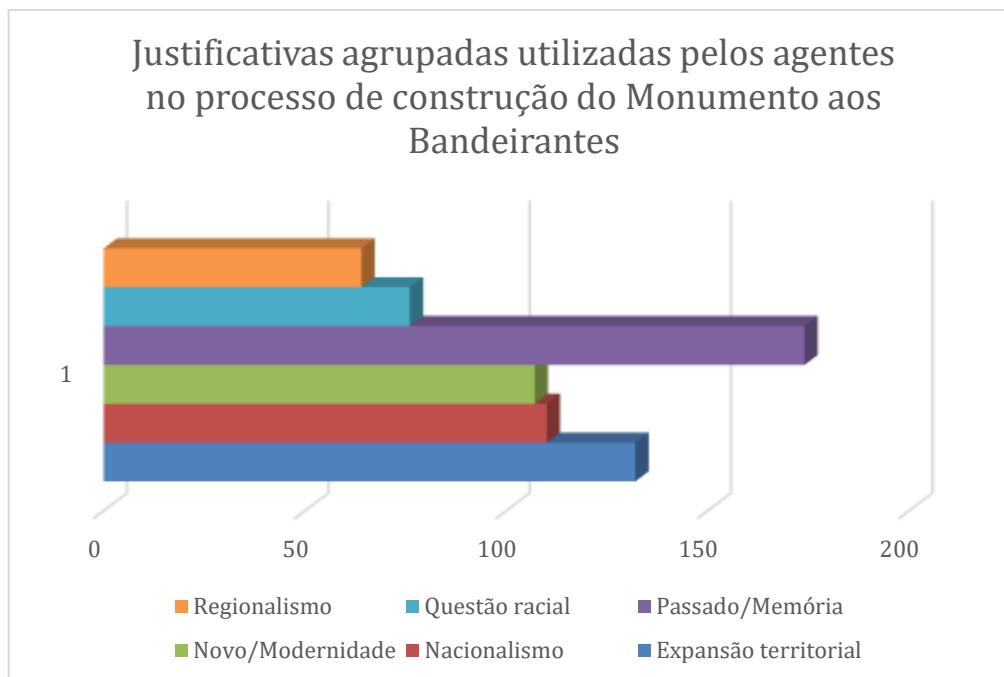
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Entre as justificativas para a construção do Monumento, dadas durante as conferências, as palestras radiofônicas, os discursos, salta aos olhos aquelas que evocavam o patriotismo e nacionalismo da empreitada. Em seguida, a “homenagem à memória dos bandeirantes”, recorrendo novamente à definição de monumento como algo que traz à memória um evento ou personagem do passado: “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LEGOFF, 1992, p. 535). “Marcha para o Oeste”, “novas

“cidades” e “embelezamento da cidade” são as justificativas que ficaram por último. As frequências demonstradas no gráfico abaixo servem apenas para ilustrar o fenômeno e para trazer ao/à leitor/a uma ideia inicial do que virá a seguir. Por isso, não nos deteremos muito nessa parte.



Fonte: Elaborado pela autora (2020)



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Quando agrupadas, as justificativas utilizadas pelos agentes no processo de construção do Monumento aos Bandeirantes nos mostram que àquelas que apelam ao “passado” ou a dimensões da “memória” se sobressaíram. Entre elas estão: “homenagem à memória dos bandeirantes”, “culto às tradições”, “gratidão”, “apelo afetivo” e “importância histórica”. Em seguida, as justificativas que versam sobre a expansão territorial, como “centro cartográfico”, “desbravadores do sertão”, “expansão territorial paulistana”, “fronteiras”, “laços entre São Paulo e Goiás”, “Marcha para o Oeste”, “novas cidades” e “unidade nacional, territorialidade”, foram muito exploradas pelos oradores e agentes da Campanha Pró-Monumento.

As justificativas serão visualizadas, em termos de conteúdo, quando analisarmos os discursos e conferências da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, na seção seguinte.

3.2. A Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia



(Coleção BAND..., 05 mai. 1938)

A Campanha em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia ocorreu durante os meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 1938, nas capitais paulista e goiana e foi promovida pelos estudantes de Direito da Universidade de São Paulo. O trabalho de Adorno (1988) sobre a Academia de Direito de São Paulo nos ajuda a pensar acerca dos valores aos quais estiveram atrelados esses indivíduos. Embora seu trabalho seja sobre o período que antecede o Estado Novo e a coorte vinculada à construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, final do séc. XIX, alguns aspectos da tradicional vida acadêmica desta Faculdade servem para entender, por exemplo, sua vinculação com os jornais paulistas e a vida fora da academia. Atividades extracurriculares, viagens, debates públicos nas rádios, nos jornais, tudo isso foi percebido por Adorno (1988) em seu trabalho sobre a Academia de Direito de São Paulo.

Ao longo dos meses, a Campanha se expandiu para outras cidades paulistas e goianas. Em maio de 1938, aconteceu a Semana Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia na cidade de Campinas – SP, São Paulo e outras cidades paulistas. Em Campinas, a Semana começa em 23 de maio de 1938 e termina em 28 de maio de 1938. Além de São Paulo – SP e Campinas – SP, Santos – SP também foi um foco de irradiação das atividades da Campanha. Entre as cidades do interior paulista, Ribeirão Preto, Pirajuí, Limeira e Lins se destacam. Em Goiás, a própria capital, Goiânia, e a antiga capital, Goiás. Fora do eixo São Paulo-Goiás, apenas a capital federal, Rio de Janeiro – RJ.

Com a Campanha vemos o caráter político intencional de “homogeneizar” percepções, representações e visões de mundo. As conferências servem, nesse sentido, para a fabricação do herói e contam com o auxílio do jornal para produzir o fato e o evento ocorrido e difundilo. Para “Armelle Endres (2014) (...) a fabricação de heróis está ligada à necessidade de “encarnar a nação”, ou seja, de dar corpo àquele lugar através da escolha/construção de personagens. A historiadora ressalta também a existência de “Pequenas Pátrias” e, portanto, da existência dos heróis locais” (RODRIGUES, 2016, p. 53).

Era essa a perspectiva de História presente no ato de erigir estátuas, construir heróis e perpetuar uma memória, sobretudo com intenções cívico-pedagógicas. “O cidadão exemplar torna-se parte integrante da pedagogia cívica ou mesmo simplesmente patriótica”. (ENDRES, 2014, p. 19) (Idem, p. 56)

De acordo com o gráfico abaixo, podemos ver que as viagens, conferências, palestras e o Baile da Chita, em Campinas – SP, reúnem a maioria dos eventos realizados pela Campanha Pró-Monumento. A diferença entre conferência e palestra é que a primeira é realizada presencialmente e a segunda à distância, por rádio. Isso se mostra, por exemplo, quando a maioria dos eventos realizados pelo rádio é de palestras, como podemos ver na linha vermelha. As prefeituras concentram o maior número de contribuições, na atividade “financiamento (doações)”. A Embaixada Universitária Paulista, como já era de se esperar, com base no capítulo anterior, condensa grande parte das viagens e conferências realizadas. O Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, também mobiliza viagens e a própria inauguração do Monumento. O escultor está relacionado à fabricação da estátua e à inauguração do Monumento. A Federação dos Estudantes de Campinas, responsável por fazer acontecer o Baile da Chita, contém a maior parte das referências ao baile. Os intelectuais aparecem como participantes dos eventos. O mesmo acontece com os bispos e oradores sacros vinculados à igreja, como os padres. Os acadêmicos, grupo fundamental na construção do Monumento, aparece vinculado às viagens, às conferências e à inauguração do Monumento, principalmente.

Até aqui tivemos uma dimensão quantitativa das menções documentadas no acervo, com os agentes, as justificativas, as atividades e estratégias utilizadas por cada um desses agentes. Agora passaremos a analisá-las qualitativamente, a começar pela Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que ocorreu, principalmente, em cidades paulistas e goianas, durante o primeiro semestre de 1938.

3.2.1. Início da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

O início da Campanha é controverso. Alguns documentos afirmam que seu início ocorreu após uma homenagem feita pela empresa Coimbra Bueno & Cia. Ltda., representada pelo dr. Arthur Wigderowitz, aos acadêmicos de Direito que chegavam de sua viagem a Goiânia, com a Embaixada Universitária Paulista, em 11 de fevereiro de 1938, na capital paulista. Essa homenagem, um “cock-tail” no Bar do Esplanada Hotel, teria sido o marco inicial da Campanha. Contou com a presença de representantes da imprensa da capital paulista, da “quase totalidade dos diários desta capital”, de chefes das rádios, como o procurador do Estado de Goyaz, Joaquim Carlos Nobre, chefe de Publicidade da Radio Bandeirante.

Nessa homenagem, o dr. Arthur Wigderowitz falou em nome dos “construtores da Nova Capital de Goyaz”, agradecendo o intercâmbio cultural e de interesses que a mocidade paulista incentivou entre os dois estados, de Goiás e São Paulo. O orador da Embaixada, Mario Romeu de Lucca, agradeceu. Em seguida, Antônio Cunha Bueno, presidente da Embaixada, disse da iniciativa de promover um monumento aos Bandeirantes, na cidade de Goiânia, “homenageando a glória de nossos antepassados, desde Couto de Magalhães (...), Anhangüera, os bandeirantes que, com bravura e heroísmo, souberam alargar o território patrio e agora, a figura saudosa de Hermano Ribeiro da Silva, que tombou em plena luta (...)” (Coleção BAND..., 13 fev 1938).

Com essa iniciativa pretendiam os estudantes demonstrar “o alto sentido de brasilidade e de nacionalismo sadio que se irradia do coração dos moços estreitando, dessa forma, os laços de amizade entre os dois Estados brasileiros: São Paulo e Goyaz” (Idem). O orador pediu o apoio da imprensa e dos estudantes, para essa “patriótica iniciativa”, agradecendo o apoio prestado pelos engenheiros da Coimbra Bueno & Cia. Nesta ocasião, alguns nomes já garantiram sua adesão à iniciativa, como o sr. Arthur Wigderowitz, já mencionado, e o prof. José Romeiro Pereira.

De acordo com o jornal paulista “Folha da Manhã”, foi assim que “a homenagem que Coimbra Bueno & Cia. Ltda., renderam, aos universitários da ‘Embaixada’ que visitou Goyaz, ficou indelevelmente como um marco e como inicio de uma grande e generosa campanha ‘pró-Monumento dos Bandeirantes’ a ser brevemente erigido em Goyania” (Idem).

Outros documentos, contudo, afirmam que a Campanha começou em 23 de março de 1938, com as comissões já instituídas, como diz a entrevista do prof. paulista José Romeiro Pereira (Coleção BAND..., 23 mar. 1938, grifo nosso), presidente de honra da Comissão, ao jornal Diário da Noite:

Iniciamos hoje, sob a presidencia do sr. Camara Filho, presidente da Comissão de Propaganda do Estado de Goyaz, *um movimento que é dos mais patrioticos, pró construcção de um monumento commemorativo das "Bandeiras"*, na linda e florescente cidade de Goyania

A idéa, surgida no espirito moço do nosso collega Cunha Bueno, que ha pouco chefiou uma delegação de estudantes que visitou Goyaz a convite do sr. Pedro Ludovico, já é uma esplendida realidade. Com o apoio dos interventores de São Paulo e de Goyaz, da firma paulista Coimbra Bueno e Cia., constructora de Goyania, e ainda com o apoio sempre generoso da mocidade e da Imprensa, a idéa pouco falta para concretizar-se.

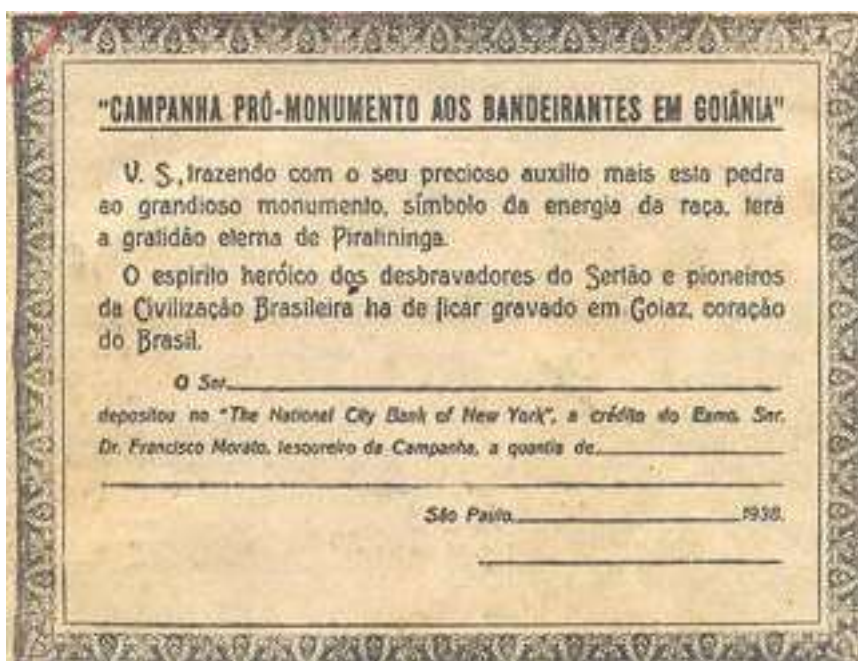
O nosso programma de propaganda é vasto e dos mais productivos, sempre visando a maior aproximação possivel entre o nosso Estado e o grande Estado Central.

Faremos intensa e extensa propaganda pelo radio, pelo jornal, por meio de conferencias, projecções, e sobretudo patrocinaremos caravanas, facilitando assim as visitas á Goyaz etc., etc.

A fala do professor demonstra o apoio conferido à Campanha pelos interventores federais de São Paulo e Goiás, pela empresa Coimbra Bueno, “construtora de Goiânia”, pela imprensa e pela mocidade acadêmica. Ressalta o objetivo de estreitar os laços entre os estados de Goiás e de São Paulo, lembrando o patriotismo do movimento. Entre os veículos de comunicação, o professor menciona o rádio, o jornal, as viagens de caravanas, que transmitiriam conferências, projeções, palestras e visitas.

A primeira atividade da Campanha, de acordo com este documento, é a de Cid Valerio Castro, acadêmico, da Comissão de Propaganda da Campanha, que teria realizado pela rádio, uma palestra sobre “o indômito e último bandeirante” Hermano Ribeiro da Silva, já homenageado pela Embaixada Universitária Paulista, como vimos. Também sobre este mesmo tema, o professor já mencionado teria ministrado, a convite do governo goiano, em Goiânia, uma conferência, partindo de São Paulo, de avião, com uma caravana de professores da USP, para conhecer o “florescente Estado central” (Coleção BAND..., 23 mar. 1938).

Aqueles que contribuíram com 50\$000 ou mais para a Campanha Pró-Monumento receberam uma cópia do diploma a seguir, entregue pela comissão pró-monumento:



(Coleção BAND..., 10 maio 1938)

O diploma realça algumas das justificativas elencadas no começo deste capítulo. “Símbolo da energia da raça, terá a gratidão eterna de Piratininga” remete à justificativa “raça dos paulistas”, uma vez que a raça aqui é a raça bandeirante, paulista, portanto. Como lembra Souza (2007, p. 164): “Não podemos (...) separar a construção da mitologia bandeirante do debate sobre a questão racial levado a cabo no período, já que a concepção de uma ‘pureza racial’ paulista fundamenta essa construção”, uma vez que, naquele período a população branca paulista era de 85%, contra 24% no Piauí, estado da região nordeste (SOUZA, 2007).

O documento continua, ainda sobre os bandeirantes, a dizer que o “espírito heroico dos desbravadores do Sertão e pioneiros da Civilização Brasileira há de ficar gravado em Goiaz, coração do Brasil”. Nesta última frase temos a constatação do atribuído “heroísmo” bandeirante; do “desbravamento do Sertão”; do pioneirismo e ineditismo de ações; da “Civilização Brasileira” que teria iniciado com a ação bandeirante; e do “centro cartográfico”, ou seja, da consideração de que o monumento estaria localizado no “coração do Brasil”.

Esses argumentos são reforçados ao longo dos discursos, conferências, palestras, telegramas, cartas, ofícios, enviados e divulgados entre os promotores da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Havia entre esse grupo social um consenso discursivo com relação às representações do bandeirante e aos argumentos a serem acionados

para convencer a população a apoiar a Campanha e a construção do Monumento. Isso levava em conta converter os corações para a benignidade da empreitada bandeirantista, daí o “apelo afetivo” em quase todos os discursos, o que nos remete ao que vimos no primeiro capítulo acerca da etimologia de recordar: trazer de volta ao coração (FREIRE, 1997).

3.2.2. Conferências realizadas na Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

Nesta seção, nos dedicaremos às conferências e palestras divulgadas pelos jornais, em cada uma das cidades onde ocorreu alguma atividade da Campanha Pró-Monumento. A lista completa de eventos pode ser encontrada, em ordem cronológica, no apêndice deste trabalho (Tabela 4). A primeira parte da Campanha consistiu em palestras no rádio, as chamadas alocações. Entre os intelectuais que proferiram conferências, que analisaremos logo a seguir, estão: Agripino Grieco, Pedro Calmon, Affonso D’Escragnolle Taunay e Cesar Salgado. Entre os que proferiram palestras radiofônicas estão: Torres de Oliveira (presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico), D. José Gaspar de Affonseca e Silva (bispo auxiliar da diocese de São Paulo), Ulysses Paranhos (membro da Academia Paulista de Letras), Enzo Silveira (do Instituto Genealógico), Carvalho Franco, Hermes Vieira, Guilherme de Almeida. Artigos foram publicados nas imprensas paulistanas e cariocas por “peças consagradas” como Menotti Del Picchia, Francisco Patti, Corrêa Junior, Rubens do Amaral, Lellis Vieira, entre outros. Tiveram ainda publicações e palavras de professores da USP como Spencer Vampré e Francisco Morato (Coleção BAND..., nov. 1938). As conferências ocorreram em São Paulo, Santos – SP, Rio de Janeiro – RJ, Lins – SP, Limeira – SP, Ribeirão Preto – SP, Goiânia – GO e outras cidades.

De acordo com os documentos, a primeira palestra, por rádio, que aconteceu na campanha foi dada por Cid Valerio Castro, acadêmico da Faculdade de Direito da USP, membro da Comissão de Propaganda da Campanha Pró-Monumento. Sua palavra foi sobre o “indômito e último bandeirante” Hermano Ribeiro da Silva, em março de 1938 (Coleção BAND..., 23 mar. 1938).

No dia 18 de abril de 1938, Ulysses Paranhos, da Academia Paulista de Letras, teria ministrado uma palestra radiofônica com o título “O Bandeirismo e Fernão Dias”, na Rádio Bandeirante, em São Paulo, em prol da construção do monumento aos bandeirantes em Goiânia (Coleção BAND..., 19 abr 1938). Infelizmente o documento digitalizado não permite a leitura do conteúdo da palestra proferida.



Figura 24 - Ulysses Paranhos enquanto pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 19 abr 1938

No dia seguinte, 19 de abril de 1938, teria ocorrido, na mesma rádio, a palestra de José Torres de Oliveira, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cujo pronunciamento temos na íntegra, mas selecionamos apenas algumas partes para discutir neste trabalho: aquelas referentes aos bandeirantes e ao monumento. O palestrante trata a Campanha Pró-Monumento como um “bello acto de justiça e de reparação histórica” (Coleção BAND..., 24 abr. 1938). Para o autor, o falecimento recente de Hermano Ribeiro da Silva teria despertado no coração dos jovens acadêmicos de São Paulo a sensibilidade para os “gloriosos feitos dos incomparáveis bandeirantes de Piratininga” (Idem).



Figura 25 - No estúdio da Rádio enquanto José Torres de Oliveira pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 20 abr. 1938

Vejamos de perto o que quisemos dizer com o bandeirantismo como segundo ato de colonização brasileira, a partir dos documentos e da fala deste senhor:

O cyclo do bandeirismo paulista não está encerrado, e não se encerrará enquanto houver para servir-o gigantes da envergadura do nosso bravo patricio. *Ainda ha, nos recessos do nosso "hiterland", muita criatura humana a christianisar, muita riqueza a descobrir e revesar**, quer na fauna, quer na flóra, quer nas insondaveis profundezas da terra (Idem, grifo nosso).

Além de dizer que há muita criatura humana para cristianizar e muita riqueza para descobrir, nos sertões do Brasil, o senhor prossegue dizendo da “obra gloriosa” das Bandeiras de Piratininga e de Anhanguera. Traz um viajante francês, Saint-Hilaire, para testificar sua admiração a essa “raça de gigantes” (Coleção BAND..., 24 abr. 1938), e dizer da necessidade de um monumento que, “devidamente, lhes perpetue a memoria”. E prossegue falando a quem esse “bloco de granito e bronze” deveria lembrar para as “gerações que seguem os rumos dos tempos”:

as figuras homericas e insuperáveis de Antonio Raposo*¹² Tavares, o maximo expoente do nosso bandeirismo; do Affonso Sardinha, o primeiro descobridor das minas de ouro; de Domingos Jorge Velho, o * da república dos Palmares e fundador de numerosos * de criar no Nordeste do Paiz; de Paschoal Moreira Cabral, o fundador de Mato Grosso; de Fernão Dias Paes Leme, o caçador de esmeraldas; de Bartholomeu Paes de Abreu, pae do laborioso linharista* Pedro Taques; dos Bartholomeu Bueno da Silva, os Anhanguera, pae e filho, fundadores de Goyaz; de Domingos de Britto Peixoto e seus filhos Francisco e Sebastião, fundadores de Laguna, em Santa Catharina, que irradiaram sobre o Rio Grande do Sul; de André de Leão, Nicolau Barreto, Manuel Preto, Carlos Pedroso da Silveira e tantos outros *desbravadores de sertões e dilatadores, para mais de dois terços do imenso territorio nacional* (Idem, grifos nossos).

A necessidade de um monumento que lhes rememore é urgente, para o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma vez que “esse preito de justiça e de gratidão e de amor cívico ainda não lhes foi prestado devidamente” (Idem), pois,

Ha estatuas esparsas, representativas de vultos isolados, ha retratos, symbolisando a bravura e a intrepidez desses heroes; ha notaveis trabalhos de investigação e de constatação historicas, tendentes a dar o devido relevo aos grandiosos feitos realizados, sobrelevando a todos essa monumental "Historia Geral das Bandeiras Paulistas": iniciada e que prosegue, da autoria do brilhante e infatigavel historiador Affonso de Escragnole Taunay. Mas, não ha ainda o que symbolise, em conjunto os heroes desaparecidos e as obras que criaram; *não se perpetuou ainda em monumento imperecível para exemplo, edificação e estímulo das gerações posteriores*, esses efficientes e insuperáveis trabalhos de *engrandecimento nacional*, esses actos reveladores de uma energia, de uma resistência e de uma tenacidade, *glorificadoras de*

¹² Trecho não identificado na leitura do documento.

*uma raça verdadeiramente extraordinária, de que a história não paradigma**
(Idem, grifos nossos).

“Há estátuas esparsas” nos dá um indício de que a monumentalidade deste Monumento aos Bandeirantes excederia seu tamanho real, uma vez que ele se configurou como mais uma estátua esparsa, em suas dimensões físicas. Por fim, o palestrante elogia o empreendimento promovido pelos moços da Faculdade de Direito de São Paulo, que, sob a chefia de Antônio Sylvio Cunha Bueno, com patrocínio de Pedro Ludovico, “brilhante interventor”, convida aos ouvintes a colaborarem.

Dias depois, em 22 de abril de 1938, foi a vez do poeta e jornalista, Corrêa Junior, pronunciar seu pomposo e florido discurso pela Rádio Cruzeiro do Sul ou Rádio Bandeirante (dois documentos se contradizem aqui), em São Paulo, compondo o ciclo de palestras radiofônicas. Iniciou seu discurso com “a alma paulista está sendo, mais uma vez, chamada a contemplar-se na transparência *crystallina* do seu glorioso passado histórico” (Coleção BAND..., 24 abr 1938).

“Glorioso passado histórico”, transparente e límpido, faz referência direta aos “deuses de gibão de couro e pulso de ferro, que levaram às matas virgens e misteriosas as primeiras carícias e os primeiros segredos da paixão desbravadora da raça” (Ibdem): os bandeirantes, aqueles “civilizadores de antanho”. O uso dessa metáfora sexual para pensar a terra virgem e o bandeirante, como elemento masculino, que a penetraria pela primeira vez, é recorrente na construção do imaginário bandeirantista (SOUZA, 2007).

Eis porque, nos alicerces ainda frescos da metrópole goiana, entre as promessas risonhas que desabotoam no coração da terra brasileira, pensa a mocidade patricícia *construir um grande monumento em memória dos bandeirantes paulistas, perpetuando-lhes, no bronze imperecível, a bravura sem par e a fé sem desfalecimentos* (Coleção BAND..., 24 abr 1938, grifos nossos).

A “bravura sem par” e a “fé sem desfalecimentos” dos bandeirantes seria perpetuada no bronze imperecível da história, em sua memória, no “coração da terra brasileira”, na “metrópole goiana” ainda fresca. Esse monumento se destinaria a fortalecer os laços entre goianos e paulistas, pois, seria como:

Um pedaço do coração sempre moço e visionário de São Paulo a reflorir continuamente *de encontro ao coração fraterno da terra goyana*. São tantas as glórias que São Paulo tem conquistado (...) que, decerto, *o Brasil inteiro se ufanaria* (como se vae ufanar Goyaz com o monumento aos Bandeirantes), *em ostentar, nas praças públicas das suas capitães, a memória de muitos desses feitos*. (Ibdem, grifo nosso)

O orador pressupõe que qualquer cidade estaria satisfeita e orgulhosa em carregar em suas ruas e praças elementos que remontem à memória dos feitos paulistas, em especial, dos

bandeirantes. E continua se perguntando: “que cidade brasileira não se orgulharia de guardar em bronze um pedaço da glória paulista?”, como se fosse um motivo de honra para Goiânia ter sido escolhida para este “tão grandioso” ato, de levar à frente a memória paulistana. Como sugerido, Corrêa Junior expressa a sua “fraternal e vibrante solidariedade” para com o gesto e termina a oração convocando o apoio, aplauso e contribuição de todos os paulistas para com esse empreendimento “tão profundamente paulista, tão altamente brasileiro” (Ibdem):

O bandeirismo paulista que se dilatou através das águas do Tietê e do São Francisco, deixando pelos campos inhospitos a sementeira florida e a promessa de raiosas messes de prosperidade e de alegria, não foi uma aventura que se nutriu de ambição material ou de aspero capricho. *Elle obedeceu a uma predestinação histórica. Foi o desejo, a vontade firme e forte de uma raça eleita, ciosa de crear e construir, de civilizar e dilatar, de servir, desde cedo, a uma terra, a sua terra, que tinha sede de espaço, sede de glória.* (Ibdem, grifos nossos).

Aqui o orador justifica a ação bandeirante como predestinação histórica, vontade de servir à terra, de uma raça com sede de glória. Ao dizer que não foi uma simples aventura, ambiciosa e caprichosa, o autor busca reafirmar seu argumento de desígnio histórico dos bandeirantes. Como já foi dito, a mitologia bandeirante está inseparada da questão racial e a concepção de “pureza racial” paulista fundamenta esta construção (SOUZA, 2007).

Em 27 de abril de 1938, Enzo da Silveira, presidente dos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo e de Santos, pronuncia sua alocução na Rádio Bandeirante sobre “O bandeirismo paulista no planalto goyano” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938). Diz que a construção do monumento aos bandeirantes patricios, “que no planalto goyano realizaram feitos memoráveis” e que tiveram influência “nos destinos da nossa historia pátria”, era um grande “empreendimento patriótico”, de finalidade nobre e elegante. Como já mencionamos, o patriotismo foi a justificativa que mais se destacou em termos numéricos para a construção do monumento.

A noção de monumento esteve imbricada com a noção de patriotismo, como vimos no balanço bibliográfico: “Se entende por monumento em 1844 a: obra pública que pode tomar a forma de estátua, inscrição, pirâmide, templo, panteão [...] para comemorar ou perpetuar a memória de alguma pessoa insignes por seu saber ou por suas façanhas *ou patriotismo*” (CAL apud CRUVINEL, 2012, p. 24, tradução nossa).

O orador coloca o bandeirante como ancestral paulista que lhe exerce influência pelo sangue: “raça de gigantes”, como disse Saint-Hilaire, cientista botânico e viajante francês que veio para o Brasil estudá-lo no séc. XIX. Assim, “na ânsia de conquista e para levar civilização às terras ainda barbaras do nosso ‘hiterland’” realiza feitos e grandes

empreendimentos, tal como a expansão territorial mineral levada pelos novos bandeirantes do século XX, a Embaixada Universitária Paulista, narrada no capítulo 2, ou o último bandeirante, “um destes bandeirantes modernos”, Hermano Ribeiro da Silva, lembrado pelo orador, cuja alma era “embalada pelo ideal de verdadeiro conquistador” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938).

Essa relação do bandeirante com a conquista territorial é aclamada nas primeiras décadas do século XX:

Em São Paulo o discurso regionalista, centrado na figura do bandeirante, foi utilizado como ponte entre o local e o nacional. Na historiografia paulista produzida nesse período as idéias de conquista e civilização aparecem relacionadas com qualidades que as elites desejavam ver no Brasil da época, tais como progresso, modernidade, riqueza e integração territorial. Nesse momento o estudo do movimento das bandeiras também foi utilizado para destacar a singularidade do habitante de São Paulo e seu papel na conquista e, posteriormente, na ocupação do território. (RAIMUNDO, 2004, p. 2)

Enzo da Silveira cita Pedro Calmon, o próximo palestrante a ser analisado aqui, para falar sobre a influência que o bandeirismo exerceu nos destinos da nacionalidade, “com o movimento de expansão iniciado de São Paulo”, que abrangeu todo o país, de norte a sul, inclusive as fronteiras meridionais do Brasil que ainda pertenceriam aos espanhóis, pelo Tratado de Tordesilhas.

Muito próximo do que afirma Cassiano Ricardo em seu livro “Marcha para o Oeste – A influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil” (1959), Enzo da Silveira diz que as bandeiras eram democracias raciais, ou uma “democracia biológica” (RICARDO, 1959, p. 55), onde “corumins e pequenos mamelocos nasciam juntos, brincando no mesmo brinquedo” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938). Embora, como disse Ricardo (1959, p. 46), houvesse a hierarquização das cores, ainda que fosse em termos de qualidades “e não, propriamente, a subjugação violenta de tipos raciais ‘inferiores’ pelo ‘superior’. O bandeirante (chefe) representa a ‘cidade’, o índio representa o ‘sertão’ e o negro a ‘vida rural’.”. E continua (Ibidem, p. 47) dizendo que “a hierarquização das cores se fêz sem preconceito, antes como uma necessidade. Não foi o produto de uma coação.”.

Essas crianças coloridas seriam matriculadas na escola da coragem. “Os descendentes seguiriam, durante várias gerações, o rastro dos seus maiores”. Há aqui uma clara divisão racial do trabalho, já averiguada no trecho citado acima, de Cassiano Ricardo. A rigidez das gerações faria com que cada raça/etnia seguisse os percursos de seus antepassados, sendo os bandeirantes, os mestiços brancos.

“O Anhanguera-menino, que (...) pelos atalhos abertos pelo Anhanguera-pae, seria tão famoso quanto o pae e levaria a sua bandeira para o mesmo objectivo” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938), que teria descoberto Goiás, em 1632, conquistado índios e descoberto ouro. A visão do descobrimento e da conquista está sempre presente no discurso do presidente do Instituto Histórico e Geográfico paulista.

Marins (2007) fala que essa concepção estava ligada ao IHG de São Paulo, ao dizer que a aquisição de peças, obras de arte, com representações dos bandeirantes para compor o Museu Paulista, em 1903, estava ligada à

emergência de uma interpretação histórica que apontava o fenômeno do sertanismo paulista como o elo decisivo entre a trajetória territorial do Brasil e de São Paulo, concepção esta que se consolidaria entre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao longo das três primeiras décadas do século XX. (MARINS, 2007, p. 79)

“São estes heróis, estes plantadores de cidades, estes constructores de uma patria que em terras goyanas *serão imortalizados no bronze e seus feitos perpetuados* pelo supremo tribunal da justiça que é a verdade inconteste e intocavel da propria historia” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938, grifo nosso). Isso nos remete ao entrelaçamento entre morte e maravilhamento presente nos monumentos, de que nos falou Freire (1997): “a relação com a morte sugere a sua superação pelo caminho da eternização; o princípio da preservação e duração pelo chamado às elaborações da memória” (FREIRE, 1997, p. 97).

Para finalizar seu discurso, o orador chama os paulistas a honrar “o nacionalismo de nossas coisas” (Coleção BAND..., 27 abr. 1938) e cumprir este dever para com os “nossos heroicos ancestraes”, que deixaram “uma historia de que tanto nos orgulhamos” e enche o coração “do mais patriótico civismo”. Há sempre este apelo afetivo voltado para a noção identitária do paulista, daquilo que pertence aos paulistas, ao coração, à alma, paulista/bandeirante, pois, “nesse momento, São Paulo já era o centro econômico da nação, mas ainda ocupava posição política secundária e acumulava ressentimentos” (SOUZA, 2007, p. 154).

Na conferência de Pedro Calmon, professor na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, esteve presente uma plateia para escutá-lo. Aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com o tema “O bandeirante e a unidade nacional” (Coleção BAND..., 427). A cerimônia foi aberta pelo prof. Lucio Martins Rodrigues, reitor da USP. Em seguida, o prof. Spencer Vampré, diretor da Faculdade de Direito, falou sobre a personalidade do sr. Pedro Calmon. Ulysses Guimarães saudou o conferencista em nome da comissão pró-

monumento aos bandeirantes e Auro Soares de Andrade fez uso da palavra em nome do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito.



Figura 26 - Conferência do dr. Pedro Calmon. Fonte: Coleção BAND..., 1938

Em seguida, o sr. Pedro Calmon tomou a palavra. Falou primeiramente sobre duas figuras, segundo ele, muito interessantes da era colonial em São Paulo: o bacharel de Cananéa e João Ramalho. Sobre o bacharel de Cananéa, procurou definir sua atuação no meio paulista. Aliou-se aos castelhanos, inimigos da colonização portuguesa. Já João Ramalho teve uma atuação sob qualquer aspecto admirável e verdadeiramente precursora e providencial para São Paulo. Segue falando sobre João Ramalho, que teria aprofundado “a conquista portuguesa em território brasileiro, abrindo, á penetracção do homem, as portas verdes da matta brasileira” (Coleção BAND..., 1938).

Com João Ramalho “nasceu o Brasil caboclo”, “mestiço do índio que a habitava”, pois, no litoral a civilização era predominantemente europeia, “produto de exportação”. Já no planalto, “era tipicamente nova, essencialmente cabocla” (Ibdem). Novamente, a questão da mestiçagem como símbolo da nacionalidade brasileira entra em cena. “Trata-se, portanto, da vitalidade do europeu, ou seja, do homem branco, o que demonstra mais uma vez, a imbricação entre a questão racial e a mitologia bandeirante, ainda presente no que pode ser definida como última etapa de construção dessa mitologia” (SOUZA, 2007, p. 164)

Para Cassiano Ricardo, escritor modernista, que sofre influência de Gilberto Freire, a mestiçagem “é produto típico da bandeira ou do grupo social móvel que fêz o sangue de tôdas

as raças circular pelos rincões mais distantes” (Cassiano Ricardo apud CARVALHO, 2018, p. 10):

As bandeiras ao mesmo tempo em que *expandia e moldava os contornos territoriais da nação* também *deu forma a população brasileira*, resultante da *união das três raças* que marchavam juntas pela conquista do Oeste. Com as bandeiras “(...) inaugura-se uma democracia que não é o grupo social harmonizando raças antagônicas, mas as próprias raças se harmonizando em claros-escuros e subcores que lhe dissipam as fronteiras biológicas, dentro do mesmo grupo social” (Cassiano Ricardo apud CARVALHO, 2018, p. 10, grifos nossos).

Em seguida, o orador chama Bartholomeu de Gusmão para o discurso, dizendo ter sido ele quem ratificou o tratado de Madrid, negociado a partir da “conquista territorial já realizada pelos paulistas” (Coleção BAND..., 1938). Vale lembrar que:

A mitologia bandeirante iria estruturar-se apenas a partir do final do século, com *o bandeirante surgindo nos anos vinte*, nas palavras de Sevcenko, ‘como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras, *conquistador de todo o vasto sertão interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileira*’ (1992, p. 138) (SOUZA, 2007, p. 154-155, grifos nossos).

Para o orador, o bandeirante continua existindo no paulista que criou “a civilização do café, no fazendeiro que empurra cada vez mais para dentro a matta verde, substituindo-a pelo café” (Coleção BAND..., 1938). Como se o “espírito das bandeiras” ainda reinasse sobre os paulistas, que “guarda do bandeirante os mesmos traços: orgulho racial, profundo amor à pátria (...) e a mystica da liberdade” (Ibdem). Finalizando a palestra, o sr. Pedro Calmon enaltece a figura de bandeirantes e Fernão Paes Lemes, “heroicos, que dilataram a pátria e lançaram os fundamentos de sua civilização” (Coleção BAND..., 1938).



Figura 27 - Grupo feito na Faculdade de Direito, antes da palestra do dr. Pedro Calmon, vindo-se em primeiro plano o conferencista, os profs. Lucio Martins Rodrigues e Spencer Vampré. Fonte: Coleção BAND..., 1938

Em 30 de abril de 1938, o dr. Francisco de Assis Carvalho Franco proferiu na Rádio Bandeirante, uma palestra com o seguinte tema: “A influência do bandeirismo na civilização brasileira”, apresentando argumentos de que a ocupação de Goiás se deveu ao bandeirantismo (Coleção BAND..., 01 mai 1938). Ao agradecer o convite da Campanha pró-monumento aos Bandeirantes, o orador recomenda a iniciativa da mocidade acadêmica que visa “levantar, no coração da Pátria, um monumento que perpetue os feitos daqueles que, no tempo, dilataram as fronteiras brasileiras” (Ibdem).

Le Goff nos fala sobre a relação entre os monumentos e a perpetuação de feitos de um personagem. Para ele, “atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LEGOFF, 1992, p. 535, grifos do autor). Além disso, sua finalidade “é perpetuar e recordar e fazer uma possível volta ao tempo” (Le Goff apud BATISTELLA, 2014, p. 155). Le Goff (1992, p. 536) aponta ainda que o “monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”.

Para o orador, a ocupação de Goiás, assim como a de Minas Gerais, surgiu de um “idealismo bandeirante” (Coleção BAND..., 01 mai 1938). Que a bandeira do Anhanguera teria seguido o “vago sertão dos índios arés”, testificando ele próprio a existência de indígenas antes da chegada dos bandeirantes, o que impossibilita pensar esse espaço “conquistado” como um espaço vazio. “Temos, então, a descrição mítica de uma raça de pioneiros a adentrarem o espaço vazio, e vazio porque seus ocupantes anteriores são obliterados pelo mito” (SOUZA, 2007, p. 157) bandeirante.

Mas, insiste o dr. Carvalho Franco, essa ação de Bartholomeu Bueno da Silva, o moço, teria resultado no “desvendamento de Goyaz” (Ibdem):

Nunca souberam fazer a merecida justiça a esse desbravador das terras goyanas que veio afinal a falecer, bastante pobre e desiludido aos 19 de setembro de 1740, no próprio arraial que fundou e que foi a antiga capital do Estado de Goyaz. Sua família, balda de recursos, mudou-se para junto do rio Corumbá, no sitio chamado Porto do Ananguéra (Ibdem).

Anhanguera, injustiçado, teria morrido sem recursos na cidade que havia fundado, segundo o orador. Com exceção de um “monumento singelo, mas significativo” montado perto da casa de Bartholomeu Bueno da Silva, na cidade de Goiás: a Cruz do Anhanguera. “A Cruz do Anhanguera (em madeira) foi instalada na cidade de Goiás em 1918 (...). A história desta cruz gera ainda controvérsia, pois alguns alegam não haver evidências históricas de que é a cruz que Bartolomeu Bueno da Silva teria plantado logo após cruz o Rio Paranaíba.” (TAMASO, 2007, p. 543)

Para o orador, o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia derivaria deste outro monumento, seria uma “transmutação desse marco do Anhanguera num monumento bandeirante colectivo, digno (...) principalmente da grandiosidade daquelles homens que Saint-Hilaire justamente classificou de ‘raça de gigantes’” (Coleção BAND..., 01 mai 1938).

Nesse sentido, o Monumento aos Bandeirantes surge como um ato de gratidão:

O princípio da gratidão institui-se como marca estruturante da instauração das imagens urbanas. Nesses termos, fica estabelecida simbolicamente uma conexão entre o individual e o coletivo, construída a partir de uma dívida da sociedade para com os feitos de certos personagens (KNAUSS, 1999, p. 408).

O intelectual Manoel Victor proferiu sua palestra em uma das estações radiofônicas de São Paulo, provavelmente a Rádio Bandeirante, principal colaboradora da Campanha na capital paulista, em 02 de maio de 1938. Para ele, “o Brasil nasceu com Cabral, mas a pátria (...) essa começou quando um Fernão Dias (...) gizou no mappa o contorno da nacionalidade!” (Coleção BAND..., 12 mai 1938).

Os fatores determinantes para a construção da mitologia bandeirante, segundo Abud (apud SOUZA, 2007, p. 155) são: “a associação entre esse [o bandeirante] e o paulista, o que o transforma no símbolo da paulistanidade e a ênfase de que o bandeirante seria o construtor da nacionalidade a partir da expansão territorial por ele promovida”, como vemos no trecho destacado da palestra proferida durante a Campanha Pró-Monumento.

O orador Manoel Victor continua se referindo aos feitos heroicos da raça bandeirante que demarcaram os limites definitivos do Brasil, dizendo que não se pode encerrar numa obra a história desses feitos, nem se pode “cabem dentro da mão a immensidade da terra conquistada” (Coleção BAND..., 12 maio 1938). Segue com um apelo afetivo aos ouvintes para cultuarem seus antepassados que edificaram “uma realidade sobre o mysterio do sertão” (Ibdem).

É interessante como o orador descreve o sertão, como “audaz” e “exuberante”, como lugar onde se “condensavam todas as energias da terra”, “todas as forças da gênese criadora”, como “selva”:

Sertão não houve mais *audaz* e mais *exuberante* que o coração do Brasil. Numa época em que ainda *alli se condensavam todas as energias da terra, todas as forças da genese criadora*, os pigmeus humanos, vestidos apenas do heroismo do seu ideal, penetraram, ao preço da saúde ou da própria vida, os arcanos intransponíveis da *selva!*... (Coleção BAND..., 12 maio 1938, grifos nossos)

Vale lembrar que “o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente

ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (MORAES, 2003, p. 2).

E continua tratando do sertão, suas árvores, rios, cachoeiras, vales, motanhas, como um “inferno verde”. Fala das dificuldades enfrentadas pelos bandeirantes ao seguir sertão adentro: da hostilidade da natureza, das doenças, da seca, da sede; da pouca tecnologia (não tinham “o conforto da roda para as suas arrancadas”), mas conclui que isso não foi empecilho para esses mártires. Cita Paes Leme, Jorge Velho, Borba Gato, como “titans das fabulas”, “varonis e dantescos” que merecem aplauso e gratidão nacional (Coleção BAND..., 12 maio 1938).

Essa gratidão estaria refletida no bronze: “único relicário capaz de fazer atravessar os séculos a lembrança dessa gloria...”. Como já foi dito, os significados do monumento acompanham até mesmo seus materiais, uma vez que o bronze simboliza perenidade, imortalidade, durabilidade no tempo (RODRIGUES, 2016). Nesse sentido, continua o orador, buscam por “um monumento que seja o éco do seu éco, na perpetuação de um passado que não pode morrer...” (Coleção BAND..., 12 maio 1938).

Por fim, o orador faz um apelo aos ouvintes demandando seu apoio: “faizei (...) do nosso patriotismo um altar de cooperação e de eficiencia”, para “cimentar (...) através do século que passa, a epopéia dessa São Paulo dentro de um cerne de bronze sobre o dorso do Brasil”.

O bispo auxiliar d. José Gaspar de Affonseca e Silva pronunciou na Rádio Bandeirante um discurso trazendo seu apoio e o do clero a essa “nobre iniciativa”, em 04 de maio de 1938 (Coleção BAND..., 5 mai 1938). Sua oração inicia fazendo uma distinção entre o sertão e o litoral, onde estiveram sempre as cidades mais desenvolvidas e importantes da nação.



Figura 28 - No estúdio da Rádio Bandeirante quando, cercado de estudantes, o bispo pronunciava sua oração. Fonte: Coleção BAND..., 5 mai 1938

No entanto, percebe o orador que as modificações estavam chegando ao sertão: “hoje a rapidez dos meios de transporte modifica o sertão levando-lhe o commercio e a indústria, repovoando-o. No futuro arrastará fatalmente para elle o centro político do paiz. Só assim o Brasil adquirirá seu perfeito equilibrio como nação” (Coleção BAND..., 5 mai 1938). O que, de fato, ocorreu.

Para ele, não há dúvida de que “os bandeirantes adivinharam genialmente o Brasil” (Ibdem), que são os “decifreadores do enigma geographico e econômico do Brasil”. Sobre as atuações de desbravamento dos bandeirantes, diz-nos o orador que “não os movia só o desejo de alargar os limites da america portuguesa. [Mas] Agiam tendo a intuição do Brasil”. Para ele, as bandeiras representam um grande movimento de “curiosidade da nossa terra e de valorisação do nosso paiz”. Mais uma vez, vemos a visão dos oradores para um patriotismo da ação bandeirante no sentido de “progresso da Pátria”. No entanto, trata dos bandeirantes como “gente rude que succedeu pelos sertões afóra!”.

Próximo ao que fez Sérgio Buarque de Holanda (apud Albuquerque, 2010), em seus trabalhos historiográficos, ao proceder com a desconstrução da mitologia bandeirante:

O historiador manifesta-se contrário à mitologia do bandeirante que vinha sendo construída pela historiografia paulista e brasileira, *despindo-o das suas roupas e botas elegantes e mostrando-o a percorrer os “rudes caminhos” e as veredas de “pés descalços”*. Neste movimento de desconstrução mitológica, o autor faz uma leitura singular dos saberes, formas de orientação e de construção dos caminhos pelos indígenas e da maneira como estes conhecimentos dos “povos naturais da terra” foram

apreendidos e incorporados pelos sertanistas como forma de sobrevivência e de conquista dos novos territórios. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 338-339, grifo nosso)

Quadros (2015, p. 22) mostra que Holanda descreve, em Monções, de 1945, “a situação de pobreza da Vila Piratininga e a solução das jornadas dos bandeirantes como uma empresa puramente comercial para fugir daquela miséria”.

Mas o orador segue com o caráter nacionalista das bandeiras: “as bandeiras quanto mais se alongam na historia mais se avultam aos nossos olhos, reaparecendo (...) como o mais empolgante movimento nacionalista do Brasil”. E a justiça histórica da homenagem em bronze aos “desbravadores dos sertões” é reiterada: “que esta iniciativa desperte outras douradas de intenso nacionalismo, para valorisar o que é nosso e salvar do esquecimento e da destruição tudo o que é brasileiro” (Coleção BAND..., 464). É observável nesse discurso uma certa inclinação para a preservação, em se colocar contrário à ideia do esquecimento; um certo “fetiche” sobre o passado; afinal, “as pessoas são apegadas ao passado” (ANDRADE, 2018, p. 6).

Ao fim, o orador faz um apelo para valorização da cultura brasileira. Entre as coisas as quais se deve valorizar está a história das bandeiras, a “rica epopeia” capaz de trazer orgulho e glória ao povo brasileiro:

Valorisemos nossa história, nossos homens, nossas instituições, nossas tradições, nossos costumes bons, nossa arte, nossa vida e nossa terra e haveremos de nos convencer que não somos tão pequeninos como se nos afigurava. *Na historia das bandeiras há uma rica epopéa capaz de faltar de gloria e orgulho o povo mais ambicioso do mundo.* (Coleção BAND..., 464, grifo nosso)

No dia 06 de maio de 1938, Affonso de Taunay, diretor do Museu Paulista e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, “autor da mais erudita obra em assumptos de bandeirismo” (Coleção BAND..., 7 mai 1938) é convidada a proferir uma palestra na Rádio Bandeirante, em São Paulo. Ele falou sobre o movimento das Bandeiras no estado de Goiás e o sentido patriótico e “profundamente nacionalista” da Campanha, terminando com as seguintes palavras:

Mudaram-se totalmente as condições de vida. A situação geographica de Goyaz tornou-se excentrica ante as exigencias actuaes do progresso do Estado e o interventor dr. Pedro Ludovico resolveu construir a nova séde do governo, a bella capital Goyania. Exprimindo os meus muitos votos pela prosperidade da nova capital, espero ao mesmo tempo que *a velha cidade do Anhanguera e de seus heroicos calções de couro* recebam dos poderes publicos o amparo justissimo que já se concedeu a Ouro Preto. *É um velho arraial bandeirante* e a cultura brasileira para elle se voltará sempre cheio do mais alevantado sentimento de respeito para com um dos mais vehemente evocadores da epopéa das bandeiras. (Coleção BAND..., 7 mai 1938)



Figura 29 - Affonso de Taunay em sua palestra radiofônica. Ao seu lado direito, Antônio Sylvio Cunha Bueno. Fonte: Coleção BAND..., 468

“A velha cidade do Anhanguera e de seus heroicos calções de couro” refere-se a Vila Boa, antiga capital, atual cidade de Goiás. Quadros (2015, p. 21) traz a questão: teria mesmo Anhanguera fundado Vila Boa? E busca evidências históricas para mostrar como foi que ele saiu como o fundador da cidade, como vimos anteriormente.

Afonso Taunay é considerado um dos responsáveis pela elaboração da História Geral das Bandeiras Paulistas e fez parte de um grupo comprometido em elaborar uma construção historiográfica nacional que tomasse as bandeiras paulistas como princípio da nacionalidade:

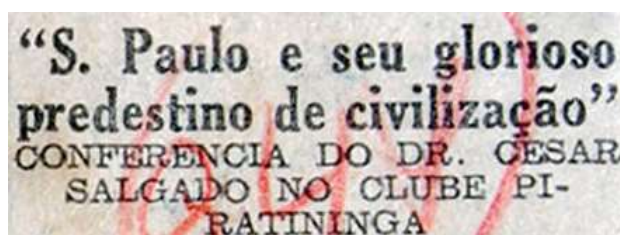
Um grupo que, entre outros, reuniu Alcântara Machado, Basílio de Magalhães, *Afonso Taunay* e Alfredo Ellis Junior, procurou estabelecer uma linha historiográfica que abordasse a história brasileira sob o recorte da história das bandeiras saídas de São Paulo. Esse grupo, comprometido com a produção de uma história nacional, *optou por um trabalho mais expressivo que retratasse a expansão territorial, a abertura de caminhos e, principalmente, a história da Capitania de São Vicente (que daria origem à de São Paulo). Considerados como os responsáveis pela elaboração da História Geral das Bandeiras Paulistas*, eram todos comprometidos com as posturas políticas em maior evidência na época. Ellis Junior, Alcântara Machado, *Afonso Taunay* e Basílio de Magalhães *pertenciam à elite paulista*, e guardadas as diferenças, confirmaram, no campo da ciência, a capacidade do paulista para governar o país. (RAIMUNDO, 2004, p. 4, grifos nossos)

Hermes Vieira, em 09 de maio de 1938, proferiu sua palestra radiofônica sobre Hermano Ribeiro da Silva, em favor da Campanha Pró-Monumento. Uma vez que já analisamos suas palavras anteriormente, no capítulo 2, deixaremos apenas seu trecho final de enunciação:

O testemunho do que vos estou a dizer, ouvintes, é o *empreendimento louvabilíssimo* que Goyania tomou a si agora e que consiste em erguer, numa de suas praças da *cidade moça e exuberante*, um monumento aos bandeirantes que demandaram suas plagas, mas que recordará também a epopéia de todas as bandeiras brasílicas. (Coleção BAND..., 10 mai 1938, grifos nossos)

Vemos, pois, que a iniciativa da construção do monumento era valorizada por todos os oradores que falaram durante a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, como já era de se esperar. Ao aceitarem o convite para proferir durante a Campanha, certamente não fariam contrários à expectativa da comissão. Além disso, os oradores selecionados estiveram sempre em concordância ideológica com os argumentos levantados pela comissão. As próximas duas conferências foram as maiores em termos de divulgação e espera. Os lucros foram revertidos para a Campanha e a divulgação foi ampla. As menções nos documentos são inúmeras.

A primeira conferência é a do dr. José Augusto Cesar Salgado, “eminente homem de letras e uma das mais abalisadas autoridades jurídicas desta capital” (Coleção BAND..., 28 mai 1938). Ocorreu em 26 de maio de 1938, no Clube Piratininga, em São Paulo. Houve um recital artístico, com “números de canto, bailados, declamação e sapateados” (Coleção BAND..., 1938), promovido pela sra. Maria Amélia Braga na abertura do evento. Os documentos falam de uma conferência na qual teria sido abordada “a intensa ligação que confraternizou goyanos e paulistas nos primórdios da Historia Patria” (Coleção BAND..., 26 mar. 1938), sob o título “São Paulo e seu glorioso predestino de civilização” (Coleção BAND..., 28 mai 1938).



(Coleção BAND..., 26 mai 1938)

Antônio Sylvio Cunha Bueno presidiu a sessão. Na mesa, sentaram-se o dr. Vergueiro Stedel, dr. José Torres de Oliveira (presidente perpétuo do IHG de São Paulo), o conferencista dr. Cesar Salgado e o dr. Ulysses Guimarães (Coleção BAND..., 27 mai 1938). Não há fotografias da cerimônia.

Em um comunicado da comissão executiva para o jornal “Diário da Noite”, eles disseram que: “o trabalho a ser desenvolvido (...) versará a respeito do estupendo cyclo bandeirista, que foi o factor quase que unico da conquista desses 8.500.000 kilometros quadrados de chão patrio de que tanto nos orgulhamos” (Coleção BAND..., 26 mai 1938). Trata dos bandeirantes como responsáveis pela conquista da terra, do solo, brasileiro.

Nas primeiras décadas do séc. XX, “emergiu então a figura do bandeirante, dilatador incansável das fronteiras. A narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopéia nacional” (Luca apud RAIMUNDO, 2004, p. 3).

O orador inicia seu discurso com uma citação de Olavo Bilac sobre o papel de São Paulo na formação histórica do Brasil. Em seguida, fala sobre o sentido nacionalista dos movimentos de Piratininga, da obra dos bandeirantes, e despeja palavras de entusiasmo para com a Campanha Pró-Monumento. Ao tratar da obra dos bandeirantes, “o conferencista se deterá no exame da acção de alguns bandeirantes, cujos nomes e feitos já de ha muito passaram para o patrimonio das gloriosas tradições da nossa Historia” (Coleção BAND..., 26 mai 1938). Em sua palestra, ele teria estudado a ação dos paulistas, “desde o desembarque dos homens de Martim Affonso, vencendo a resistencia dos nativos, a historia da criação do burgo de Piratininga, graças aos esforços de Tibiriçá e João Ramalho, o apparecimento do mameluco e sua actuação posterior da epopéa das bandeiras” (Coleção BAND..., 27 mai 1938)

Não temos a palestra na íntegra. Apenas um trecho e uma entrevista dada sobre o discurso pronunciado, que analisaremos. Um trecho da palestra, que dá origem ao seu título, é o seguinte:

S. Paulo, *pela predestinação do seu nome*, pela virtude que lhe deu o baptismo onomastico, tem sido, e será, até o final do doutrinação cívico do Brasil, o *novo Apóstolo dos Gentios*. Daqui têm partido em torrentes fertilizadores, para a catechese dos pagãos, actos e palavras que vale as viagens do evangelizador de Tarso aos paises idolatras da Asia Menor, e as suas epístolas aos Corinthios e aos Ephesos (Coleção BAND..., 27 mai 1938).

Um trecho eminentemente cristão. Trata do nome de São Paulo como sua predestinação histórica para evangelizar os gentios, fazendo referência ao apóstolo de Cristo, Paulo. Em uma entrevista ao jornal “Última Hora”, o dr. Cesar Salgado fala sobre sua conferência. Explica o título e citação acima:

O titulo (...) foi sugerido por uma imagem de Olavo Bilac, em discurso celebre, proferido na campanha que ele aqui encetou em favor do serviço militar. *Foi o grande poeta* - esclarece o sr. Cesar Salgado - *quem disse que S. Paulo traz a sua predestinação historica no seu proprio nome* - "da

virtude que lhe deu o baptismo onomastico" (Coleção BAND..., 27 mai 1938).

Para ele, não há exagero nessa ideia. Na palestra, tratou dos grandes fatos da nacionalidade, “mostrando que em todos eles S. Paulo teve um papel preponderante”, desde os primórdios com as bandeiras até a independência do Brasil e a eclosão do “7 de Setembro”. Fala sobre o sentido heroico desses memoráveis fatos, mas principalmente da “missão altamente civilizadora de que se revestiu as entradas daqueles homéricos sertanistas” (Ibdem).

O orador traça um panorama do que ele chama de “ação civilizadora de S. Paulo”, em todos os períodos históricos pelos quais passou o Brasil: Primeiro e Segundo Império, Abolição, República. Para ele, “as energias ancestraes da raça revivem na geração contemporânea” (Ibdem). Novamente, a questão racial, do bandeirante enquanto raça. “O exemplo de S. Paulo ahi está, vivo, palpitante e actual. Somos hoje o que fomos hontem e caminharemos para o futuro conscientes de que devemos e saberemos cumprir o nosso glorioso predestinio de civilização” (Ibdem).

A única palestra radiofônica proferida por uma mulher foi a da sra. d. Francisca Rodrigues, com o tema: “A mulher paulista na época das bandeiras”, no dia 03 de junho de 1938. Não temos seu discurso na íntegra para analisá-lo, nem outras informações para partilhar. Ao menos sua presença na lista de palestrantes e o tema de sua fala nos permite inferir o apoio das mulheres das elites paulistas a essa Campanha, recorrendo também ao período bandeirantista para compor seus argumentos.

A última grande conferência foi a de Agripino Grieco, em 09 de junho de 1938, no Teatro Municipal de São Paulo, “o acontecimento máximo da campanha, sem dúvida” (Coleção BAND..., 26 mai 1938). Os ingressos foram vendidos pela Rádio Bandeirante, pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pelo Clube Piratininga, pela Casa Mappin Stores, entre outros. A mobilização foi ampla, tendo despertado “vivo interesse em nossos circulos culturaes, tendo sido grande a venda de ingressos” (Coleção BAND..., 2 jun 1938). O convite dizia que: “A mais béla forma de amar a Patria é cultuar suas tradições. Coopére com a mocidade de sua Terra no empreendimento de perpetuar em bronze os soberbos feitos dos recuadôres de nossas fronteiras” (Coleção BAND..., 1938).

O tema da conferência literária proferida por esse “ilustre homem de letras” (Coleção BAND..., 368) e escritor, foi “Martins Fontes e sua obra poética”. Falou, pois, o conferencista sobre a vida e a obra do poeta santista Martins Fontes, prestando uma homenagem à sua família no Teatro Municipal (Coleção BAND..., 5 jun. 1938). Para ornamentação da mesa, foi “colocada uma grande bandeira brasileira no palco, bem como um retrato de Martins Fontes”

(Coleção BAND..., 2 jun 1938), “ornamentado com flores naturaes” (Coleção BAND..., 7 jun 1938).

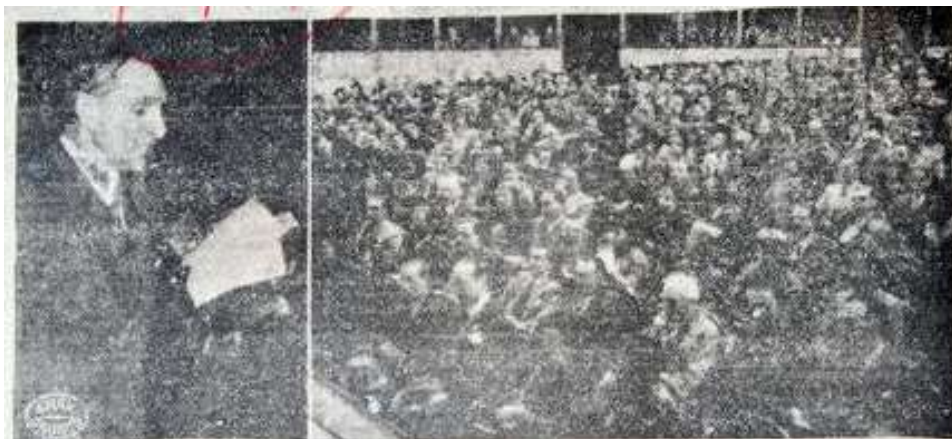


Figura 30 - Conferência de Agripino Grieco no Teatro Municipal de São Paulo. Fonte: Coleção BAND..., 10 jun 1938

A mesa para a conferência foi constituída da seguinte maneira. Antonio Sylvio Cunha Bueno abriu a sessão em nome da Campanha pró-Monumento. Em seguida, o dr. Spencer Vampré, diretor da Faculdade de Direito da USP, presidiu a sessão. Convidou o dr. Menotti del Picchia, da Academia Brasileira de Letras, para apresentar o conferencista. Ulysses Guimarães falou em nome da Campanha. O dr. Alcantara Machado representou a Academia Paulista de Letras e o dr. Guilherme de Almeida a Associação Paulista de Imprensa. Por fim, o acadêmico e presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Ribeiro do Valle Netto, falou em nome de sua entidade (Coleção BAND..., 7 jun 1938). A Banda de música da Guarda Cívica “abrilhantou a festa”.

Entre as autoridades convidadas e presentes na conferência destacam-se os interventores federais nos estados de São Paulo e Goiás, respectivamente, o dr. Adhemar de Barros e o dr. Pedro Ludovico, que, sem poder comparecer, envia o dr. Arthur Widerowitz para representá-lo. Estiveram presentes ainda o sr. Comandante da II Região Militar, o reitor da Universidade de São Paulo, os secretários da Justiça, da Agricultura, da Fazenda, da Viação, da Segurança Pública e da Educação de São Paulo. O prefeito da capital, dr. Prestes Maia, e o prefeito de Santos – SP também se fizeram presentes (Coleção BAND..., 7 jun 1938).

Outros acadêmicos da Faculdade de Direito foram designados para falar, entre eles o sr. Janio da Silva Quadros, Mario Romeu de Lucca e Domingos Luz Faria. A festa foi caracterizada como uma “confraternização de sentido acentuadamente cívico” (Coleção

BAND..., 9 jun 1938). A conferência, em São Paulo, de um escritor carioca, foi transmitida nas ruas do estado de Goiás:

O povo goyano acompanhando com o maximo interesse as palestras feitas por intellectuaes paulistas através de suas estações transmissoras, sobre a campanha pró monumento aos bandeirantes, a erigir-se em Goyania. As noticias aqui chegadas de que o escriptor Agrippino Grieco fará uma conferencia no Theatro Municipal de São Paulo, em beneficio do referido monumento, foi recebida com viva satisfação. *No dia da conferencia as Prefeituras goyanas installarão nas praças públicas altofalantes, de modo que o povo deste Estado possa ouvir a palavra do illustre conferencista.* (Coleção BAND..., 4 mai 1938, grifo nosso)

Maurício de Medeiros, da Academia Brasileira de Letras, ao falar para o jornal “A Gazeta” sobre a conferência de Agripino Grieco e em favor do movimento em prol da construção do monumento aos bandeirantes disse que é preciso lembrar que “os bandeirantes (...) descobriram o Brasil interior, [e] precisam ser descobertos pelos brasileiros de hoje, que, na sua maioria, ignoram a exata influência que eles exerceram na formação do Brasil!” (Coleção BAND..., 3 jun 1938).

As atividades da Campanha Pró-Monumento que envolvem a capital federal à época, o Rio de Janeiro – RJ, se destacam por viagens da comissão de propaganda dos acadêmicos pró-monumento, com o objetivo de estender, na capital do país, a campanha pró-construção do monumento aos bandeirantes em Goiânia, de “ventilar a idéa nos circulos estudantinos, literarios e officiaes da Capital da Republica” (Coleção BAND..., 484). Entre os dias 12 e 13 de maio, uma comissão de estudantes viajou de São Paulo para o Rio de Janeiro, com este objetivo, para expor à imprensa carioca os seus planos e solicitar o apoio dos jornais e de estações de rádio para a difusão do significado do movimento. O acadêmico Ulysses Silveira Guimarães "exaltou o movimento nitidamente brasileiro de se cultuar o passado historico do bandeirismo", ocupando o microfone da “Hora do Brasil”. Nessa mesma viagem, o sr. Pedro Calmon foi convidado para proferir a conferência histórica na capital paulista, já analisada nessa seção.

Uma comissão de intelectuais de renome, tais como Gilberto Freire, Tristão de Athayde, Jonathas Serrano, Roquete Pinto (da Academia Brasileira de Letras), Erico S. Verisimo, Viriato Corrêa, Benjamin Vieira e Pedro Calmon, foi convidada a colaborar com uma revista comemorativa do monumento que circularia em São Paulo em meados de junho de 1938 (Coleção BAND..., 1 mai 1938), mas que de fato circulou no mês seguinte.



(Coleção BAND..., 1938)

A delegação de estudantes paulistas que foi até o Rio de Janeiro com o propósito de divulgar o empreendimento e convidar a comissão de intelectuais contou ainda com a colaboração dos intelectuais paulistas Cassiano Ricardo e Affonso d'Escagnolle Taunay (Coleção BAND..., 505), já mencionados defensores do bandeirantismo.

Nesta seção, vimos algumas palestras e conferências pronunciadas na capital paulista em prol da construção do Monumento aos Bandeirantes. Vimos como os discursos dessas autoridades intelectuais e/ou sacrais se referem aos bandeirantes como construtores da nacionalidade, no que diz respeito ao patriotismo evocado na homenagem via monumento; nas riquezas do sertão; na mistura das raças e na mestiçagem tipicamente brasileira; na expansão territorial das fronteiras nacionais a partir da ação bandeirista.

3.2.3. Outros eventos e atividades da Campanha Pró-Monumento

Como dito, a Federação dos Estudantes de Campinas estendeu as atividades da Campanha pró-monumento para outras cidades do interior paulista. Entre elas estão Pirajuí, Limeira, Lins, Ribeirão Preto e outras. Em Pirajuí houve um “programa social e esportivo, em benefício do monumento aos bandeirantes a ser construído em Goyania” (Coleção BAND..., 22 jun 1938), promovido pela caravana de estudantes campineiros. Além das palestras radiofônicas, houve programas literários e musicais no rádio e um baile da chita, no dia 29 de junho de 1938, com os lucros revertidos para a campanha. Tudo promovido pela Federação dos Estudantes de Campinas. Em Limeira, o romancista Odecio Bueno de Camargo, em um encontro com intelectuais, proferiu sua palestra (Coleção BAND..., 8 jun 1938). Em Ribeirão Preto, nesse mesmo modelo de encontro com intelectuais, o cônego Barros, orador sacro, proferiu sua oração. Em Lins, o acadêmico de direito sr. Calid Eid buscou “entrar em entendimento com elementos de destaque daquele lugar afim de serem realizadas festividades em pról do monumento” (Coleção BAND..., 17 mai 1938). Em São Paulo, a pianista d. Antonieta Rudge promove um festival divulgado na Rádio Bandeirante e no jornal “O Estado de São Paulo” no dia 13 de maio de 1938 e “compromete-se com a comissão executiva da Campanha a reverter a renda do festival para o monumento” (Coleção BAND..., 13 mai 1938).

Além das conferências, festivais, encontros, o mais divulgado evento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes foi o Baile da Chita que ocorreu em Campinas, o que nos dá uma dimensão da sociabilidade das elites nas festas e bailes, seus modos e mecanismos de entretenimento, tendo em vista a promulgação de um ideal entre si: a construção do Monumento aos Bandeirantes.

3.2.4. Encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

Na sessão de encerramento da Campanha, próximo ao dia da inauguração, em 5 de novembro de 1942, falou o acadêmico Ulysses Guimarães numa palestra com o tema “O significado do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia”. Ocorreu no auditório do jornal “A Gazeta”, em São Paulo (Coleção BAND..., 13 nov. 1942). Percebemos, então, que o jornal se coloca como promotor dessa obra.



(Coleção BAND..., 1942)

A sessão foi aberta pelo presidente da comissão, dr. Antonio Silvio Cunha Bueno. Acompanhavam à mesa os srs. Gofredo da Silva Teles, presidente do Departamento Administrativo do Estado, o prof. Francisco Morato e os oradores Mario Romeu de Lucca e Ulisses Silveira Guimarães. Mario Romeu de Lucca falou sobre o desenvolvimento da Campanha.



(Coleção BAND..., 1942)

Em sua palestra, cuja mesa foi enfeitada com uma grande bandeira nacional, Ulysses Guimarães disse o seguinte:

É comum encontrar nas velhas crônicas esta referência: “morto no sertão”. Isto significa que *os primeiros paulistas* não só superavam as dificuldades existentes na sua própria terra, mas saíam pelo sertão afora, arrastando outros perigos e sacrifícios, *como se tivessem consciência do papel preponderante que lhes cabia na história*. Quero frisar, também, as razões que colocaram Santo André da Borda do Campo, a vila fundada por João Ramalho, em situação de inferioridade frente a Piratininga na *obra ciclópica da conquista da terra*. Para que o santo canarino, ao fundar S. Paulo teve a certeza de um destino. De fato, tudo aqui facilitou a penetração bandeirante. A Serra do Mar constituía, em linguagem moderna, uma verdadeira Stalingrado diante da qual se esfacelavam todas as arremetidas dos bugres; o Anhembi era um convite permanente aos homens para que fossem desvendar os mistérios da mata bruta; a feição psicológica do paulista, de antanho, *resultante da bravura lusitana fundida ao nomadismo do índio*, foi outro fator de magna importância no fenômeno bandeirista. (Coleção BAND..., 1942, grifos nossos)

Para o orador, o bandeirante era o paulista antigo, seu ancestral, que possuía a consciência de seu papel na história, como uma predestinação, também evocada em outros discursos já analisados. A mistura das raças, novamente, entra em jogo: a “bravura lusitana” e o “nomadismo” indígena. Somados, resultariam no fenômeno bandeirista.

Nesta seção, vimos que a sessão de encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes ocorreu em São Paulo com uma conferência de Ulisses Silveira Guimarães sobre os bandeirantes, destacando sua importância para a história paulista e nacional.

Neste capítulo, vimos as conferências e palestras proferidas durante a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, que ocorreram majoritariamente em São Paulo, ou que foram difundidas a partir de lá; mas que também se estenderam por outras cidades do interior paulista e goiano. As conferências e palestras, como vimos, tinham o objetivo de exaltar a figura dos bandeirantes a fim de enaltecer a iniciativa, promovida pelos estudantes de direito de São Paulo, da construção de um monumento aos bandeirantes na nova capital do estado de Goiás. Vimos como essa exaltação da figura do bandeirante e a promoção do monumento perpassam justificativas que atribuem a ele qualidades como o heroísmo, o patriotismo, a gratidão pelos feitos, o nacionalismo das fronteiras, a expansão territorial, entre outros.

CAPÍTULO 4 – Nasce o personagem: a Inauguração do Monumento aos Bandeirantes

Neste capítulo, veremos o monumento enquanto objeto simbólico, estético e localizado, materialmente concebido para conter e difundir certas representações dominantes. Para isso, tomaremos a problemática da representação, dos sentidos atribuídos, da valorização estética e da localização. Para Soares (1999), o planejamento de um monumento coloca, de imediato, dois problemas: o da representação e da localização. Além disso, abordaremos a inauguração do monumento.

Para José Torres, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o monumento seria erigido em “Goyania, a linda e nova capital do Estado, fundado por Anhanguera”. Seria um “testemunho do nosso amor patriótico; da nossa gratidão aos grandes mortos que nos legaram tão inextinguíveis exemplos de trabalho, sucesso e glória” (Coleção BAND..., 24 abr 1938). Ainda, o apelo afetivo é visto com a solicitação de apoio: “amparemos, pois, com todo o devotamento, essa bella iniciativa (...), dando-lhes tudo o que em nós houver de generosidade, de afeição e de amor” (Idem).

O monumento é um desses quadros materiais que permitem a manutenção das lembranças de uma comunidade, uma vez que “essencialmente, o monumento funciona como um estímulo visual para que a coletividade resgate um fato ou uma personalidade histórica de um tempo distante” (RIBEIRO, 2006, p. 16). Nesse mesmo sentido, Le Goff (1992, p. 536) aponta que o “monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”. Nota-se o vínculo entre monumento e memória coletiva.

4.1. Quem pagou a conta? Financiamentos, apoios e créditos

Nesta seção, apresentaremos as informações relativas às finanças e aos movimentos em caixa para a execução do Monumento aos Bandeirantes, evidenciando alguns passos do andamento da efetiva construção do Monumento.

Criamos um código para os “gastos da Campanha” para colocar todas as notas fiscais e recibos que constam entre os documentos. No entanto, realizar a contabilidade do Monumento não é a nossa pretensão. Assim, não faremos cálculos dos valores gastos, nem uma relação dos gastos. Nesta seção, nos concentraremos em tratar algumas evidências

documentais referentes aos gastos e ganhos, entradas e saídas, da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.

A primeira delas é a abertura do livro de ouro, que aconteceu em 19 de março de 1938, onde seriam inscritos os nomes de todos os que contribuíssem com a Campanha. Entre os membros da comissão que assinam o livro, é possível identificar as assinaturas de Antônio Cunha Bueno, Arthur Wigderowitz, Cid Valerio, Mario Romeu de Lucca e Francisco Morato.



(Coleção BAND..., 19 mar 1938)

A segunda é que Francisco Morato, professor e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e ex-reitor da Universidade de São Paulo, foi escolhido para ser o tesoureiro da Campanha. Abriu sua conta no The National City Bank of New York, opção não explicada nos documentos. Por que abrir uma conta em Nova Iorque para transferir o dinheiro de um monumento a ser construído em Goiânia? Essa pergunta continua em aberto.

A terceira é sobre o preço final do monumento. Segundo Ulysses Guimarães, foi de 250 contos de réis, o que, de acordo com uma aproximada conversão para o real¹³, equivaleria

¹³ O valor aproximado da conversão seria: 1 conto de réis = R\$ 123.000,00. Disponível em: <<<http://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>>>

a 30.750.000,00. Um valor bem mais alto do que o esperado para uma estátua do porte final entregue como Monumento aos Bandeirantes.

A quarta é sobre os gastos da Campanha. Entre os principais gastos, além da construção do monumento em si, estão os gastos com o envio de telegramas e cartas; selos; as tiradas de chapas fotográficas; impressões e cliques distribuídos em revistas e jornais; despesas de viagens da comissão; táxis; gratificações por serviços prestados; compra de mercadorias para fabricação da estátua; deslocamento e instalação do Monumento.

A quinta e última evidência documental sobre as finanças é sobre a recolha. Afinal, quem pagou a conta? O livro de ouro é aberto com as doações dos respectivos interventores federais nos estados de São Paulo e Goiás, Adhemar de Barros e Pedro Ludovico, tendo doado 20 contos de réis cada interventor, por meio de decretos-lei. A prefeitura de Anápolis doou 1 conto de réis (1:000\$000).

Os lucros de alguns eventos também foram revertidos para o caixa da Campanha, porém, não há documentos que contabilizem seu total. O grande Baile da Chita, em Campinas – SP, os demais pequenos bailes; as grandes e pequenas conferências, como a de Agripino Grieco e Pedro Calmon, respectivamente; concertos artísticos, horas de arte na rádio etc; todos tiveram seus lucros revertidos para a Campanha.

As demais doações foram recebidas ao longo da Campanha por outras prefeituras, empresários, particulares, intelectuais, indivíduos ligados a alguma instituição etc. Como vimos na seção sobre o início da Campanha, houve um incentivo cultural e acadêmico àqueles que se dispuseram a contribuir com o movimento: a entrega de um diploma para os que doassem mais de 50\$000 cruzados.



(Coleção BAND..., 28 abr. 1938)

Vimos aqui as principais fontes de renda da campanha, bem como seu tesoureiro e alguns de seus gastos. Não é possível ter um controle a ponto de responder, afinal, quem pagou a conta, mas sabe-se que todos os que estiveram envolvidos com a Campanha, seja na comissão ou como ouvinte-apoiador, contribuíram para pagar essa conta.

4.2. O criador e a criatura: a estátua ao Bandeirante

Todo monumento traz consigo a problemática da representação. No caso dos monumentos intencionais, “obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado” (RIEGL, 2014, p. 52), essa problemática é ainda mais evidente. Não se trata aqui das representações sociais, do imaginário, dos significados e sentidos conferidos ao monumento uma vez erguido em espaço público, mas sim de: como representar determinado personagem ou evento comemorativo do passado? Quais características levar em consideração? Quais elementos exaltar? Quais anular?

Um objeto simbólico de caráter memorial, capaz de emitir diferentes e contrastantes significados ao ser interpretado, pode ser ainda, em alguns casos, consagrado com um valor artístico. Esse aspecto dos monumentos já foi pincelado em muitos trabalhos, ainda que discretamente, analisados no capítulo 1: Pietroforte (2018) menciona o neoclassicismo na estátua a W. Penn; Moura (2011) mostra a transformação do conturbado cotidiano dos bandeirantes em algo notável esteticamente. Para começar, Riegl (2014, p. 32) define a obra de arte como “toda criação humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor de arte” e aqui nos interessa as criações artísticas tangíveis e visíveis metamorfoseadas em monumentos escultóricos.

Nesse ponto, os autores conferem mais atenção ao objeto artístico em si e não a sua destinação, sua localização, seus conflitos políticos de representação e disputas de memórias. A ênfase está na questão dos gostos, na sensibilidade artística provocada pelo contato com o monumento valorizado enquanto obra de arte. Lefebvre (1969) entende a arte como parte da realização humana voltada para o sublime, o transcendente. A beleza, para ele, em concordância com Nietzsche, é propriedade e produto dos homens (e mulheres). Os estilos, as escolas e a própria história da arte podem, nesse sentido, ser conhecidos através do contato e da apreciação dos monumentos que “põem os progressos das artes sob nossos olhos” (CHOAY, 2017, p. 86).

Aqui se destacam estudos nas Artes plásticas, Arquitetura e História da arte, tendo em vista a obra em si mesma e a relação forma e conteúdo nela inserida; o artista ou escultor e suas redes de articulação (escolas, influências), o conjunto de suas obras, os materiais e técnicas utilizadas, os circuitos de consagração, a questão da arte pública e os monumentos nas cidades, mas também o artista enquanto criador, sua formação pessoal, sua imaginação e

criatividade, ou mesmo sua “genialidade”. Nessa parte, a questão da autenticidade e originalidade se coloca como evidência da obra de arte, uma vez que não se encontrará repetições idênticas a ela em sua concepção artística e em seu formato, exceto em reproduções imagéticas, tais como cartões postais, fotografias, réplicas, impressões, discussão proposta por Walter Benjamin (2012) em seu ensaio “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”. Lembra-nos Benjamin (2012, p. 17) que “mesmo à mais perfeita reprodução falta um elemento: o aqui e agora da obra de arte – sua existência única no local onde se encontra”.

É preciso cuidar, como nos ensina Geertz, em considerar a obra de arte em sua dimensão fundamentalmente social:

O maior problema que surge com a mera presença do fenômeno do poder estético, seja qual for a forma em que se apresente a habilidade que o produziu, é como anexá-lo às outras formas de atividade social, como incorporá-lo na textura de um padrão de vida específico. E esta incorporação, este processo de atribuir aos objetos de arte um significado cultural, é sempre um processo local; o que é arte na China ou no Islã em seus períodos clássicos, ou o que é arte no sudeste Pueblo ou nas montanhas da Nova Guiné, não é certamente a mesma coisa, mesmo que as qualidades intrínsecas que transformam a força emocional em coisas concretas (e não tenho a menor intenção de negar a existência destas qualidades) possa ser universal. (GEERTZ, 2004, p. 146)

Para Merleau-Ponty (apud NÓBREGA, 2008), a obra de arte possibilita a experiência da percepção de modo mais intenso e vibrante, uma vez que a estimula enquanto sensibilidade estética. Isso introduz uma discussão acerca da função da arte, vista a princípio como contemplação, apreciação, reflexão, projeção, sublimação, mas, aos poucos, transformando-se em interação, aproximação, troca. Essa aproximação e interação é particularmente importante para pensarmos a relação entre os/as habitantes, visitantes, transeuntes, e os monumentos dispostos no espaço urbano, pois, em muitos casos essa relação não exige distanciamento, com placas indicando para “não tocar” ou com sinais de distância mínima, como as que os espectadores/as encontram nos museus históricos ou artísticos. No espaço público, os monumentos, em geral, estão abertos a interações diversas, intervenções diretas, reelaborações de sua função artística e simbólica. Desse modo, “uma mesma peça suscita leituras e interpretações muito diferentes, caso seja apresentada na galeria, no museu ou na via pública, pois, como se sabe, o meio é a mensagem” (ABREU, 2003, p. 388).

Em sua construção de um modelo fenomenológico de estudo da arte pública, Abreu (2003) apresenta alguns elementos interessantes. Esse modelo, para ele, consiste em estabelecer o contato direto com as *coisas* e a reflexão sobre a experiência do lugar. Mais do que uma coisa, a obra de arte articula seus sentidos e sua receptibilidade através de modos de

apresentação e relações específicas (de espaço, tempo, percepção). Ela exige, portanto, uma mediação. Essa mediação e esse lugar de apresentação, historicamente, foram relegados aos museus e galerias, institucionalizados e, em certo sentido, mercantilizados, ainda que simbolicamente (BOURDIEU, 2015).

A criação dos museus, no final do séc. XVIII, reunindo amostras de pintura, escultura, desenho, gravura, coincide com a seleção erudita de antiquários aristocratas, “curiosos da arte antiga” e suas coleções particulares, ou ainda como um estoque de um período pré-revolucionário, como é o caso do Louvre (CHOAY, 2017). Isso mostra como a apreciação estética e mesmo o acesso a obras de arte eram restritos a certos grupos, embora já caminhassem para uma possível democratização dos bens culturais:

O desenvolvimento dessas instituições, inspiradas nos modelos do museu de imagens e da coleção de arte, inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos [...], vontade, [...], de democratizar a experiência estética (CHOAY, 2017, p. 89).

Essa experiência estética que se buscava democratizar está vinculada ao culto da arte promovido pelo romantismo e o desejo pelo prazer visual. A autora chega a considerar o estetismo e o romantismo como possíveis explicações para a conservação dos monumentos. Nesse sentido, não apenas o valor histórico era conferido aos monumentos, mas também o valor artístico, estético, reivindicados respectivamente pela ação do tempo – transitoriedade humana – e qualidade arquitetônica, artística.

A arte pública surge, então, em oposição à arte institucionalizada, fechada nos museus e salões, se expandido para ocupar as vias públicas, os logradouros, as ruas e praças, os transportes coletivos, entre outros espaços coletivamente compartilhados pela população urbana. Almeida (2007) analisa os monumentos desse ponto de vista, fora do sistema institucional do mundo da arte (museus, galerias), enfatizando a dimensão simbólica do espaço urbano. Em parte, é possível vincular ao modernismo essa reivindicação das ruas e lugares públicos como ambientes de mediação da arte, como recusa de seus *locus* institucional. A arte pública contemporânea reúne elementos mais performáticos e efêmeros no lugar das fixas formas monumentais das estátuas e esculturas, tais como teatros de rua, jograis, intervenções poéticas, músicos autônomos, festivais interculturais, entre outros.

A escritora, artista e pesquisadora K. Gurney (2015), por exemplo, estudou os efeitos de projetos de arte que exploram o espaço público da cidade de Joanesburgo, na África do Sul, tais como performances teatrais, dramatúrgicas. Esses projetos tinham como fundamento o caráter efêmero da arte performática somado à sensibilidade nômade do deslocamento e

movimento intrínseco à condição humana e, ainda mais acentuados, à vida urbana. Nesse sentido, as performances artísticas, executadas de modo fugaz e difuso, estudadas por ela se opõem à arte pública monumental aqui estudada, com sua forma material permanente.

Jacobs (1961), jornalista estadunidense, observa no movimento *City Beautiful* a meta de construção de uma “cidade monumental”, com a arte, o embelezamento, a monumentalidade e a estética refletidas na separação de instituições culturais e públicas do resto da cidade. Assim, “esses edifícios monumentais haviam sido apartados do resto da cidade e agrupados para criar um efeito o mais grandioso possível, dando ao conjunto um tratamento de unidade completa, separada e bem definida” (JACOBS, 1961, p. 27).

Em exibição no espaço urbano, esses monumentos conferem à cidade um sentido estético imediato, de ornamentação, decoração, fazendo com que visualizemos a cidade como um “organismo estético” (CHOAY, 2017, p. 200). “Ao conceber a cidade como um terreno de investigações estéticas, os monumentos são suas peças fundamentais” (FREIRE, 1997, p. 55). Se presentes, eles se oferecem à percepção; se ausentes, à memória. O caso estudado pelo sociólogo Borges (2017) é ilustrativo de ambos os casos. Quando estava presente, o Monumento ao Trabalhador tinha a forma de colunas de concreto, em semicírculos, com um mural desenhado, além de dois painéis e espelhos d’águas, criados por Clóvis Graciano. Quando ausente, desaparecendo da percepção, restou encontrá-lo em vestígios que indicavam sua existência, como na memória das pessoas, em fotografias da cidade ou na estrutura que restara da obra.

Uma das funções fundamentais da arte na cidade é a de colaborar para que a expressão dessas memórias sob a forma de vestígios, lembranças e forças sejam manifestos. Na cidade deverá se investir em lugares que tenham capacidades de comunicação e onde haja informação gratuita e itinerários lúdicos (CALVÁRIO apud CRUVINEL, 2012, p. 38).

A obra de arte, no espaço público, tem como função, não somente o *embelezamento* da paisagem. Os monumentos podem ser considerados como elementos capazes de compor esses “itinerários lúdicos”, da mesma forma que servem como “expressão de memórias”. A arte atua no sentido da criação de valores, na medida em que o papel do artista tangencia a construção de “elementos de identidade coletiva, considerando a inserção das artes plásticas no espaço público” (FADDEN apud ALMEIDA, 2007, p. 7), tais como parques, praças, edifícios públicos.

A arte moderna, como foi mencionado, contribui para “dissolver a atitude de contemplação que enquadra a relação entre o espectador e a obra artística e fortalece um tratamento construtivo nas artes” (KNAUSS, 1999, p. 412-413). Esse ponto mostra que a

inserção da arte no espaço urbano modifica a maneira de se relacionar com os objetos artísticos, transformando a distante e erudita contemplação em uma interação intersubjetiva de experimentações sensoriais. “No seu processo de inserção no espaço da cidade, [a arte moderna] buscou alterar esses padrões sustentados no centralismo e na perspectiva, procurando ressaltar as relações desarmônicas e desordenadas do mundo sensível e psicológico” (DORFLES apud KNAUSS, 1999, p. 412).

Geertz, antropólogo estadunidense, no seu livro “O saber local”, publicado em 1997, no capítulo “A arte como um sistema cultural”, procede a uma análise semiótica das obras de arte a partir de seu contexto cultural, mostrando como seus significados surgem do entrelaçamento de valores e ideias próprios a determinada cultura. Essa análise semiótica da arte consiste na história de indicadores e de símbolos, numa “etnografia dos veículos que transmitem significados” (GEERTZ, 2004, p. 179). O significado, nesse sentido, surge graças ao uso desses objetos artísticos, à prática da vida coletiva em seu *habitat* natural.

Para Geertz (2004), a arte não pode ser lida apenas como fruto de uma relação entre forma e conteúdo, de uma técnica especializada, mecanicamente reproduzida por um artista isolado e genioso, mas como algo que brota de um indivíduo socializado e diz fundamentalmente da vida social a qual ele está inserido, possuindo uma conexão ideacional com a sociedade que lhe permite surgir. É assim que a sensibilidade artística, as noções estéticas, os padrões de beleza, são elaborados coletivamente e suas bases são “tão amplas e tão profundas como a própria vida social” (Idem, p. 149). O autor traz exemplos de pintura plana em quatro cores entre os abelam da Nova Guiné, de pintores e dançarinos renascentistas, de um poeta muçulmano, das esculturas iorumbá, mais próximas ao que estamos tratando neste trabalho. Ele inclusive narra o que se deve considerar para capturar os sentidos e significados de uma estátua construída para homenagear o chefe de um povo específico: seu formato, sua trajetória e seu destino.

Quando um chefe Bamileke tomou posse, nos relata Jacque Maquet, ordenou que lhe esculpisse uma estátua; ‘após sua morte, a estátua ainda era respeitada, mas pouco a pouco foi destruída pela intempérie, à medida em que a memória do chefe ia sendo apagada das mentes do povo.’ Onde está a forma neste caso? No formato da estátua, ou no formato de sua trajetória? É claro que está em ambos. Mas nenhuma análise da estátua que não leve em consideração seu destino, um destino tão intencional como tinha sido o cálculo de seu volume ou o brilho em sua superfície, poderá entender seu significado ou captar sua importância. (Idem, p. 180).

O fenômeno da *estatuamania* (AGULHON apud KNAUSS, 1999), na França, serve de exemplo dos monumentos tomados como obra de arte. O mármore e o bronze eram os materiais recorrentes. As peças eram colocadas quase sempre sobre pedestais, ou pedras, e neles eram fixadas inscrições ou relevos para explicar o sentido do monumento de modo

didático. No séc. XX há uma sobrevalorização dos pedestais. Nesse período, especialmente no pós-guerra, houve uma relativa substituição dos modelos de estátua individualizadas, esculpidos à maneira do *retratismo* das personagens, com ênfase “em algum atributo de seu ofício ou de sua notoriedade” (KNAUS, 1999, p. 409), pelos conjuntos monumentais dedicados aos inúmeros soldados desaparecidos. A arte dialoga, portanto, com os acontecimentos históricos e as necessidades de seu tempo.

Ao analisar a construção do monumento “Glória imortal aos fundadores de São Paulo”, de 1925, Uhle (2015) descreve os escultores como “operários da memória”. Partindo da perspectiva da história da arte, a historiadora analisa o concurso para escolha do artista ocorrido em 1910, tendo em vista os projetos apresentados pelos escultores, a negociação entre a comissão executiva e os artistas, os pareceres, os critérios para julgamento e seleção dos projetos, entre outros elementos. Como “operários da memória”, os escultores deveriam proceder a uma interpretação histórica coerente com a fornecida pelos historiadores indicados no edital do concurso, além de elaborar um projeto que visasse “constituir [uma] obra de arte de real merecimento técnico” (UHLE, 2015, p. 153).



Figura 31 - Monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo, São Paulo - SP. Fonte: Uhle (2015)

Nesse sentido, os artistas deveriam estabelecer uma relação entre história e arte ao elaborar um projeto baseado nos textos indicados de historiadores sobre a fundação da cidade de São Paulo, trazendo os elementos históricos para o plano simbólico da representação artística, adicionando seus estilos e estéticas particulares. Até a concepção final da obra, a autora observa interferências no projeto artístico por parte da comissão julgadora. As

imagens, com suas representações de personagens, cenários, figuras alegóricas, deveriam narrar o evento histórico da fundação da cidade tal como era narrado pelos historiadores. Esse exemplo mostra que a criação artística não é fruto de uma livre pulsão, um intenso querer ou pura vontade, mas está subordinada à sua destinação, principalmente quando se trata de um monumento intencional, construído com um objetivo previamente idealizado (RIEGL, 2014).

Vimos, no capítulo 1, a problemática da representação em ação com a construção do Monumento ao Homem Brasileiro (ALVES, 2007), pois o modelo criado pelo artista não agradou o ministro que o contratou para a obra, não representando o brasileiro de modo satisfatório. Da mesma forma, vimos a representação do Monumento a Zumbi (uma cabeça e não um corpo, que faz referência à sua morte) e o busto a Luiz Gama que pretendiam reforçar características da negritude.

No caso dos bandeirantes, em seu texto “Nas matas com poses de reis...”, Marins (2007) nos dá uma ideia de como eles foram representados nas obras de arte, pictóricas e escultóricas, que adentraram o Museu Paulista, nas primeiras décadas do séc. XX. O autor chama atenção para a tradição retratista europeia que representava os bandeirantes como monarcas, a fim de conferir dignidade à tela e exaltar um caráter altivo aos seres representados.

O período estudado pelo autor coincide com a gestão, no Museu Paulista, de Affonso d’Escagnole Taunay (1917-1945), historiador já mencionado neste trabalho pertencente à comissão de honra da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Vejamos, novamente, o que disse seu telegrama à comissão:

Recebi o honroso officio de V. Exa. agradecendo o communicado que me fez da inclusão do meu nome na Commissão de honra dos trabalhos da sua Campanha. Com prazer indico a V. Exa. alguns nomes de grandes sertanistas que não pôdem ser olvidados nas placas votivas do projectado monumento. O mais notavel de todos é o de Bartholomeu Buno da Silva, segundo deste appellidos e alcunhado, como seu pae já o fôra, Anhanguera. Convem lembrar, pois, os nomes de ambos os Anhangueras. Na primeira plana destes sertanistas figuram varios nomes do maior relevo, como sejam: Bartholomeu Paes de Abreu; João Leite da Silva Ortiz; Domingos Rodrigues do Prado; Sebastião Paes de Barros; Paschoal Paes de Araujo; padre Antonio Raposo; Antonio Pires de Campos, etc. Conviria lembrar ainda outros sertanistas não tão notaveis quanto estes, mas assim mesmo de grande relevo, como sejam: Bartholomeu Bueno do Prado; João Godoy Pinto da Silveira; Amaro Leite; Sebastião Marinho, etc. O melhor é que v. exa. se entenda verbalmente commigo, porque me é necessario saber *quaes as proporções do projectado monumento*. Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos de meu alto apreço. - (a) Affonso Taunay. (Coleção BAND..., 25 abr. 1938, grifo nosso)



Figura 32 - Um dos bandeirantes que integrariam a arte final do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Fonte: Coleção BAND..., 28 mai 1938

Neste telegrama, Affonso Taunay apresenta alguns bandeirantes que não poderiam faltar no Monumento aos Bandeirantes. No entanto, afirma, que é necessário saber quais as proporções do projetado monumento. Se grande e monumental como foi o Monumento às Bandeiras, em São Paulo, inaugurado em 1954, ou se pequeno e monumental, como foi o Monumento aos Bandeirantes, inaugurado em Goiânia, em 1942. De qualquer forma, o problema da representação também passa pelas dimensões físicas do monumento.

Não sabemos o que fez com que as proporções do monumento fossem reduzidas, mas sabemos, pelos documentos, que a ideia inicial era de um projeto muito maior. Talvez por razões financeiras, talvez por outras dificuldades, optaram pela estátua solo, retratista, de um único e genérico bandeirante, não especificado, conhecido popularmente por *Anhanguera*.

Voltando a Marins (2007) e as representações monárquicas dos bandeirantes, podemos nos perguntar de onde veio a ideia de Armando Zago de projetar o Monumento aos Bandeirantes de Goiânia tal como foi por ele desenhado.

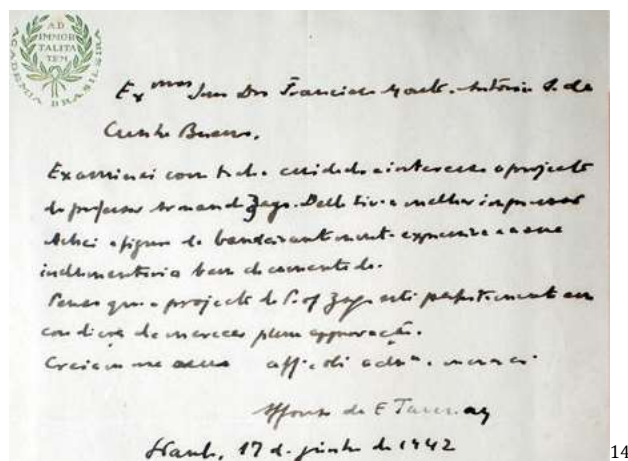


Figura 33 - Projeto gráfico do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, criado pelo escultor Armando Zago / Fonte: Coleção BAND..., 26 jun. 1942

O desenho certamente segue as diretrizes de recomendação da comissão pró-monumento. Mas em que ela se baseou? As conferências proferidas, por nós já analisadas, servem para nos dar uma pista. Enzo da Silveira, por exemplo, disse que:

As paginas da historia do Brasil estão assignaladas de feitos tão insignes e gloriosos que, por elles, bem se pôde calcular a envergadura de seus realizadores, 'os chapéus de couro', 'os gigantes de botas', 'os de Piratininga' que levaram, para longe, *na ponta de suas espadas e na mira dos seus bacamartes*, as fronteiras de nossa patria, traçando-lhe a sua physionomia geographica e a custa dos mais incriveis sacrificios nos legaram um passado onde somente as 'cavalarias sertanistas' constituiram o supremo orgulho e toda a infinita gloria de um povo. (Coleção BAND..., 27 abr 1938, grifos nossos)

Vários dos elementos descritos no trecho acima são vistos na estátua projetada por Armando Zago: o chapéu largo de couro, as botas, a espada e o bacamarte. Contratado em 1942, Armando, uma vez tendo enviado a arte pronta para a comissão, foi também avaliado por Affonso Taunay, como mostra o documento abaixo:



Diz-nos que após ter examinado atentamente o projeto do prof. Armando Zago, concluiu pela sua aprovação, uma vez que a figura do bandeirante é bastante expressiva e sua indumentária foi bem documentada.



Figura 34 - Maquete/projeto de autoria de Armando Zago. Fonte: Coleção BAND..., 1942

¹⁴ Uma possível leitura para este documento é a seguinte: “Examinei com todo cuidado e interesse o projecto do professor Armando Zago. Dele tive a melhor impressão. Achei a figura do bandeirante muito expressiva e sua indumentária bem documentada. Penso que o projecto do prof. Zago está perfeitamente em condições de * plena aprovação. Affonso de E. Taunay. 17 jun. 1942”.

Isso nos lembra o estudo de Uhle sobre os “operários da memória” e a subordinação dos artistas de um monumento ao crivo dos historiadores. Ao estudar o Monumento “Glória imortal aos fundadores de São Paulo” a autora mostra que os escultores deveriam proceder a uma interpretação histórica coerente com a fornecida pelos historiadores indicados no edital do concurso, além de elaborar um projeto que visasse “constituir [uma] obra de arte de real merecimento técnico” (UHLE, 2015, p. 153).

No caso do Monumento aos Bandeirantes, não houve concurso para seleção do escultor. A escolha foi, em alguma medida, arbitrária, feita por indicação e reconhecimento. No entanto, teve Armando Zago que se submeter à avaliação dos historiadores.

Vejamos como Quadros (2015) descreve a estátua aqui estudada e a análise que faz da representação do bandeirante feita pelo criador:

O mosquete posto ao chão indica que ele está parado. O olhar é firme, demonstrando sua certeza de encontrar riquezas. Estas são representadas pela bateia ao lado, numa posição inverossímil para quem estivesse marchando. O monumento, como outros, condensa momentos históricos distintos. Mas algo parece transpassar as épocas: o caráter impetuoso dos bandeirantes transmitido ao povo goiano. Isso é demonstrado pela inclinação do corpo para frente, colocando o peito aberto diante dos perigos. O ar de virilidade dado por essa inclinação coaduna-se com sua função de *patriarca da civilização goiana*. (QUADROS, 2015, p. 22-23, grifo nosso)

Quando se refere ao bandeirante representado como o “patriarca da civilização goiana”, Quadros (2015) quer chamá-lo de Anhanguera. Porém, em nenhum momento, a partir da leitura atenta dos documentos, há a menção a uma estátua ao Anhanguera, especificamente, mas aos bandeirantes de modo amplo e generalizado. Há nomeações de bandeirantes, como vimos ao longo desses capítulos, mas não houve, em uma entrevista sequer, a consideração de que fariam um monumento ao Anhanguera, ou uma estátua ao Anhanguera, mas sim aos bandeirantes.

A estátua nasce então como símbolo da expansão territorial do Estado Novo, promulgada pela Marcha para o Oeste, juntamente com Getúlio Vargas e seus interventores estaduais, tais como Pedro Ludovico Teixeira, também por isso ela foi colocada mirando o Oeste da cidade.

No site da prefeitura de Goiânia, no Relatório de Bens Culturais Tombados e/ou Protegidos na Capital/Município de Goiânia¹⁵, elaborado pela Secretaria Municipal de

¹⁵ Documento disponível em:

<<https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/patrimonio%20historico/Diagn%C3%B3stico_Final%20PACH%20Goi%C3%A2nia%202009.pdf>> Acesso em 23 jan 2020.

Planejamento e Urbanismo, vinculado ao IPHAN, está presente o Monumento aos Bandeirantes como “Estátua a Bartolomeu Bueno da Silva”.

O documento traz as seguintes informações sobre a obra e seu artista:

Obra [do] artista plástico Armando Zago, o “artista da dor”, que expressa nesta arte elementos com a escala, do jazigo funerário - desconstruída pela elevação da base em altura e da escala do observador - altura da perspectiva desconstruída. Teria ali Armando Zago sepultado as diversas dores da história nacional e da cidade? (SEPLAM, 2009)

A Estátua a Bartolomeu Bueno da Silva é tombada pela lei municipal n.º 6.962, de 21 de maio de 1991, como patrimônio histórico do município de Goiânia e por isso protegida de alterações às suas características originais. Nesse sentido, o Monumento aos Bandeirantes, além de monumento, erigido *ex nihilo*, intencionalmente, transforma-se também em monumento histórico:

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado enquanto tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. (RIEGL apud CHOAY, 2017, p. 25, grifos do autor)

Intencionalmente dotados de sentido político, os monumentos atuam como “mecanismos regulatórios de informações que controlam significados” (ROWNTREE e CONLEY apud CORREA, 2007a, p. 10). Nesse sentido, tanto a intenção de seus criadores e o monumento em si, quanto a polivocalidade de seus significados apontam para a polissemia dessa forma simbólica aparentemente fixa, imutável e cristalizada de uma memória ou história única (ADICHIE apud ZIMOVSKI, 2017).



Figura 35 - Pedro Ludovico ao lado da maquete do Monumento aos Bandeirantes. Fonte: Coleção BAND..., 1942

“O projeto do monumento de autoria do professor Armando Zago (...) representa a figura do sertanista-bandeirante, medindo 6 metros de altura, com pedestal de granito e estátua fundida em bronze” (Coleção BAND..., 1942) é o que anuncia um recorte de jornal. Outro recorte nos diz que “o projeto e a execução do Monumento apresentam grande e majestosa concepção artística do escultor Armando Zago, que lhe não fez olvidar impressionantes detalhes de episódios das Bandeiras” (Coleção BAND..., 1942).

Embora Armando Zago tenha sido o artista-escultor responsável pela assinatura do monumento, a sua construção foi feita por um operário-escultor, dono da empresa Casa Maia, de mármore e outros artefatos funerários, sr. Domingos Tortola.

a) O Sr. Domingos Tortola, primeiro contratante, construirá um monumento em memória aos gloriosos Bandeirantes, de acordo com os projetos apresentados, de autoria do escultor Prof. Armando Zago, a ser erigido na praça da cidade de GOIÂNIA (Capital do Estado de Goiás).

(Coleção BAND..., 26 jun. 1942)



(Coleção BAND..., 7 nov. 1942)

O Monumento ao Bandeirante, longe de estar no topo da cidade, a quatrocentos metros do chão, como a estátua a William Penn na Philadelphia (figura 15), ergue-se pouco além da altura dos ônibus coletivos que circulam ao seu redor cotidianamente. A estátua em si, desconsiderando o pedestal, tem a altura de um homem adulto médio. O que permite defini-la como monumento, então? A resposta inclui a “rede de atributos e conteúdos simbólicos” destacadas por Freire (1997), bem como os valores mobilizados por seus construtores, como vimos nos capítulos anteriores.

Nessa seção, vimos a problemática da representação aplicada ao Monumento aos Bandeirantes em Goiânia, a subordinação do artista escultor à avaliação do historiador. Também vimos a seleção do artista escultor; a transformação do monumento em patrimônio histórico e outros detalhes da sua concepção, analisando sua forma e conteúdo. Uma vez pronto o Monumento e corretamente representado, surge a pergunta de onde erigi-lo.

4.3. Onde erguer a estátua?

O problema da localização se coloca logo quando se planeja erguer um monumento intencional (RIEGL, 2006). A localização diz do conjunto da obra, servindo também para compreender a completude de seus significados (FREIRE, 1997). Não apenas sua localização física imediata, mas a totalidade da escolha do lugar onde erigir o monumento, é um processo longo que caminha para os significados dele próprio. Afinal, “os monumentos estão no espaço público; não é possível pensá-los em suspensão, num espaço abstrato, descaracterizado” (FREIRE, 1997, p. 122)

Isso porque a localização da estátua é um elemento central na análise de seus significados possíveis, uma vez que ela própria contém elementos simbólicos.

Ao ser instalado num espaço da cidade, o monumento passa a integrar a paisagem urbana do lugar, interage com os movimentos e as percepções dos sujeitos que ali passam e o observam, tocam suas superfícies de pedra, ferragem ou madeira, sentam-se à sua sombra, imputam-lhe apelidos e recriam, além dos nomes, as suas finalidades, ou simplesmente apreciam-no sem preocupação com o seu significado original (BORGES, 2017, p. 353).

Buscaremos responder, afinal, “que pretendem dizer os monumentos dentro da simbologia urbana contemporânea?” (CANCLINI, 2013, p. 291). A espacialidade dos monumentos, com suas paisagens e lugares, indica localizações fixas, longa permanência, e se instaura como meio de comunicar valores, utopias, bem como o poder de seus construtores. O principal pressuposto desta vertente é o que de “os monumentos estão no espaço público; não é possível pensá-los em suspensão, num espaço abstrato, descaracterizado” (FREIRE, 1997, p. 122).

Sabe-se que há uma relação essencial entre o monumento e seu entorno, já que os monumentos atribuem um significado político ao lugar (CORREA, 2005) e são a “marcação pública” de uma memória que pretende se perpetuar e se legitimar naquele lugar. “O local em que se implanta fixa uma relação intrínseca e significativa com o signo escultórico. Não há nada de aleatório no logradouro de um monumento” (KNAUSS apud RODRIGUES, 2016, p. 43). Assim, “o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização” (CORREA, 2005, p. 10), contribuindo para uma ampliação do potencial simbólico do lugar ou, por outro lado, para uma minimização e reversão de significados já imbuídos ao lugar, dando origem a uma ambiguidade locacional.

Dessa forma, o problema da localização se coloca desde o planejamento dos monumentos: onde erguê-los? Para ilustrar esse ponto Correa (2005) traz o conflito de construir monumentos que representam causas conflitantes, na cidade de Virginia, nos EUA, em regiões de proximidade: um monumento a Arthur Ashe (negro, tenista, defensor dos direitos civis), na mesma avenida onde, em 1890, a estátua equestre do general Robert Lee (figura 7), confederado da Guerra de Secessão, símbolo dos valores conservadores, fora erguida.



Figura 36 - Monumento a Arthur Ashe, Virginia - EUA. Fonte: Google Imagens (2020)

Correa (2005; 2007a) apresenta pelo menos dois tipos de formas simbólicas espaciais: fixos e fluxos, localização e itinerários. O primeiro tipo, que nos interessa aqui, é composto de formas materiais, concretas, tais como estátuas, monumentos em geral, palácios, templos e até mesmo shopping centers, nomes de logradouros públicos, cidades e elementos da natureza. O segundo tipo reúne bens culturais imateriais como procissões, desfiles, paradas, festas, danças, entre outros. Em sua relação com os espaços, “as formas simbólicas podem incorporar os atributos já conferidos aos lugares e itinerários, como estes podem, por outro lado, beneficiar-se ou não da presença de formas simbólicas” (CORREA, 2007a, p. 9).

As dimensões do espaço relacionam-se com o papel das formas simbólicas. Nesse sentido, a localização (absoluta, relativa ou relacional) dos monumentos diz sobre sua visibilidade (diante de toda a cidade ou espaço regional), acessibilidade (meio de transmissão das mensagens), seu poder de atração (dadas as suas dimensões), sua capacidade de comunicação. De modo semelhante, sua escala, seja em sua dimensão absoluta ou relacional, indica seu poder, supremacia, ou sua fraqueza política e simbólica. No primeiro caso, analisa-se a área, volume, altura, recursos disponíveis, a magnitude do evento ou personagem celebrado/contestado/memorializado. No segundo, faz-se uma comparação com monumentos de mesma natureza produzidos por grupos em confronto

Para Musil (apud FREIRE, 1997, p. 100), “não há nada no mundo tão invisível como os monumentos. Eles sem dúvida são erguidos para serem vistos, na verdade para chamarem a atenção, no entanto, estão impregnados de invisibilidade”. Freire (1997) faz uso de estudos até mesmo da Psiquiatria para buscar respostas para a dificuldade em notar o monumento no espaço urbano, relacionando essa incapacidade com a aceleração do tempo que constrói uma temporalidade fixa no presente imediato. Nesse sentido, habitualmente, os monumentos não são vistos tão facilmente, sendo mais notável sua ausência e falta, quando criam espaços

vazios, do que sua presença. Isso conduz a certo contraponto, uma vez que “os monumentos não passam despercebidos: despertam lembranças, reavivam emoções e desencadeiam narrativas” (FREIRE, 1997, p. 124).

Para Freire (1997) a visibilidade dos monumentos não se realiza dadas as suas grandes proporções e dimensões, mas devido a transformação da indiferença do espectador diante da obra, através de mecanismos de interação e apropriação. Para exemplificar, cita o Memorial aos mortos na Guerra do Vietnã, na cidade de Washington - EUA, em 1982. O mural com todos os nomes dos mortos, com uma listagem para consulta, convida à proximidade física e emocional.



Figura 37 - Memorial aos mortos na Guerra do Vietnã, Washington - EUA. Fonte: Google Imagens (2020)

“A cidade tem uma dimensão simbólica” (LEFEBVRE, 2016, p. 74) e, no espaço público, o monumento funciona como uma plataforma política e social dessa dimensão. A rua monta-se como cenário da vida pública, espaço de socialização e representação simbólica. Na praça, “o monumento demarcava a presença do Estado em uma dimensão física e objetual, mas também através de sua carga conotativa” (TICONA, 2016, p. 194, tradução nossa), que subordina a mensagem à condição polissêmica da imagem sugerida.

Noutra perspectiva, inseridas no meio urbano, os monumentos podem servir para orientação pela cidade, como marcos, “objetos, artefatos urbanos ou edifícios que, pela dimensão ou qualidade de sua forma, destacam-se do resto e atuam como pontos de referência exteriores ao observador” (BOULLÓN apud CRUVINEL, 2012, p. 42), na mesma linha de outros elementos, tais como os bairros, os logradouros etc. Para este autor, é o contraste que permite o destaque necessário do monumento, enquanto forma singular, entre os múltiplos e rápidos estímulos nervosos e visuais típicos das grandes cidades (SIMMEL, 1903). A construção dessas imagens fixas no espaço urbano é necessária para os habitantes de uma

cidade, pois, possibilita o reconhecimento dos lugares por onde os passantes transitam e se orientam, criando pontos focais¹⁶ de significados na paisagem urbana (CULLEN, 2006).

Outra evidência apontada nos estudos selecionados refere-se à centralidade das formas simbólicas espaciais, dos monumentos em especial, no desenho urbano. “A posição fixa e central da estátua organiza simbolicamente o espaço e o tempo da cidade” (KNAUSS, 1999, p. 411). O “poder do centro” é reiterado tanto nos estudos urbanos quanto nas artes visuais. O centralismo sugere a harmonia da composição, atribui um padrão formal dinâmico com equilíbrio dos elementos. Nas cidades, o centro, em geral, trata do lugar de onde parte o crescimento da cidade, sendo o berço de sua historicidade, seu marco zero. “A simbologia do centro parece óbvia e se atualiza aqui. Local mítico da origem, é local de partida ou de chegada dos forasteiros, guarda uma lenda do começo de tudo, quase o mito de origem das cidades” (FREIRE, 1997, p. 221).

A relação entre a espacialidade dos monumentos e a identidade é também revisitada. De acordo com Relph (apud CORREA, 2007a), além de criar e manter uma identidade de grupos, étnicos, raciais, sociais, religiosos etc., os monumentos conferem uma identidade ao lugar. Para Bonnemaïson (apud CORREA, 2007a), tratam-se de geo-símbolos, que identificam a cidade e se fazem presente no seu cotidiano.

Correa (2007a, p. 11) explora a toponímia como forma simbólica espacial capaz de identificar certo logradouro público e conferir um significado que pode valorizar ou estigmatizar o próprio objeto, de forma que “nomear um dado local constitui uma forma de apropriação do espaço, impregnando-o de significado associado ao nome, e de poder”. Para ilustrar essa interação entre linguagem, política territorial e identidade, que resulta na toponímia, o autor traz a política israelense e a *hebraicização* dos nomes de lugares, rios e montanhas de Israel a partir dos anos 1950. De modo semelhante, a política casaquistanesa que *desrussificou* a toponímia do país após a sua independência em 1991. No Brasil, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em meados do séc. XVIII deixa as marcas do domínio português na Amazônia, alterando os nomes indígenas da região para a identidade lusa.

Moreira (2018) pontua a toponímia e outras referências nominais voltadas aos bandeirantes ou ao bandeirantismo em territórios dos estados de São Paulo, principalmente, mas também de Minas Gerais e Goiás. Entre os exemplos destacados pelo autor estão: Av.

¹⁶ “Associado com o recinto e, com este, designando a ocupação dum determinado espaço, o ponto focal é o símbolo vertical da convergência” (CULLEN, 2006, p. 26).

dos Bandeirantes, Rodovia Raposo Tavares, Rodovia Fernão Dias, Rodovia Anhanguera, Palácio dos Bandeirantes, Estátua de Borba Gato, Estátua de Anhanguera, Rede Bandeirantes, TV Anhanguera (afiliada da Rede Globo em Goiás e Tocantins); Museu Casa do Bandeirante (SP), Casa de Borba Gato (Sabará/MG), Bandeirantes (MT), Anhanguera (GO), entre outros.

Ainda sobre essa relação simbólica com o espaço, o estudo de Orlandi (2010) anteriormente abordado, serve para ampliar a análise territorial dos monumentos. A estátua de Fernão Dias, o bandeirante, serve para marcar o território, estabelecer os limites do Estado, significar os cidadãos. O território, na leitura da autora, é a expressão concreta das unidades políticas no espaço, é a “parte visível do Estado”. Além disso, para definir território é preciso aprofundar no sentimento de pertencimento e de apropriação como modos de classificação e gerenciamento do espaço. “A estátua de Fernão Dias, estacionada na entrada de Pouso Alegre, lembra a seu habitante: eu sou daqui, esta é minha terra” (ORLANDI, 2010, p. 4). Por isso, a localização da estátua é um elemento central na análise de seus significados possíveis, uma vez que ela própria contém elementos simbólicos. A rodovia e o anel viário expressam a “margem de uma estrada que passa, indo de um lugar a outro. Que não começa nem termina em Pouso Alegre” (ORLANDI, 2010, p. 10). Esse movimento é característico das bandeiras, que, mesmo tendo firmado povoados, avançou por diversas regiões brasileiras. Nesse sentido, a estátua é um marco, uma marca no espaço da cidade e “remete imaginariamente ao percurso de um bandeirante e uma história que liga São Paulo e Minas na construção do país Brasil” (ORLANDI, 2010, p. 12).

Inscrito na paisagem urbana, o monumento ocupa um espaço visual, evidencia-se no imaginário da cidade, tornando-se ponto de referência ou simples marco geográfico.

Ao ser instalado num espaço da cidade, o monumento passa a integrar a paisagem urbana do lugar, interage com os movimentos e as percepções dos sujeitos que ali passam e o observam, tocam suas superfícies de pedra, ferragem ou madeira, sentam-se à sua sombra, imputam-lhe apelidos e recriam, além dos nomes, as suas finalidades, ou simplesmente apreciam-no sem preocupação com o seu significado original (BORGES, 2017, p. 353).

Gurney (2015) propõe pensar a cidade como uma *heteroglossia* de espaços, paisagens e significados, como um *palimpsesto*, i. é, uma série de narrativas e significados sobrepostos temporalmente, a fim de evitar uma narrativa central e generalizações a partir dela. A autora chama atenção para a natureza inconstante da cidade, sua variedade e especificidade, composta de múltiplas modalidades, resultante de uma fusão de temporalidades. Para ela, a cidade aparece como cenário onde atores e público performam suas atuações e interações. O habitante aparece como movimento, circulação, com sua natureza peripatética e nômade.

Apesar disso, enquanto humano, ele está sempre se guiando por sentidos e significados diversos que brotam dos encontros, situações e lugares. Isso vai ao encontro da noção de Capel (2002), pois, para ele:

... el paisaje puede leerse como un texto. Es un texto, tanto en el sentido actual como en el originario (es decir, tejido, de *textum*, participio de *texo*, tejer). El paisaje es una especie de palimpsesto, es decir que, como en un manuscrito que conserva huellas de una escritura anterior, hay en él partes que se borran y se reescriben o reutilizan pero de las que siempre quedan huellas. Y es un espacio tejido cuya trama y urdimbre hay que saber reconocer. (CAPEL, 2002, p. 20, grifos do autor).

Na mesma direção, Meneses (apud RODRIGUES, 2016, p. 43, grifos nossos) afirma que:

as cidades memorizam tempos distintos e diversos em sua paisagem. Mas elas não são apenas paisagens: são lugares, são territórios. Isso significa que elas compõem-se de materialidades edificadas [...] que *traduzem tempos históricos dignos de interpretação*.

O espaço urbano, suas paisagens e lugares, seus territórios construídos nas relações entre os grupos, não escapa às ações do tempo que, no lugar de substituírem-se umas às outras, complementam-se, sobrepõem-se. Assim, investigar os tempos reunidos nas formas da cidade, em seu espaço, exige instrumentos adequados e delicada abordagem metodológica, como se pincelasse a poeira por trás dos vestígios.

A cidade, devido a esse entrelaçamento de tempos, essa conformação de *palimpsesto*, pode ser vista como obra histórica, de forma que “mesmo a cidade mais moderna pode ser um museu” (ARGAN, 1993, p. 81). Nesse sentido, “a cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 2016, p. 56). Freire (1997) propõe pensar a cidade justamente como o museu e os monumentos como seu acervo a ser cuidado e em permanente exposição. Ela estabelece uma distinção entre as cidades antigas, medievais, e modernas, comparando o papel das praças e dos monumentos na estruturação dessas cidades. Nas cidades antigas, o lugar dos monumentos era central e definia o crescimento das cidades ao seu redor, ou seja, a configuração dos traçados urbanos era feita a partir dos monumentos. Já as cidades modernas eram desenhadas a partir de um planejamento prévio e obedeciam a funções racionais. Todavia, para a autora,

Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu *componente histórico e estético*. Afinal, o que são os monumentos numa cidade? Longe de se referirem a traçados urbanos abstratos, carregam-na de sentido simbólico; testemunham sistemas mentais da época em que foram

criados e solicitam, não raro, uma relação na apenas perceptiva, mas também efabuladora, que *mistura os tempos presente e passado*, as histórias individuais às coletivas (FREIRE, 1997, p. 55, grifo nosso).

Acrescentemos “o componente estético”, já que falamos sobre o elemento histórico, com a perspectiva de Lynch (1982), para quem a paisagem é vista como objeto apreciado e contemplado, dado o predomínio da visão e dos olhos sobre os demais sentidos, a cidade pode ainda ser vista como obra de arte. O monumento, portanto, aparece também como manifestação artística. Marco concreto, ponto de confluência no tecido urbano, o monumento surge como um descanso para o olhar, como elemento de identidade coletiva, servindo para guiar o transeunte. Essa troca entre monumento e seu espaço permite questionar “como o lugar determina um monumento e de que maneira ele é determinado pelo local em que se insere (ALMEIDA, 2007, p. 10), esboçando uma resposta que tangencia o significado social da área, que contém (mas não se esgota) em sua forma e design.

Em seu estudo sobre o Monumento a Zumbi, erguido no Rio de Janeiro, Soares (1999, p. 132) aponta as transformações de seu entorno promovidas pelo Governo do Estado, a constituir “nas imediações da antiga Praça Onze um complexo arquitetônico que, em seu conjunto, visa a comemoração da negritude”. A autora observa nessas ações uma preocupação com a monumentalização do espaço urbano, na perspectiva da *city beautification* (JACOBS, 1961). Entre elas se destaca a construção do Sambódromo, em 1984, enfatizando as origens do carnaval com as raízes negras.

O Monumento aos Bandeirantes, como vimos, foi erguido em Goiânia. Por que Goiânia foi escolhida para receber tal homenagem aos bandeirantes? Nos discursos e palestras, conferências e entrevistas, pudemos ver a exaltação do centro cartográfico do país como uma das razões sempre frequentes. Da mesma forma, a historicidade do estado de Goiás, tendo sido, segundo os oradores apoiadores da Campanha, fundado por um bandeirante, também serve para compreender a sua escolha. Na mesma direção, a relação com São Paulo e os laços que se pretendia criar com a nova capital surgem como principal fator, segundo nossa análise.



**Glorificação aos bandeirantes no
coração geographico do Brasil**

(Coleção BAND..., 04 mai 1938)

Entre as razões do centro cartográfico, Manoel Victor, intelectual que palestrou na Rádio Bandeirante, disse que “não há melhor cenário para receber essa joia do que Goyania,

a cidade nova, traçada pelo progresso no sertão de Goyaz, centro do corpo nacional” (Coleção BAND..., 12 mai 1938). Mauricio de Medeiros, da Academia Brasileira de Letras, por outro lado, disse ao jornal “A gazeta” que ignora “as razões pelas quais a comissão que empreende esse movimento se fixou em Goiás e, deste Estado, em sua atual Capital, para a localização do monumento. Seja, porém, onde for, a homenagem se impõe” (Coleção BAND..., 3 jun 1938).

Uma vez escolhida a cidade e a forma como representar o monumento, cabe selecionar onde de fato erigi-lo, em que lugar da cidade erguê-lo. No plano urbanístico de Attílio Corrêa Lima há uma menção à futura localização de um monumento em homenagem às bandeiras e ao Anhanguera:

No cruzamento dos eixos das avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins e ruas 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um monumento comemorativo das bandeiras descobertas, e riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura de Anhanguera (Lima apud MANSO, 2001, p. 105)



Figura 38 – “O local onde será inaugurado, em Goiânia, o monumento dos Bandeirantes”. Fonte: Coleção BAND..., 09 nov 1942

Essa localização indicada no plano urbanístico chega até a Praça central da cidade, a Praça dr. Pedro Ludovico Teixeira, conhecida popularmente como Praça Cívica. Lugar onde foram erguidos os primeiros edifícios administrativos da nova capital e onde se localiza, ainda hoje, o Palácio das Esmeraldas, palácio do governo estadual. Era a praça do centro administrativo, a mais importante, segundo Attílio Corrêa Lima, que menciona novamente a localização de um monumento às bandeiras em sua centralidade: “Pela sua amplitude, deverá atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando o espírito patriótico. (...) conterà no seu centro de simetria um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado e das grandes bandeiras” (Lima apud MANSO, 2001, p. 129).

Outro jornal traz a seguinte imagem, com a seguinte legenda: “Planta do Centro Cívico de Goyania vendo-se, assinalado, o local onde será erigido o Monumento aos Bandeirantes, no pateo fronteiro ao palacio do governo”:



(Coleção BAND..., 09 nov 1942)

Em uma entrevista ao jornal “Folha da Noite”, Jeronymo Coimbra Bueno, superintendente geral das obras da cidade de Goyania, no dia 13 de maio de 1938, confirma o lugar onde será colocado o monumento, de acordo com o esperado por Atílio Corrêa Lima: “a comissão estudantina tomou a decisão de erigir o monumento no *pateo fronteiriço ao Palacio do Governo*. O engenheiro Coimbra Buneo julga acertada a escolha, pois o local é dos melhores e mais belos da cidade” (Coleção BAND..., 13 mai 1938).

No entanto, algo aconteceu e o destino geográfico do Monumento aos Bandeirantes foi outro: o cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás.

GOIANIA, 19 (“Estado”) — Ob-
jetivando a sugestão da mocidade
academica, levantada por ocasião
da visita dos universitarios pauli-
stas a Goiania, e que mereceu do
Interventor Pedro Ludovico in-
centivo e apoio, aqui já se iniciou
a plantação do Monumento aos
Bandeirantes, precisamente no en-
troncamento das Avenidas Goiaz
e Anhanguera.

(Coleção BAND..., 616)

Vejamos a importância dessas avenidas para a cidade. Afinal, “o local em que se implanta [o monumento] fixa uma relação intrínseca e significativa com o signo escultórico. Não há nada de aleatório no logradouro de um monumento” (KNAUSS apud RODRIGUES, 2016, p. 43). Na imagem a seguir (figura 39), as avenidas Anhanguera e Goiás estão representadas, respectivamente, nas maiores e mais largas linhas horizontal e vertical que

estão perpendiculares uma a outra, com um círculo demarcando seu lugar de encontro e, ao mesmo tempo, o lugar onde seria erigido, definitivamente, o Monumento aos Bandeirantes em Goiânia.

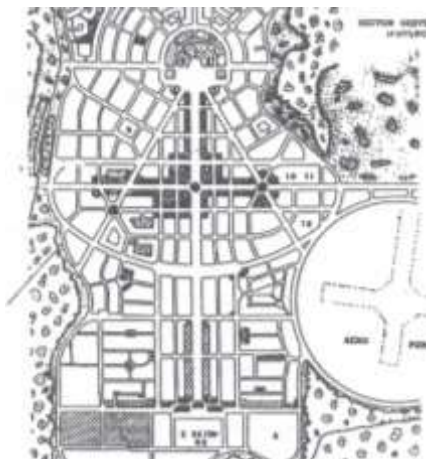


Figura 39 - Plano definitivo do núcleo inicial de Goiânia - Fonte: CORDEIRO e QUEIROZ (1990)

As avenidas Anhanguera e Goiás nos dá indícios de uma topomínia que remonta ao próprio processo de surgimento do Estado, segundo alguns historiadores retomados nos documentos: o Anhanguera que cruza, que “descobre”, que “funda”, Goiás.

Além disso, as avenidas ficam no centro da cidade, que, em geral, trata do lugar de onde parte o crescimento da cidade, sendo o berço de sua historicidade, seu marco zero. “A simbologia do centro parece óbvia e se atualiza aqui. Local mítico da origem, é local de partida ou de chegada dos forasteiros, guarda uma lenda do começo de tudo, quase o mito de origem das cidades” (FREIRE, 1997, p. 221).

“O projetista propôs um plano composto por duas tendências claras: por um lado, um traçado que domina a parte central da cidade, definido pelas três principais avenidas que formam a figura de um triângulo e que tem como um de seus vértices o centro administrativo” (ARRAIS, 2010, p. 184). A avenida Anhanguera corta a cidade no eixo leste-oeste, enquanto a avenida Goiás o faz no sentido norte-sul. Na imagem referida (figura 39), o norte está para baixo e o sul, por sua vez, para cima; o leste para a esquerda e oeste para direita. A avenida Goiás, “o grande eixo norte-sul”, “com aspectos monumentais e pitorescos” (MANSO, 2001, p. 126), dentro do núcleo pioneiro da nova capital, se estende da antiga Estação Ferroviária até a Praça dr. Pedro Ludovico Teixeira, de norte a sul:

No conjunto de vias radiais importantes que para ele convergem, a Avenida Goiás, eixo norte-sul da composição urbana de Goiânia, é a via de maior destaque, sendo tratada como uma *grande alameda*. No extremo norte desta avenida, situada na parte mais baixa da cidade, localiza-se a zona industrial -

junto da estação ferroviária, de modo a possibilitar o seu crescimento ao longo da via de trens. (MANSO, 2001, p. 101, grifo nosso)

Essa grande alameda serviria para demonstrações cívicas, pois, “o trafego que nela circulará será todo com destino ao centro administrativo, e prestar-se-á para as demonstrações cívicas” (Monteiro apud ARRAIS, 2010, p. 185). Isso serviria para explicar, em partes, por que o Monumento aos Bandeirantes foi escolhido, ao longo dos anos, como lugar de manifestações políticas e protestos sociais da população goiana, uma vez que o fim desta avenida era o centro de poder administrativo do estado de Goiás.

Este fenômeno é visível na adoção de um traçado urbano que valorizasse o aspecto “monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado”, na forma de *patê d’oie*, que privilegiava a visualização do centro de poder: “Quem atravessar a cidade ao longo da sua principal via comercial (avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para o centro (ARRAIS, 2010, p. 187, grifo do autor)

A Avenida Anhanguera, como adiantou Arrais (2010), é a principal via comercial, e todas as grandes avenidas que a cortam (Av. Araguaia, Av. Goiás e Av. Tocantins: as três que formam o triângulo que converge para o centro administrativo, a Praça Cívica) levam até o centro de poder político.

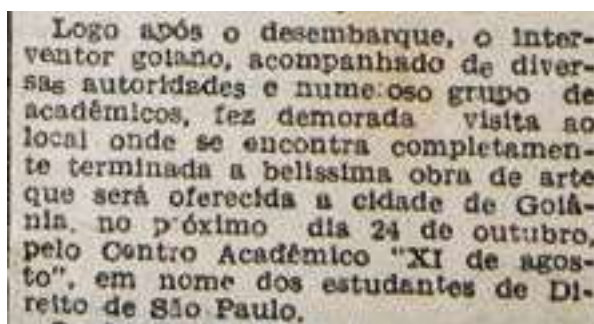
A Avenida Goiás foi recentemente tombada como patrimônio nacional (CARMO, 2014). A Avenida Anhanguera, todavia, se encontra tombada, como uma árvore sem raízes, esquecida e apodrecendo. Reconhecida por seu predominante fluxo comercial, nas áreas centrais da capital, é referência para o comércio local: O setor comercial distribui-se no cruzamento com a Avenida Anhanguera. Concebido (...) como a ‘área central da cidade, onde gravita o comércio, onde a construção é mais densa’. (FONSECA, 2017, p. 23)

Assim foram concebidas por Attílio Corrêa Lima as avenidas que, em seu cruzamento, foi construída a Praça Attílio Corrêa Lima, popularmente conhecida como Praça do Bandeirante, por abrigar o Monumento aos Bandeirantes.

Nesta seção, vimos a problemática da localização no caso do Monumento aos Bandeirantes, começando desde a escolha da cidade, Goiânia, até o lugar onde ele seria erguido dentro dessa cidade. Primeiro, a Praça dr. Pedro Ludovico Teixeira, conhecida popularmente como Praça Cívica, no centro cívico do planejamento urbanístico de Attílio. Posteriormente, no cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, ainda no centro, mas um pouco abaixo da Praça Cívica onde se localiza o Palácio do Governo Estadual.

4.4. Festejos da criação: o dia do nascimento

Eis o dia mais esperado para finalizar a narrativa do surgimento do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia: seu nascimento. Ao que indicam os documentos, este dia ocorreu em 09 de novembro de 1942. Por que demorou tanto para nascer? Essa é uma pergunta da qual não temos resposta, uma vez que a Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia começa e termina durante o primeiro semestre de 1938. Uma hipótese é que os membros da comissão decidiram por inaugurar o Monumento no mesmo dia do aniversário da capital, em 1942, por causa do Batismo Cultural de Goiânia, que ocorreu em 05 de julho de 1942. O aniversário da nova capital é 24 de outubro. Vejamos o que diz esse próximo documento:



(Coleção BAND..., 1942)

A obra de arte já estava pronta, o Monumento, e a data para a entrega estava prevista para o dia 24 de outubro de 1942. Segundo este outro documento (Coleção BAND..., 1942), a inauguração já estava marcada para este mesmo dia.

A pedra fundamental do Monumento é anunciada para lançamento em 1938, porém só foi efetivamente lançada em 1942. O superintendente geral das obras da cidade de Goyania, Jeronymo Coimbra Bueno, em entrevista para o jornal “Folha da Noite”, no dia 13 de maio de 1938, disse que “a pedra fundamental do monumento aos bandeirantes será lançada *dentro em breve*, devendo a solenidade revestir-se de muito brilho. Desta capital, de avião, seguirá uma comissão de estudantes com o objetivo de tomar parte na caminhada inaugural” (Coleção BAND..., 13 mai. 1938).



(Coleção BAND..., 1942)

Outro jornal, de 1942, anuncia o efetivo lançamento da pedra fundamental do Monumento:

Os estudantes de S. Paulo fizeram o lançamento da pedra fundamental do Monumento aos Bandeirantes. Esteve presente ao ato o representante do interventor federal daquele Estado, altas autoridades civis e militares, e bacharelado Antonio Silvio Cunha Bueno, presidente da campanha pró monumento. Usaram da palavra o bacharelado Cunha Bueno, o poeta Lima Neto e o dr. Natal e Silva, procurador geral de Goiaz (Coleção BAND..., 1942).



(Coleção BAND..., 1942)

A inauguração do Monumento aos Bandeirantes, “patriótica dádiva da mocidade paulista ao povo de Goiaz” (Coleção BAND..., 1942), ocorreu, então, no dia 09 de novembro de 1942, às 17h, “num ambiente do mais vivo entusiasmo” (Idem), contando com a participação do “mundo oficial e universitário” (Idem). Partiu de São Paulo a Comissão Executiva da Campanha pró-Monumento, composta pelo dr. Antonio Silvio Cunha Bueno (do gabinete do Secretário da Justiça), dr. Ulisses Silveira Guimarães (advogado do Departamento Administrativo do Estado), dr. Mario Romeu de Lucca, dr. Wilfrido Cid Valerio e dr. Domingos Luz Faria. Esta comissão foi recebida no aeroporto de Goiânia pelas autoridades da cidade, entre as quais estava o prefeito Venerando de Freiras.

A inauguração é um ritual onde se busca atribuir sentidos ao que está sendo inaugurado. A maneira como esse ritual acontece, os elementos trazidos para significar o objeto inaugurado, constroem para ele um sentido, que muitas vezes, fica atrelado ao objeto. Podemos falar então em uma tríade: o monumento como objeto físico, a escrita sobre o monumento e o ritual de inauguração (RODRIGUES, 2016, p. 48).



Figura 40 - Chegada da Comissão à Goiânia. Fonte: Coleção BAND..., 1942

O ato inaugural aconteceu no Centro Cívico e contou com a presença de Pedro Ludovico Teixeira, interventor interino, e sua esposa; sr. Venerando de Freitas, prefeito da capital; sr. Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda; sr. Coronel Chefe da 7ª Circunscrição de recrutamento. Além das autoridades do mundo oficial e dos universitários, “o povo enchia literalmente o local” (Coleção BAND, 1942), aplaudindo efusivamente o desfile militar e escolar e o Hino Nacional executado pela banda da Força Militar.

Isso nos lembra o trabalho de Soares (1999) sobre o Monumento a Zumbi esculpido no Rio de Janeiro. A autora visualiza um claro interesse político-eleitoral na escolha da data da inauguração, tendo o poder público, na figura do vice-governador Darcy Ribeiro e outros, utilizado-se da ocasião para mostrar-se próximo ao movimento negro apresentando ao povo uma nova visão do Estado em relação à negritude, com fins eleitorais e políticos definidos, uma vez que a data de inauguração foi alterada tendo em vista o período das eleições estaduais.

Também nos faz lembrar a inauguração da estátua a Dom Pedro I, no Rio de Janeiro, que, em ato solene, mobilizou a capital imperial, com festejos, cerimônias e desfiles. A estátua foi apresentada como desejo de todos os brasileiros, como uma aspiração nacional, mas “tratava-se, de fato, da expressão de um grupo politicamente representado que pretendia levar a cabo uma ideia” (ALVES, 2011, p. 12), fazendo uso da estátua como estratégia argumentativa.

A inauguração, em ato solene, mobilizou a capital, com festejos, cerimônias e desfiles. A estátua foi apresentada como desejo de todos os goianos, como uma aspiração regional e

nacional, mas “tratava-se, de fato, da expressão de um grupo politicamente representado que pretendia levar a cabo uma ideia” (ALVES, 2011, p. 12), fazendo uso da estátua como estratégia argumentativa.



Figura 41 - Comissão Pró-Monumento, 1942. Fonte: Coleção BAND..., 1942

O diretor geral da Fazenda, dr. Jurema Guimarães, foi o primeiro a falar, saudando a comissão paulista e enaltecendo o alcance cívico do empreendimento dos jovens de S. Paulo. A entrega do Monumento foi feita por Antonio Silvio Cunha Bueno que descortinou a cobertura do monumento, sob demorados aplausos. Em seguida, discursou o universitário Fernando Melo Bueno, em nome do Centro Acadêmico XI de Agosto. Depois, subiu à tribuna o dr. Ulisses Guimarães, que enalteceu o bandeirismo em exortação cívica de tema “O significado do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia” e finalizou declarando que a epopeia bandeirante era a maior garantia da soberania e inviolabilidade das fronteiras da pátria (Coleção BAND, 1942).

A estátua em bronze condensa as representações e ideologias imprimidas por seus patrocinadores, buscando forjar sentimentos e identidade coletiva ao glorificar o “herói” e fazer com que o “povo goiano” sinta orgulho de pertencer às gerações posteriores desse herói paulista. Até porque na inscrição do monumento está escrito: “Aos goyanos, nobre estirpe dos bandeirantes”, como se os goianos fossem uma continuidade hereditária dos bandeirantes paulistas. O monumento histórico é transformado em modelo capaz de sintetizar um sistema

de valores e ideais. Em casos como esse, há uma sistemática manipulação da memória coletiva, que busca legitimação política e/ou cultural enraizada no passado. Nesses termos, “o passado é construído segundo as necessidades do presente” (FERREIRA apud RODRIGUES, 2003, p. 150).



Figura 42 - Monumento aos Bandeirantes, 1942. Fonte: Coleção BAND..., 1942

O encerramento do ato inaugural foi feito pelo prof. Francisco Morato (Coleção BAND, 615), tesoureiro da campanha. A cerimônia deixou “funda impressão pelo calor patriótico que a animou” (Coleção BAND..., 1942). Uma vez encerrada, prosseguiram homenagens aos visitantes e doadores do Monumento pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiás e pelo Centro Acadêmico XI de Maio, da Faculdade de Direito de Goiás, que lhes ofereceu um banquete, no Automóvel Clube de Goiânia.

Nesta ocasião, o dr. Ulisses Guimarães dissertou sobre o tema “Anhanguera, ancestral bandeirante da gente goiana” e analisou o ambiente social e histórico da São Paulo do séc. XVIII, para situar a façanha do segundo Bartolomeu Bueno da Silva. Descreveu a arrancada

em busca da serra dos Martírios, em que os “legendários calções de couro” lutaram contra doenças, fome, sede, “surpresas indígenas” etc. (Coleção BAND..., 1942). Talvez dessa última conferência tenha surgido a relação entre o Monumento aos Bandeirantes como uma estátua do Anhanguera, uma personificação de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, tal como no livro, epígrafe desta dissertação, “Histórias que o homem de bronze contou”, de Regina Lacerda (1981).



(Coleção BAND..., 1942)

Sobre a inauguração do monumento, o professor Francisco Morato envia uma carta à comissão da campanha dizendo que espera que

os goianos recebam e guardem o Monumento, com o sentido que lh’o oferece o Centro Acadêmico XI de Agosto, em nome da Faculdade de Direito e do Estado de São Paulo: para lembrar-lhes, na perpetuidade do bronze e do granito, os laços que nos unem no sangue e nas afeições a linhagem e o *espírito que o Anhanguera, ao descobrir as terras que ele chama de guaiáz*, levou nas bandeiras de Piratininga e plantou lá nas paragens onde se debruçam as esperanças e magnificência vindoura de Goiânia (Coleção BAND..., 9 nov 1942, grifo nosso).

Mais uma vez a referência a Anhanguera no ato inaugural. Por alguma razão a comissão decidiu invocar o Anhanguera ao bandeirante genérico do Monumento, e nomeá-lo.



(Coleção BAND..., 1942)

Em seu regresso a São Paulo, após a inauguração do monumento, a caravana paulista deixou o seguinte bilhete no jornal: “Adeus, campos de Goiás / Campinas do meu sertão, / Vou-me embora pra S. Paulo, / Deixando meu coração” (Coleção BAND..., 1942).

Vimos, nesta seção, que a inauguração do Monumento aos Bandeirantes ocorreu no dia 09 de novembro de 1942, embora a Campanha Pró-Monumento tenha finalizado ainda em 1938 e alguns documentos marcassem a data da inauguração para 24 de outubro de 1942, data de aniversário da nova capital. Além disso, vimos que o ato inaugural foi envolvido de festividades cívico-militares, patrióticas, com falas e pronunciamentos, presença da sociedade civil e de autoridades políticas, intelectuais, acadêmicas e militares, como os interventores, prefeitos, professores e universitários, banda militar e outros.

Neste capítulo, pudemos ver algumas evidências documentais sobre o financiamento da estátua, bem como conferir de perto a problemática da representação e da localização para o caso do Monumento aos Bandeirantes, verificando o processo de escolha de seu local de erguimento, além da escolha de sua indumentária e conjunto simbólico representativo, que teve de prestar contas aos historiadores. Além disso, vimos o ato inaugural e suas especificidades, como a presença de autoridades locais e a mobilização social que provocou.

CONCLUSÕES

Neste trabalho nos unimos ao grupo daqueles/as pesquisadores/as que evocam o período da construção de um monumento para analisar as intencionalidades por trás de seu erguimento. Verificamos que a construção do Monumento aos Bandeirantes não se deu a partir de uma ação isolada, mas de um processo relacionado a outros eventos. Como nasceu este monumento? Ele nasceu de um processo de expansão territorial brasileiro. De interiorização da nação para dentro de suas próprias fronteiras. O monumento surge como um símbolo deste processo de expansão das fronteiras goianas, da interiorização paulista: social, econômica, política, cultural. Nesse sentido, a construção do monumento não se deu a partir de um processo isolado, que gira ao redor de si mesmo, mas esteve implicado em um conjunto de relações.

De todo processo narrado, da construção da nova capital, da viagem da Embaixada Universitária Paulista para Goiânia, da homenagem ao bandeirante Hermano Ribeiro da Silva, brota a ideia, nos meios acadêmicos e políticos, de construir o Monumento aos Bandeirantes na nova capital, na cidade de Goiânia, pioneira da modernidade no planalto central. A morte de Hermano provocou nos acadêmicos a necessidade de homenagear os bandeirantes, mártires vitoriosos, guerreiros nacionais. As representações dos bandeirantes paulistas são, nesse sentido, formuladas como heróis desbravadores, corajosos, destemidos, impetuosos, “deuses de gibão e couro”; como uma “raça de gigantes”, com sede de glória; que merece a gratidão de Piratininga e do Brasil, por ter expandido e demarcado suas fronteiras, com uma predestinação histórica para o heroísmo dos grandes feitos.

Essas representações foram construídas pelos intelectuais e acadêmicos que proferiram conferências e palestras ao longo da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia. Firmaram entre si uma mesma linha representativa dos bandeirantes, que seguia uma história nacional mais ou menos homogênea: da conquista das terras do Brasil Central pelos bandeirantes. Por seu fim temeroso e dramático, necessitavam ser glorificados no bronze. Mas não somente por isso, não somente por morrer em plena luta ou morrer pobre e desiludido, e sim, fundamentalmente, por acionarem aquilo que os acadêmicos necessitavam: a imagem paulista fundida num herói desbravador.

Não um herói tradicional, do período colonial, mas, como vimos com os documentos, um herói moderno, do século XX, paulista dos trilhos de ferro, da ciência, dos minérios de níquel para o desenvolvimento capitalista e industrial, para o trabalho assalariado, para postos no governo e na burocracia estatal, do bacharelismo tecnocrático.

No entanto, há uma dissonância aqui, afinal o bandeirante não é um herói moderno. Ele não é republicano, nem democrático. Ele é um sujeito histórico do período colonial. Portanto, o que se diz dele, as representações que fizeram os oradores da Campanha, os Embaixadores universitários, referem-se ao período colonial. Nesse período, as fronteiras as quais lutavam os bandeirantes eram não somente os indígenas e a natureza, mas sobretudo as fronteiras externas, os limites do território nacional, seus contornos. Esse ponto, do recuo das fronteiras nacionais graças aos bandeirantes, foi altamente aclamado pelos oradores e jornalistas, intelectuais e acadêmicos, uma vez que fundamenta o nacionalismo e o patriotismo tão recorrentes, como vimos nos gráficos das justificativas, para a construção de um monumento que rememorasse os feitos dos bandeirantes no centro cartográfico do território brasileiro.

Todavia, ao chamar esse período histórico colonial, a Embaixada, os emissários da Campanha, recontextualizam o herói, forjando o que chamamos de herói moderno. Moderno porque nasceria no começo do século XX, na praça de uma cidade moderna, divisora de águas entre o antigo e novo Goiás. Moderno porque receberia em si as características da civilização: seria monumentalizado, em bronze, tornado estátua, lembrado. Moderno porque pensado por paulistas que, com seu “predestínio de civilização”, avançava a modernidade para o centro do país.

Vimos como os discursos dessas autoridades intelectuais e/ou sacrais se referem aos bandeirantes como construtores da nacionalidade, no que diz respeito ao patriotismo evocado na homenagem via monumento. Também vimos como esses discursos evocam a ação bandeirista nas disputas pelas riquezas do sertão. Pela ação pioneira na mistura das raças e na mestiçagem tipicamente brasileira, tendo originado o que há de mais genuinamente brasileiro, a partir da expansão territorial, que teria partido de Piratininga, berço da civilização brasileira. Vimos ainda o papel preponderante dos meios de comunicação, em especial dos jornais e do rádio, nesse momento de difusão de ideias.

Há, portanto, uma nítida exaltação dos paulistas nos documentos, uma vez que os bandeirantes são, antes de tudo, bandeirantes paulistas. Ao conduzirem uma homenagem aos bandeirantes em território goiano, eles conduzem sobretudo uma homenagem a si mesmos, expandindo-se para além do território paulista, adentrando e “colonizando” novas terras. Ao serem recebidos, convidados, os goianos exaltam essa figura e se abrem para ela, porque precisam dela, porque a desejam em seu território.

É importante lembrar, todavia, que ao tratarmos de goianos e paulistas aqui, falamos de um grupo específico dentro desse agrupamento regional mais amplo. Esse grupo foi talvez

exaustivamente nomeado ao longo dessa dissertação, com o objetivo único de localizá-los posteriormente, para pesquisas futuras. Uma vez que parece ser minimamente curioso que o homem responsável pela confecção do acervo para esta pesquisa, ter sido o mesmo presidente da Embaixada Universitária Paulista que visita Goiás no ano em que a ideia, aparentemente dada por ele, de construir um monumento aos bandeirantes é dada. Quando este homem, até então misterioso, é nomeado, e se torna Antônio Silvio Cunha Bueno¹⁷, é possível verificar suas ações políticas posteriores e encontrar conexões, para pesquisas futuras, em seus interesses políticos, eleitorais, sociais, na ereção deste monumento, que no fim foi uma pequena ação política diante das muitas de sua carreira.

Vimos, ao longo dessa dissertação, portanto, o processo de construção do Monumento aos Bandeirantes na cidade de Goiânia e como esse processo esteve atrelado a outros eventos, como a própria construção e inauguração oficial da nova capital. Os interesses que perpassaram os ideais bandeirantistas de erguimento da homenagem esbarraram em aspectos econômicos do desenvolvimento do estado de Goiás e sua integração aos centros já consolidados da nação, com vistas ao escoamento da produção e de riquezas, exploração mineral e expansão territorial paulistana.

A estátua, ou o Monumento aos Bandeirantes, surge, portanto, como um ícone do Estado Novo, como uma celebração da Marcha para o Oeste. Muito mais do que um elemento estético patrimonializado pela cidade, a estátua guarda em si a história de todo um período. Retrata bem melhor o período de sua execução do que o período que visa representar. Fala mais sobre os acadêmicos paulistas do séc. XX do que sobre o bandeirante miserável do séc. XVII. Nesse sentido, ao invés de narrar a história de Bartolomeu Bueno da Silva, filho, como fez Regina Lacerda (1981), no livro epígrafe deste trabalho, o monumento, tomado como documento, produto de relações sociais, narra o percurso de sua consolidação em território urbano.

O papel dos acadêmicos e intelectuais, entre os agentes, já foi amplamente mencionado. Resta falar do papel dos políticos, em especial dos interventores federais em Goiás e São Paulo, Pedro Ludovico Teixeira e Adhemar de Barros. O primeiro tendo ainda mais influência que o segundo, participando em quase todos os atos da Campanha. Os dois foram os responsáveis pela primeira e principal doação em prol da construção do Monumento, tendo contribuído com o seu financiamento.

¹⁷ Para acessar a biografia política de Antônio Silvio Cunha Bueno:
<<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>>>

Entre os agentes, as instituições também tiveram papel preponderante. Entre elas se destacam a Universidade de São Paulo, na figura da Faculdade de Direito, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Santos, o Museu Paulista, a Academia Paulista de Letras, a Academia Brasileira de Letras, entre outras. Todas essas instituições estão vinculadas aos intelectuais e acadêmicos, o que demonstra mais uma vez sua força representativa no processo de construção do Monumento aos Bandeirantes.

A contribuição principal que esta dissertação traz está em responder quem foram os agentes e instituições responsáveis pelo erguimento do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia e quais seus interesses e justificativas para tal ato. Embora pareça uma questão simples, vimos como ela se desdobra em outros eventos e processos históricos maiores, aciona outros agentes e mobiliza recursos não esperados, como a contribuição financeira de outras cidades do interior paulista e goiano à construção da estátua ou a confirmação de apoio de outras cidades para uma construção que, em tese, beneficiaria apenas uma cidade.

Apesar disso, novas questões surgem no processo de escrita e no desvendar dos documentos. A primeira inquietação é a respeito da única fonte de dados ter o enviesamento de ser construída por Cunha Bueno e mantida por sua família, ele sendo um dos envolvidos com a construção do Monumento. Talvez se houvesse a comparação com outro banco de dados do mesmo período os resultados poderiam ser modificados. Outros jornais, outras fontes documentais etc. Sabemos que os jornais contribuem para a construção dos fatos e, seguindo-os, construímos os fatos ao narrá-los. Teria o papel dos acadêmicos sido o mesmo? As representações dos bandeirantes buscariam forjar o herói? Os donos dos jornais arquivados, editores e redatores apoiavam a construção do monumento?

Outras pesquisas sobre este mesmo Monumento poderiam encontrar uma série de perguntas que esta dissertação não abrangeu, como o lugar que este Monumento ocupa na cidade hoje, tanto em termos espaciais como simbólicos. Como os jornais representaram este mesmo bandeirante ao longo dos anos de existência da estátua? Como os grupos sociais interagiram com essa personagem urbana na década de 40? E na década de 80? Houve alguma mudança? O que mudou? As modificações nas representações do bandeirante contribuíram para as transformações espaciais ao redor da estátua ou vice-versa?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, José. Um modelo fenomenológico para a escultura pública. *Ciências e Técnicas do patrimônio*, Porto, I Série, vol. 2, p. 385-418, 2003.
- ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 37-52, 2005.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar. As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Análise Social*, vol. XLV (195), p. 329-351, 2010.
- ALMEIDA, S. A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social. In: *III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador: UFBA, 2007.
- ALVES, R. Imagem e cidade - memória do [não] monumento ao homem brasileiro no Palácio Capanema. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 209-219, 2007.
- ANDRADE, L; LOPES, M; SOUSA, C. As estátuas como estruturas de memória e poder. In: *XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Belo Horizonte: UFMG, jun., 2018.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas – transformações do espaço público*. São Paulo: Ed Unicamp, 2000.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARRAIS, Cristiano. Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia, *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.-dez. 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARREIRA, Aluizio; DEUS, João de. Goiânia - da utopia à construção do lugar. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 26, n. 1, jan./jun., p. 69-91, 2006.
- BASQUES, Messias. Uma Antropologia das coisas: etnografia e método. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 150-165, jan./jun. 2010.
- BATISTELLA, Alessandro. Patrimônio e representações: o significado dos monumentos em Passo Fundo (RS). *Cadernos do CEOM – Histórias Locais e Imaginário Social*, v. 27, n. 40, p. 145-174, 2014
- BERNARDES, Genilda Darc. Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Brasília, 1998. Tese (*Doutorado em Sociologia*) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Pedro. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória - Monumento ao Trabalhador em Goiânia. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 2, p. 345-370, 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A economia dos bens simbólicos. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A produção da crença – Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3 ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BRASIL, Departamento Nacional de Produção Mineral. *Economia Mineral do Brasil*. Coord. Antonio Fernando da Silva Rodrigues. Brasília-DF: DNPM, 2009.

BRENSON, Michael. Perspectivas da Arte Pública. In: *Arte pública*. Trabalhos apresentados nos Seminários de Arte Pública realizados pelo SESC e pelo USIS. São Paulo, SESC, 1998.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP, 2006.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades – 1. Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Serbal, 2002.

CARLAN, C. Documento/Monumento – Os tipos materiais produzidos pela história científica. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 29, jul./dez., 2008.

CASTRO, Costa. *Goiânia, a metrópole do oeste*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1947.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger: O passado no presente - Memória e História. Parte 01. In: Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, jul.-ago., 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mXHt3vVVwsw&t=8425s>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 2002

_____. Goiânia: a capital do sertão. *Revista UFG*, Ano XI, n. 6, jun., p. 100-110, 2009

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO – Universidade Federal de Goiás. Coleção BAND - Coleção Monumento aos Bandeirantes, 1938 – 1942.
Disponível em: << <https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes>>>

COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Ed. do Autor, 1997.

CORDEIRO, Narcisa Abreu, QUEIROZ, Normalice Maria. *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original*. Goiânia: Arte Gráfica, 1990.

CORRÊA, Roberto. Monumentos, política e espaço. *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 183, 2005.

_____. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p. 7-18, 2007a.

_____. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, 1(1):9-22, jan.-jul., 2007b.

CRUVINEL, Eduardo. *Monumentos, memória e cidade: estudo de caso em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - UFMG, Belo Horizonte.

CRUZ, Rita de Cássia. “Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N. 31, pp. 95 - 104, 2012.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2006.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Correa - Ideal estético e realidade política*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Brasília, UnB, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad.: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Nacional, 1966.

_____. *Educação e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2011.

DINIZ FILHO, Luiz. O "Monumento dos Bandeirantes": um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 71, p. 65-82, 1993.

DODEBEI, Vera; RODRIGUES, Gerlane. Os monumentos urbanos e a construção da memória na cidade de Vitória da Conquista. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 255-280, 2013.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

FIGUEIREDO, C. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1913.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC Annablume, 1997

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FONSECA, Jordanna. Os vários mundos num só: Paisagens urbanas goianienses sob o olhar flâneur na Avenida e Eixo Anhanguera. Monografia (*Graduação em Ciências Sociais*), Goiânia: UFG, 2017.

FONSECA, Maria Cecília L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2003.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODOY, Armando Augusto de. *A urbs e seus problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2003.

GONÇALVES, Ricardo. No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. Tese (*Doutorado em Geografia*). Goiânia, UFG, 2016.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera et al. Por que memória social? *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

GONZÁLEZ, César. Monumentos del centenario en México y Argentina. *Acta Poetica*, v. 35, n. 1, enero-junio, p. 93-115, 2014.

GURNEY, Kim. *The Art of Public Space: Curating and Re-imagining the Ephemeral City*, London: Palgrave Macmillan UK, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Edward. *A dimensão oculta*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HARVEY, David. Monument and Myth. *Annals of the Association of American Geographers*, 69(3), pp. 362-381, 1979.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. Middlesex: Penguin Books, 1961.

KNAUSS, Paulo. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1999.

_____. As formas da imaginária urbana – Escultura pública no Brasil. In: *XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, 2003.

KUHL, Beatriz. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. *Revista CPC*, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

LACERDA, Regina. *Histórias que o homem de bronze contou*. Goiânia: Saraiva, 1981.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. [1955] Trad. Rosa Freire d'Águiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Atílio Corrêa. Relatório do Plano Urbanístico de Goiânia. In: MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

LIMA FILHO, Manuel; SILVEIRA, Flávio. Por uma Antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

LIMA FILHO, Manuel; MACHADO, Laís. (Orgs.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cânone Editorial, UCG, 2007.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia - uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar*. Prefeitura de Goiânia - Incentivo à Cultura, Goiânia, 2001.

- MARQUEZ, Francisca; KRAUSE, Valentina. Las heridas de la memoria – disputas patrimoniales en Chile. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 40, pp. 149-176, 2014.
- MARTINS, Paulo. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, p. 45-66, 2005.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.
- MENEZES, Tayná. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual. Monografia (Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos), São Paulo: USP, 2013.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão – um “outro” geográfico. *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 4 – 5, 2003.
- MOREIRA, Corina. Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 401-415, jul-dez, 2018.
- MOSCOVICI, Sergio. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MOURA, Irene. O monumento e a cidade: a obra de Brecheret na dinâmica urbana. *Cordis: História, Arte e Cidades*, n. 6, jan./jun., pp. 77-93, 2011.
- MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: UCG, 2004.
- NASCIMENTO, Dorval; BITENCOURT, João. De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 329-343, jan/jun 2008.
- NÓBREGA, Terezinha. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*, v. 13, n. 2, p. 141-148, 2008.
- NORA, Pierre. Os lugares de Memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007
- _____. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010.
- PACHECO, Manuel. *Heróis nos livros didáticos: Bandeirantes paulistas*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- PALACÍN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 29, 1995.

_____. Cultura e representações: uma trajetória. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.

_____. *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008

PIETROFORTE, Antônio. A semiótica da escultura. *Estudos semióticos*, v. 14, n. 1, p. 144–157, mar 2018.

PRATS, Llorenç. *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, F; OGUISSO, T. Os elementos simbólicos do monumento a Anna Nery no Rio de Janeiro, Brasil. *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre (RS), dez;32(4):719-26, 2011.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional: Representações geográficas no Museu Paulista. *Terra Brasilis - Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, 6, 2004.

RIBEIRO, Ana Carolina. Tradição, nacionalismo e modernidade - O monumento a Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em História da Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: USP, 2006.

RIBEIRO, Luci Silva. Processo e Figuração - Um estudo sobre a Sociologia de Norbert Elias. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: UNICAMP, 2010.

RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil). Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1959.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. *O Culto moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2006 [1903].

RODRIGUES, Juarez. Monumento ao general Bento Gonçalves - A construção de uma memória. *Biblos*, Rio Grande, n. 15, p. 147-153, 2003.

RODRIGUES, Karla. Um filho para a pátria: A construção da memória em torno de general Tibúrcio e da escrita da escrita do Ceará (1887-1937). Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: UFC, 2016.

ROIZ, Diogo et al (Orgs). *Os Bandeirantes e a historiografia brasileira*. Serra: Ed. Milfontes, 2018.

ROSA, Maria Cecília. A interpretação do patrimônio arquitetônico para um público deficiente. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural). Portugal: Instituto Politécnico de Tomar. 2011.

SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

_____. *Goiânia global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SARRAF, Viviane. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência - benefício para todos. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 6, jun. 2018.

SILVEIRA, Fernando. A metodologia dos programas de pesquisa - a epistemologia de Imre Lakatos. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 219-230, dez. 1996.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SOARES, Mariza. Nos atalhos da memória – Monumento a Zumbi. In: KNAUSS, Paulo. *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 1999.

SOUZA, Ricardo. A mitologia bandeirante - construção e sentidos. *História Social*, Campinas, SP, n. 13, p. 151-171, 2007.

STUMPF, Lúcia; VELLOZO, Júlio. “Um retumbante Orfeu de Carapinha” no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 92, jan./apr. 2018.

TAMASO, Izabela. Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Brasília: UnB 2007.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

_____. Memórias em batalhas - dimensão política da memória. *Cadernos do CEOM*, ano 25, n. 34 2012.

TICONA, Víctor. Espacio público y representación. El principal monumento a José de San Martín en el Peru (1904-1921). *Anales del IAA*, n. 45(2), p. 181-196, jul., 2016.

UHLE, Ana. Operários da memória: artistas escultores do início do século XX e o concurso do monumento Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 23. n. 2, p. 139-163. jul.- dez., 2015.

UNES, Wolney. O esforço de interiorização do país e a construção de Goiânia. *História Revista*, v; 3, n. 1-2, 1998.

VALENCIA, José. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso Pereira de (Coord.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

WEBER, Roswithia. Controvérsias em torno do Monumento ao Sapateiro em Novo Hamburgo (RS). *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 206-219, jul.-dez., 2018.

ZIMOVSKI, Adauany. Bandeirantes Assassinos: Representação e invisibilidade. *Revista Píxo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 1, n. 1, 2017.

APÊNDICE

Tabela 1 – Análise documental

Instituição	Acervo	Tipo documental	Período	O quê?
CIDARQ – UFG	Coleção BAND – Monumento aos Bandeirantes (disponível <i>online</i>)	- Jornais (notícias, manchetes, opinião); - Fotografias, desenhos, cartão postal; - Recibos, contratos, cheques; - Cartas, telegramas; - Decretos-lei;	1938 a 1942	Buscar os agentes, cidades, estados e instituições envolvidos na construção do Monumento ao Bandeirante; seus discursos, intenções e representações; suas justificativas.

Tabela 2 – Códigos criados no Atlas T.I.

Agentes	Atividades/ Eventos	Justificativas
Acadêmicos	Apoio/Auxílio - Confirmação	Apelo afetivo
Anhanguera e outros bandeirantes	Apoio/Auxílio - Solicitação	Centro cartográfico
Associações (lugares)	Baile da Chita	Civilização
Bispo, igreja, sacros	Bailes	Culto às tradições
Campanha pró monumento aos bandeirantes	Conferências	Desbravadores do sertão
Centro Acadêmico XI de Agosto	Eventos [organizador]	Embelezamento da cidade
Comissões da Campanha Pró Monumento	Eventos [participante]	Expansão territorial paulistana (sinédoque)
Embaixada Universitária Paulista	Fabricação da estátua	Fronteiras

Empresários	Financiamentos [doação]	Gratidão
Escultor	Financiamentos [recolha]	Heroísmo
Espanhóis	Gastos da Campanha	Homenagem à memória dos Bandeirantes
Faculdade de Direito de Goiaz	Inauguração do Monumento	Importância histórica
Faculdade de Direito USP	Outros	Importância simbólica
Federação dos Estudantes de Campinas	Palestras	Laços entre São Paulo e Goiás
Gestores da Memória	Reuniões	Marcha para Oeste
Indígenas	Viagens	Nobre empreendimento [o monumento]
Instituições - Privadas		Novas cidades
Instituições - Públicas		Patriotismo, nacionalismo
Intelectuais		
Intelectuais (citados)		Pioneirismo, Ineditismo
Meios de comunicação - Jornal		Raça dos paulistas
Meios de comunicação - Rádio		Representações do futuro, gerações futuras
Meios de Comunicação - Revista		Unidade cultural
Meios de comunicação – Telegramas, ofícios, cartas		Unidade espiritual do país
Meios de transporte		Unidade nacional, territorialidade
Mulheres		

Outros		
Políticos - Deputados estaduais		
Políticos - Deputados Federais		
Políticos - Interventores Federais		
Políticos - Prefeito		
Prefeituras		
Professores		
Rios		
Servidores		
The National City Bank of New York		
Universidades		

Tabela 3 – Instituições que participaram da construção do Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

Públicas			Privadas
Culturais	Acadêmicas	Estatais	
Theatro Municipal de São Paulo	Federação dos Estudantes de Campinas	Palacio da Interventoria Federal de Goiaz, em Goiânia	Coimbra Bueno & Cia - Engenheiros Cíveis - Construtores da Cidade de Goiânia
Instituto Historico e Geographico de Santos	Centro Academico XI de Agosto	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás	Tipografia João Pallottini, SP
Instituto Historico e Geographico de São Paulo	Centro Academico da Faculdade de Direito de	Departamento de Propaganda da Campanha Pró-Monumento aos	Casa Maia - Túmulos e Monumentos - Marmores e Granitos - Estátuas e Ornatos de Cimento para

	Goyaz	Bandeirantes em Goyania	Túmulos
Museu Paulista	Grêmio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo	Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado	Sociedade Technica "Bremensis" LTDA
Museu Etnographico Paulista	Faculdade de Direito USP	Superintendencia Geral das Obras da cidade de Goyania	Empresa Força e Luz, Araguay - MG (visita da embaixada)
Academia Paulista de Letras	Faculdade de Direito de Goyaz	Departamento dos Correios e Telégrafos	Companhia Campineira de Tracção, Luz e Força);
Academia Literaria Ruy Barbosa do Gymnasio Diocesano Santa Maria	Associação Paulista de Imprensa	Largo do Palácio do Governo de Goiaz	Casa Genoud
Instituto Historico e Geographico de Goiaz	Syndicato dos Professores Particulares de Campinas	Commissão Constructora de Goyania	Casa Mappin Stores
"Instituições culturais da cidade"		Departamento de Estatística e Publicidade - Gabinete do Diretor - Goiânia: Goiaz	Tennis Club de Campinas
Academia Brasileira de Letras [Martins Fontes, Pedro Calmon]		Secretaria Geral do Estado - GO	"Mappin & Wepp" de SP (sorteio "estojo de unha");
Instituto de Pesquisas Techonologicas - Polytechnica (pesquisa em Goyaz)		Secretaria da Segurança Pública - GO	S.A. Panamericana - Material Fotográfico, SP
Instituto de Pesquisas Genealogicas de São Paulo		Departamento de Administração Municipal - GO	Ceramica Marina (Indústria) - GO

		Secretaria do Interior - GO	Usina da Cia. Prada, Araguary - MG
		Polícia Militar - GO Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goyaz	Expresso da Mogyana [empresa de transporte rodoviário]
		Secretaria de Estado de Justiça e Negócios do Interior - Gabinete do Secretário de São Paulo	Clube Anapolino

Tabela 4 – Calendário dos Eventos e Atividades de divulgação da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes em Goiânia

Data	Tipo de Evento/Atividade	Informações principais	Assunto/Descrição	Agentes envolvidos	Meio de veiculação	Instituições	Localização
23/03/1938	Início da Campanha pró-monumento aos Bandeirantes em Goiânia	Entrevista do sr. José Romeiro Pereira ao jornal		Dr. Câmara Filho; Cunha Bueno;	Jornal "Diário da Noite"		São Paulo – SP
03/1938	Palestras radiofônicas	Cid Valério Castro, acadêmico			Rádio Bandeirante		São Paulo – SP
18/04/1938	Palestras radiofônicas	Ulysses Paranhos, da Academia Paulista de Letras	"O Bandeirismo e Fernão Dias"		Rádio Bandeirante		São Paulo – SP
19/04/1938	Palestras radiofônicas	José Torres de Oliveira, do Instituto Histórico Nacional,	Palestra inaugural da série sobre a significação histórica dos feitos dos Bandeirantes	dr. Arthur Wigderowitz (representante e do sr. Interventor do Estado de Goyaz, Pedro	Rádio Bandeirante	Instituto Histórico Nacional, IHGSP	São Paulo – SP

		presidente do IHGSP		Ludovico, e da firma Coimbra Bueno e Cia. Ltda.), Antonio Sylvio Cunha Bueno, Domingos luz de Faria, Roberto Costa de Abreu Sodré			
22/04/1938	Palestras radiofônicas	Guilherme de Almeida			Radio Bandeirante		São Paulo – SP
22/04/1938	Palestras radiofônicas	Corrêa Junior, poeta e jornalista	Fernão Dias, bandeirantismo paulista		Radio Cruzeiro do Sul		São Paulo – SP
25/04/1938	Palestras radiofônicas	dr. Dalmo Belfort de Mattos	"O primeiro Anhanguera"		Radio Bandeirante		São Paulo – SP
26/04/1938	Palestras radiofônicas	dr. José Romeiro Pereira, prof. do Colégio Universitário da Faculdade de Direito	"Hermano Ribeiro da Silva, o último bandeirante"		Radio Bandeirante		São Paulo – SP
27/04/1938	Palestras radiofônicas	Enzo da Silveira, presidente do IHGSP, IHGSantos	"O bandeirismo paulista no planalto goyano"		Rádio Bandeirante		São Paulo – SP
04/1938	Conferência	Pedro Calmon	Palestras sobre o significado histórico do "cyclo das bandeiras"	Mario de Andrade, Guilherme de Almeida, Pedro Calmon, Corrêa Junior e outros escritores	Microphones de estações emissoras de São Paulo		São Paulo – SP
30/04/1938, 21h	Palestras radiofônicas	dr. Francisco de Assis Carvalho Franco	"A influência do bandeirismo na civilização brasileira"		Radio Bandeirante		São Paulo – SP

			Ocupação de Goiás se deveu ao bandeirantismo				
02/05/1938	Palestras radiofônicas	Sr. Manuel Victor, intelectual	Bandeirantes desbravadores	Hermes Vieira, Nuto Sant'Anna (intelectuais)	Uma das estações radiofônicas de São Paulo		São Paulo – SP
04/05/1938, 19h30	Palestras radiofônicas	bispo auxiliar d. José Gaspar de Affonseca	"deverá fazer uma interessante palestra que, certamente, alcançará grande repercussão; s. exa. trará o seu apoio e o do clero a essa nobre iniciativa"		Radio Bandeirante (PHR9),		
04/05/1938	Palestras radiofônicas	Centro dos Estudantes de Santos		Cunha Bueno; Ulysses Guimarães;	Rádios locais	Prefeitura de Santos; Instituto Histórico e Geográfico de Santos;	Santos – SP
04/05/1938	Palestras radiofônicas	Ulisses Silveira Guimarães	Significação histórica do movimento pró-Monumento		Rádios locais		São Paulo – SP
06/05/1938,	Palestras radiofônicas	dr. Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; "autor da mais erudita obra em assumptos de bandeirism	Movimento das Bandeiras; Sentido patriótico da Campanha		Radio Bandeirante		São Paulo – SP

		o"					
09/05/1938	Palestras radiofônicas	Dr. Hermes Ribeiro	Hermano Ribeiro da Silva e o bandeirantismo paulista		Rádio Bandeirante		São Paulo – SP
13/05/1938	Palestras radiofônicas	Intelectuais goianos	“A fundação de Goyaz”			Faculdade de Direito de Goyaz	Goiás – GO
13/05/1938	Festival	Pianista d. Antonieta Rudge	Compromete-se com a comissão executiva da Campanha a reverter a renda do festival para o monumento		Rádio Bandeirante Jornal “O Estado de S. Paulo”		São Paulo – SP
18/05/1938, 18h – 18h30	Programa de rádio	“Hora de Arte”	Mary e Marley, artistas na Radio Tupy de São Paulo; Acadêmicos de Direito também estarão presentes		Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
21/05/1938, 20h30		Ulysses Silveira Guimarães	"Exaltou o movimento nitidamente brasileiro de se cultuar o passado histórico do bandeirismo"		"Hora do Brasil"		São Paulo – SP
23/05/1938	Palestras radiofônicas	Prof. Nelson Omega, redactor-chefe do jornal “Correio Popular”	Exalta bandeirantes como Borba Gato e Fernão Dias; Elogia o gesto do C.A. XI de Agosto e da Federação dos Estudantes de Campinas: o Monumento aos Bandeirantes		Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
24/05/1938	Palestras radiofônicas	Conego pe. Emilio José Salim			Rádio P.R.C.9 – Sociedade		Campinas – SP

					Rádio Educadora de Campinas		
25/05/1938	Palestras radiofônicas	Dr. Vasco Smith de Vasconcellos			Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
25/05/1938	Palestras radiofônicas	dr. João Accioli, consagrado poeta goyano;			Radio Bandeirante		São Paulo – SP
25/05/1938	Palestras radiofônicas	Dr. Alfredo Ribeiro Nogueira			Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
26/05/1938	Palestras radiofônicas	Prof. José Vilagelin Netto			Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
26/05/1938	Conferência	Dr. José Augusto Cesar Salgado	“São Paulo e o seu glorioso predestino de civilização” ."O conferencista [Cesar Salgado] se deterá no exame da acção de alguns bandeirantes, cujos nomes e feitos já de ha muito passaram para o patrimonio das gloriosas tradições da nossa Historia."			Clube Piratininga	São Paulo – SP
27/05/1938	Palestras radiofônicas	Prof. Geraldo Alves Correa			Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP

27/05/1938	Palestras radiofônicas	Pe. Luiz de Abreu (ex-deputado estadual) foi substituído pelo pe. Milton	Teceu elogios à campanha de "erigir no coração do Brasil, um monumento aos Bandeirantes Paulistas." "apreciou a obra civilizadora dos bandeirantes"		Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
28/05/1938	Baile da Chita			"mais famoso conjunto musical de São Paulo: 'Juca e sua orchestra de dansas Tupy'."		Tennis Clube de Campinas	Campinas – SP
28/05/1938	Palestras radiofônicas	Dr. Antonio da Costa Neves Junior (1º promotor da comarca de Campinas) , "orador dos mais brilhantes do nosso meio que produzirá, sem duvida, uma notavel peça literaria, á altura do seu renome intellectual ." [356]	Tema: A "epopéa bandeirante"		Rádio P.R.C.9 – Sociedade Rádio Educadora de Campinas		Campinas – SP
29/05/1938	Palestras radiofônicas: programa literário e musical	Caravana estudantina		Federação dos Estudantes de Campinas			Pirajuhy – SP
03/06/1938	Palestras radiofônicas	Sra. Francisca Rodrigues	"A mulher paulista na época das		Rádio Bandeirante		São Paulo – SP

			bandeiras”				
06/09/1938	Conferência	Dr. Agrippino Grieco				Theatro Municipal de São Paulo	São Paulo – SP Agrippino Grieco realizou uma série de palestras nas cidades de Campinas, Limeira, Ribeirão Preto, antes da grande conferência na Capital.
1942	Sessão de Encerramento da Campanha Pró-Monumento aos Bandeirantes	Ulysses Guimarães, palestra de encerramento da campanha	Tema "Significado de um monumento aos Bandeirantes em Goiânia"		Auditório do jornal "A Gazeta"		São Paulo – SP